

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

A TRAGÉDIA E A FARSA



A ASCENSÃO DAS DIREITAS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A TRAGÉDIA

E A FARSA

A ASCENSÃO DAS DIREITAS
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

A TRAGÉDIA E A FARSA



A ASCENSÃO DAS DIREITAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO



expressão
POPULAR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Casimiro, Flavio Henrique Calheiros

C339t A tragédia e a farsa : a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. / Flavio Henrique Calheiros Casimiro. – 1.ed.— São Paulo : Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
184 p. – (Coleção Emergências).

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>
ISBN 978-65-990744-0-0 – Fundação Rosa Luxemburgo
ISBN 978-65-990414-0-2 – Expressão Popular

1. Política - Brasil. 2. Movimento das direitas - Brasil.
I. Título. II. Série.

CDU 32(81)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

“Esta publicação foi realizada pela Fundação Rosa Luxemburgo com fundos do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e de Desenvolvimento da Alemanha (BMZ)”.

“Somente alguns direitos reservados. Esta obra possui a licença Creative Commons de Atribuição + Uso não comercial + Não a obras derivadas (BY-NC-ND)”.



EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
 [ed.expressaopopular](https://www.facebook.com/ed.expressaopopular)
 [editoraexpressaopopular](https://www.instagram.com/editoraexpressaopopular)

FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO
Rua Ferreira de Araújo, 36
05428-000 São Paulo SP – Brasil
Tel. (11) 3796-9901
info.saoPaulo@rosalux.org
www.rosalux.org.br/
 [@RosaluxSaoPauloBuenosAires](https://www.facebook.com/RosaluxSaoPauloBuenosAires)



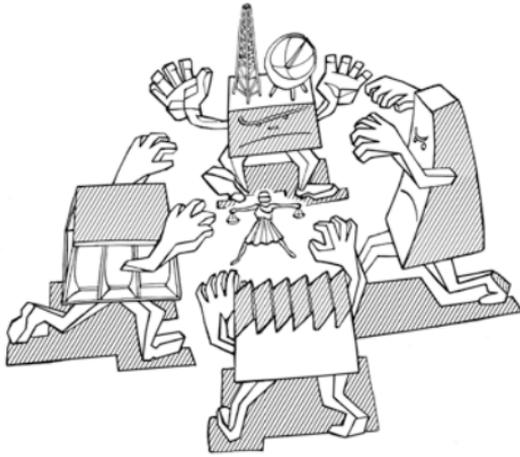
SUMÁRIO

Notas iniciais sobre conjuntura e pesquisa do tempo presente.....	9
Estruturas de doutrinação e produção de consenso	19
Estado e organização empresarial para a ação política.....	85
Frações burguesas e o alinhamento em torno do projeto da extrema-direita.....	147
Notas.....	159
Para saber mais	165
Referências bibliográficas	171
Sobre o autor.....	183

COLEÇÃO EMERGÊNCIAS

Debates urgentes, fundamentais para a compreensão dos problemas brasileiros, com enfoques quase sempre invisibilizados. Essa é a proposta da Coleção Emergências, uma iniciativa da Fundação Rosa Luxemburgo e da Editora Expressão Popular. Há um volume gigantesco de dados e notícias em circulação que nos traz uma falsa ideia de acesso aos temas que pautam a vida política do país. Mas boa parte deste conteúdo é produzido e veiculado pelos donos do poder econômico, que elegem o que deve ser visto e informado de acordo com seus interesses. Por isso, é essencial ampliarmos as maneiras de enfrentar esse ponto de vista único e pautar, com profundidade, temas de relevância para o povo brasileiro.

Nossa Coleção se propõe a discutir questões cruciais para o Brasil a partir de perspectivas pouco divulgadas nos meios de comunicação comerciais. Cada obra não pretende ser a última palavra sobre o tema, mas o ponto de partida para estimular debates e novas leituras. Só entendendo nossa realidade iremos transformá-la. Daí Emergências. Emergências porque é preciso refletir sobre o mundo que vivemos. Já não temos condições de ignorar a gravidade das crises econômica, social, ambiental, política. Emergências porque já não se pode mais insistir em velhas respostas. Emergências porque não podemos mais esperar.



NOTAS INICIAIS SOBRE
CONJUNTURA E
PESQUISA DO TEMPO
PRESENTE

AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 MARCARAM E CONSOLIDARAM a ascensão do projeto de segmentos da extrema-direita no Brasil. A sociedade brasileira elegeu como seu representante maior e "grande líder" da nação uma figura polêmica e controversa, que nesse momento já aliava "carisma" com forte rejeição, deixando perplexos setores mais progressistas e certos analistas nacionais e internacionais. Como compreender essa reinvenção das direitas no Brasil contemporâneo? Como se chegou a essa situação em que a alternativa mais reacionária e truculenta passa a representar os interesses do conjunto da burguesia brasileira e um projeto para o Brasil? Qual o sentido da mobilização de distintos segmentos dessa burguesia em torno de um programa da extrema-direita que busca tanto a liquidação dos movimentos progressistas e das esquerdas como também as suas próprias instituições liberais? O que caracteriza essa "nova direita" e em que se diferencia das direitas tradicionais ou "velha direita"? São perguntas fundamentais e emergentes em um momento complexo que aponta para um futuro incerto e preocupante.

A proposta deste livro parte das inquietações e angústias do presente para buscar o processo histórico de construção de hegemonia burguesa e atualização do movimento das direitas no Brasil. Este compreende uma série de condicionantes internos, no plano da dominação de classe e produção de consenso, além de fatores externos, no âmbito da economia mundial. Não se trata

de um exercício simples, principalmente pelo fato de se constituir como uma história viva e latente, ainda em processo. Mas, de qualquer forma, analisando a complexa conjuntura política, econômica e social do Brasil contemporâneo, é possível observar alguns elementos que podem ajudar a organizar esse complexo quadro de variáveis. Portanto, não é nossa pretensão que esse breve estudo traga respostas conclusivas e definitivas. Pretendemos tão somente levantar e analisar algumas características que constituem esse processo histórico, buscando as conexões entre elas.

Nesse sentido, o estudo sobre a atual conjuntura brasileira traz elementos complicadores de ordem metodológica, uma vez que a proximidade com o objeto, muitas vezes, nos impede de contemplar, de forma mais abrangente, as relações conjunturais em sua trama complexa de variáveis. De qualquer forma, se um estudo do tempo presente, por um lado, se caracteriza como busca pela compreensão da própria realidade, por outro, se constitui como uma forma de debate com essa mesma realidade, ou seja, um diálogo vivo com as relações do presente. Por sua vez, o desafio do conhecimento é gigantesco quando ele é, ao mesmo tempo, o exercício paciente, meticuloso, da pesquisa e forma de luta. A compreensão das relações do presente constitui, portanto, um campo de luta, uma vez que não é possível dissociar o pesquisador das relações nas quais está inserido.

A conjuntura brasileira atual permite uma reflexão comparativa com uma das obras clássicas de Karl

Marx, quando em meio ao turbilhão de acontecimentos deflagrados na França, em 1848, o autor buscou compreender a saída autoritária da burguesia francesa que escolheu uma liderança “carismática” e reacionária para levar a cabo, e tirar das mãos dessa mesma burguesia, as decisões que ela não conseguiria mais tomar pelas vias democráticas, executando-as pela força. Em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, escrito entre 1851 e 1852, ele demonstra como a burguesia, mesmo constituindo a classe dominante no sistema capitalista, nem sempre detém o domínio ou a hegemonia que gostaria, e, para tanto, alinha-se em torno de projetos autoritários e reacionários.

Logo nas primeiras linhas de *O 18 de Brumário*, em uma passagem que se tornou célebre e que faz muito sentido para a presente discussão, Marx registra: “[...] Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Marx, 2011, p. 25).

Trazendo a questão para nossa conjuntura atual, temos a retomada e a ascensão do pensamento reacionário e autoritário, com sua concretização enquanto projeto da burguesia, a partir da eleição democrática de uma liderança “carismática”, truculenta e absolutamente questionável em termos de trajetória política como uma alternativa de salvação dos interesses da burguesia brasileira. Nas palavras do sociólogo alemão Herbert Marcuse, em seu prólogo da supracitada obra

de Marx, “isso é cômico, mas a própria comédia já é tragédia, na qual tudo é jogado fora e sacrificado” (Marcuse, 2011, p. 14). Portanto, se a farsa é mais terrível, muitas vezes, do que a própria tragédia à qual ela segue, eu diria que estamos acompanhando, no Brasil de 2019, uma verdadeira farsa absolutamente trágica.

Em termos concretos, estamos falando de uma tragédia que envolve vários aspectos da vida dos brasileiros, por exemplo, na educação pública gratuita do país, com cortes orçamentários e ataques aos mecanismos de gestão democrática das instituições educacionais, com a imposição de gestores interventores e desrespeito aos processos eleitorais internos das instituições. Avançam as políticas de sucateamento como estratégia para a viabilização da privatização das universidades e institutos federais. Os professores são tolhidos em sua liberdade de cátedra e expressão – garantida pela Constituição Federal de 1988 – com base em discursos e diretrizes pautados no movimento “Escola sem Partido”¹ em uma “suposta” “guerra contra o marxismo cultural”.

Destaca-se ainda a trágica postura, agressiva e hostil, do governo federal em relação às próprias instituições estatais produtoras de informação e conhecimento, estratégicas para a tomada de decisões e desenvolvimento do país, como INPE, IBGE, Fiocruz, universidades, dentre outros órgãos de excelência. Como manifestado em Nota Conjunta das entidades,² em agosto de 2019, todas foram, em diferentes circunstâncias,

alvos de críticas sem fundamento técnico, calúnias, asfixia orçamentária, censura nas divulgações, cerceamento da autonomia técnica, substituição de funcionários de carreira por indicados, e até tentativa de violação do sigilo de dados individuais, promovidos por funcionários do governo, incluindo ministros e o próprio presidente. (Época, 2019)

Soma-se ao cenário a grande tragédia para o meio ambiente e suas implicações, com um crescimento sistemático do desmatamento e das queimadas por todo o país, assim como o resultante avanço da exploração sobre a Amazônia. De acordo com o Sistema de Alerta de Desmatamentos (SAD), em 2019 houve um crescimento de cerca de 15% no desmatamento, e de 82% de queimadas em relação ao mesmo período em 2018. A trágica liberação de 51 novos agrotóxicos, totalizando 290 em 2019, na listagem publicada no *Diário Oficial da União* (DOU). Segundo reportagem da *Época Negócios* (ANSA Brasil, 2019), dentre as substâncias liberadas, 28 estão classificadas como medianamente tóxicas, 17 como extremamente tóxicas, cinco são pouco tóxicas e uma é altamente tóxica. Ainda de acordo com DOU, 27 desses produtos são perigosos ao meio ambiente e 18 são considerados muito perigosos.

Uma verdadeira tragédia para os povos indígenas, já anunciada, na campanha para as eleições presidenciais, pelo então candidato Jair Bolsonaro: “se eleito, eu vou dar uma foçada na Funai [Fundação Nacional do Índio], mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais” (Survival, 2019). E com

a promessa de que, sob a sua liderança, não haveria “nem mais um centímetro de terra indígena demarcada” (Watson, 2019). São discursos perigosos, acompanhados de uma proposta de política de “integração” à força, que significa, na verdade, uma desconstituição da identidade dos povos indígenas brasileiros como povos distintos e com direitos específicos.

Tragédia para as classes trabalhadoras, diante dos sucessivos processos de expropriações sociais a reboque do aprofundamento das reformas estruturais de Estado que seguem em marcha. Trata-se da destruição de garantias e direitos historicamente conquistados por meio de muita luta dos trabalhadores, reduzindo-se sistematicamente o papel social do Estado em prol do empresariamento de suas funções, a partir dos interesses do capital. Trata-se de um programa de reconfiguração e dissolução da ossatura material do Estado sem precedentes na história do país e em curtíssimo período. Trata-se de expropriações avassaladoras que levam à formação, de modo massivo e sistemático, de trabalhadores sem direitos, ou com direitos reduzidos a um ponto próximo ao insustentável. Como cobaias, estamos vivenciando mecanismos expropriativos de tal monta que parecem estar testando ainda os limites da exploração.

E diante dessa grande farsa construída sobre um discurso moralizante de mudança em uma suposta defesa de “valores” e da “família tradicional”, ainda acompanhamos desastrosos e vexatórios pronunciamentos presidenciais, absolutamente incompatíveis

com o mais alto cargo do poder executivo da república brasileira. Discursos que envolvem ataques aos direitos humanos, falta de postura e decoro diante de acontecimentos graves que atentam contra a dignidade humana, pronunciamentos catastróficos do ponto de vista das relações geopolíticas internacionais, assim como a postura sarcástica e depreciativa no que se refere às minorias e aos conflitos sociais. Em tais episódios de desgoverno, parece haver uma tentativa de escamotear o trágico com a introdução de um elemento “cômico”, que na verdade tenta ofuscar o fato de a marcha desse projeto reacionário continuar de vento em popa. E é aí que reside o obscuro e escamoteado perigo dessa grande farsa.

As modalidades da expansão e reorganização do movimento das direitas no Brasil desafiam os esquemas e os modelos a partir dos quais diversas interpretações procuram justificá-los ou criticá-los. Em distintos espectros teórico-políticos, muitas das análises da conjuntura atual apresentam dados a partir de formulações teóricas já organizadas. Com certeza, essas interpretações trazem bons elementos, uma vez que a massa de dados com a qual nos defrontamos sempre reserva surpresas – e há sempre o que descobrir em pesquisas, mesmo quando suas elaborações interpretativas são insuficientes. No entanto, são poucas as que ultrapassam essa contribuição, justamente pelas limitações metodológicas já mencionadas. Isso dá sinais do tamanho do desafio com que nos deparamos.

O exercício aqui proposto, assim, é o de apontar alguns dos processos que dialeticamente conectados possibilitaram a produção do consenso para a atualização hegemônica da burguesia, assim como a ascensão do projeto da extrema-direita no Brasil. Para tanto, é fundamental, por um lado, a compreensão do que ocorreu internamente ao conjunto das frações da burguesia brasileira até que ela chegasse a esta alternativa. Por outro, buscaremos entender esse fenômeno como um processo histórico que vem sendo construído por instituições, agentes e contradições concernentes ao próprio movimento do capital, e não como mera relação direta de causa e efeito de processos políticos como o “antipetismo” ou em virtude de determinações estruturais do capitalismo.



ESTRUTURAS DE
DOUTRINAÇÃO E
PRODUÇÃO DE
CONSENSO

A LUTA PELA HEGEMONIA NA SOCIEDADE, COMO NOS MOSTROU o filósofo sardo Antônio Gramsci, pressupõe tanto a coerção como a construção de um universo inter-subjetivo de crenças e valores. Nessa perspectiva, a hegemonia, além da violência, necessita, em níveis variados, da persuasão e do estabelecimento de consenso. A classe burguesa moderna, nessa linha, se perpetua através de operações de hegemonia – isto é, por meio de atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos, instituições educacionais, meios midiáticos e as próprias redes sociais *on-line* (cada vez mais eficazes e sedutoras), que difundem e naturalizam capilarmente pela sociedade sua concepção do mundo e seus valores, constituindo-se como alicerces, trincheiras da dominação de classe.

A reconfiguração e atualização das direitas no Brasil se desenvolve paulatinamente desde os anos de 1990. O processo se apresenta seja pela ação desestruturadora, desarticuladora e esvaziadora do poder e do significado dos movimentos sociais e trabalhistas, seja pela luta simbólica com a produção de significados e de uma “verdade” socialmente aceita. Esse processo é imbricado e dialeticamente constituído na relação entre Estado e sociedade civil – como nos mostra Gramsci, essas categorias são intrínsecas e, por isso, não podem ser dissociadas. Portanto, não concebemos a sociedade civil como algo que se opõe ao Estado, como se este fosse o espaço do poder político

e da dominação enquanto a sociedade civil fosse o espaço da produção e da liberdade dos indivíduos – concepção muito característica de uma tradição do liberalismo. A sociedade civil e a sociedade política, para Gramsci, fundem-se na concepção de Estado ampliado ou Estado integral, em que a sociedade civil é o espaço no qual o Estado e, por sua vez, a dominação de classe, encontram seu sustentáculo fundamental.

Temos aqui a articulação e/ou interdeterminação entre infraestrutura e superestrutura em que se inicia o poder político, fundado com o exercício do poder de classe, no qual sociedade política e sociedade civil são complementares e devem ser observadas a partir de processos históricos concretos. Como afirma a historiadora Virgínia Fontes:

Em Gramsci, a sociedade civil não pode ser seccionada ou amputada da totalidade na qual emerge: responde a uma extensão da socialização do processo produtivo, mas não atua apenas nos espaços produtivos. Compõe-se de aparelhos privados de hegemonia que, ao mesmo tempo que procuram diluir as lutas de classes, expressam e evidenciam sua difusão e generalização no conjunto da vida social. A sociedade civil, para Gramsci, é parte integrante do Estado e somente por razões analíticas pode dele ser destacada. (Fontes, 2010, p. 216)

Após esse breve esclarecimento teórico, apresentamos uma análise dessa atualização das direitas no Brasil, buscando compatibilizar, primeiramente, a atuação incisiva do Estado, seja por meio da coerção violenta sobre os movimentos sociais e sindicatos, seja com os

processos sucessivos de expropriações sociais, com a desregulamentação e dilapidação de direitos historicamente conquistados, seja a partir de estratégias simbólicas de produção de consenso, com a naturalização de um novo significado de ator social. Com a atuação de intelectuais coletivos, de espaços de socialização como instituições religiosas conservadoras, dos meios de comunicação e das novas mídias sociais, esvazia-se o debate político de sua profundidade em função da reprodução automática e irrefletida de determinados discursos.

Dentre as várias manifestações de luta simbólica, também podemos destacar uma espécie de “*meme-tização*” da realidade, que reduz o espaço da defesa de ideias e propostas ao nível da superficialidade das mensagens curtas dos aplicativos móveis e das redes sociais, os chamados *memes*, “viralizando” informações rasas, acintosamente descontextualizadas, bem como notícias falsas (*fake news*), em um vertiginoso e contínuo processo de renovação, transformando o trabalhador em um voluntário passivo diante da própria condição de explorado.

A partir de 2016, essa estratégia de difusão de conteúdos e informações rasas tem sido sistematizada e estruturada cada vez mais profissionalmente, em uma espécie de produção industrial. Para cada novo tema em disputa, que de alguma forma mobilize o debate social, é despejado um volume imenso de notícias, mensagens, frases, fotos e vídeos nas mídias sociais e aplicativos móveis, como uma verdadeira arma sim-

bólica de produção de significados. Um exemplo que elucida essa produção massiva pode ser observado no processo de discussão pública que se abriu no Brasil, em abril de 2019, com a declaração do ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub, quando este anunciou, em 30 de abril, cortes ou contingenciamentos orçamentários na educação pública, como demonstra a reportagem de Amanda Ribeiro (2019) publicada no portal do *Aos Fatos*, de acordo com o monitoramento da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG): “Fotos e vídeos que retratam, principalmente, *performances* artísticas e protestos realizados em universidades brasileiras em diversos períodos têm sido compartilhados de forma massiva nas redes sociais”. A reportagem explica a seleção das imagens: “em comum, as publicações usam imagens e gravações para criticar as universidades e elogiar o bloqueio orçamentário feito pelo MEC. Elas mostram, em sua maioria, universitários nus, em protestos, festas e apresentações artísticas [...]”. Ribeiro alerta para o uso descontextualizado das imagens: “em anos diferentes e situações pontuais, o que não é alertado nos posts”. E nos apresenta os dados do ataque massivo: “Em 350 grupos de Whatsapp, o compartilhamento desse tipo de conteúdo cresceu pelo menos 950% em 24 horas, entre os dias 1º e 2 de maio” (Ribeiro, 2019).

Grande parte dos brasileiros, de alguma forma, acabou tendo acesso a esses conteúdos. O cientista da computação e professor da Universidade Federal de

Minas Gerais (UFMG), Fabrício Benevenuto, criador do projeto Eleições sem *Fake*, afirmou para Cristina Tardáguila, fundadora da Agência Lupa de *fact-checking* do Brasil, que a ferramenta desenvolvida para monitorar cerca de 350 grupos de Whatsapp foi inundada com *memes* e imagens que criticam as universidades, justamente nesse período de debates sobre os cortes. Benevenuto explicou que as notícias falsas sobre gastos no ambiente acadêmico utilizaram dezenas de fotos de jovens nus ou seminus que participavam de eventos ou protestos antigos, “misturados com títulos de teses e dissertações, sobretudo da área da sociologia ou da psicologia, que versavam sobre o comportamento homossexual sendo tirados de contexto”. Benevenuto se surpreendeu com o fato de a universidade pública ter se tornado, pela primeira vez, tema principal do Monitor de Whatsapp “da forma mais degradante possível” (Tardáguila, 2019).

Diante de exemplos como esse, é importante a compreensão da complexidade dos novos mecanismos de produção de consenso que vão muito além das estratégias já mencionadas. Trata-se de uma espécie de “gota a gota simbólico” – utilizando as palavras do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), para o qual jornais escritos e televisivos, mídias sociais, instituições e intelectuais contribuem fortemente (e algumas vezes até inconscientemente, visto que grande parte das pessoas que reproduzem essas ideias o faz de forma irrefletida). Esse processo paulatino produz, entretanto, efeitos muito profundos. É assim que determinados

valores e interesses de frações das classes dominantes, mesmo que questionáveis do ponto de vista da luta de classes, são apresentados sob a aparência de uma suposta inevitabilidade.

Porém, para analisar essa atualização do *modus operandi* da direita brasileira, é preciso considerar um conjunto de elementos que caracterizam tal processo. Dentre eles estaria o significativo e tardio processo de complexificação ou de ocidentalização da sociedade civil brasileira, que se efetiva principalmente a partir da década de 1990 e se intensifica exponencialmente até a atualidade. Entre 1996 e 2002, o número de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil cresceu de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico. Trata-se de uma ampliação de quase 170 mil novas organizações, o que equivale a um crescimento de 157% no período (Fontes, 2010, p. 283).

Em 2010, de acordo com o estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, predominantemente voltadas à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%) (Ipea/IBGE, 2012).

Segundo estudo mais recente realizado pelo Ipea, o Brasil fechou o ano de 2017 com 820 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) com Cadastros Nacionais de Empresas Jurídicas (CNPJs) ativos no país. É importante destacar que, dessas 820 mil organizações, cerca de 709 mil (86%) representam associações civis sem fins lucrativos, outras 99 mil (12%) configuram organizações religiosas e 12 mil (2%) são fundações privadas. A região Sudeste detém cerca de 40% das organizações, seguida por Nordeste (25%), Sul (19%), Centro-Oeste (8%) e Norte (8%) (Fontes, 2010, p. 296). Analisando a série histórica de expansão da sociedade civil brasileira, partindo de 1996 até o ano de 2017, constata-se um aumento em torno de 715 mil novas instituições, o que representa um crescimento de aproximadamente 680%.

Vemos que essas organizações são de naturezas muito variadas. Envolve desde instituições hospitalares até instituições educacionais e religiosas. Neste estudo, porém, nosso interesse se concentra principalmente na significativa expansão de organizações de atuação política e ideológica no Brasil. Nesse sentido, essa “ocidentalização” contempla tanto movimentos sociais e organizações progressistas de luta contra-hegemônica quanto formas de organização para a atuação política das classes dominantes brasileiras. Segundo Virgínia Fontes, a expansão da sociedade civil brasileira vem sendo levada a cabo em paralelo com o fomento de novas formas de exploração, visando à obtenção de um “sobretabalho”. Forja-se uma

cultura cívica do “empreendedorismo”, lastreada por conceitos como “empresa cidadã” e “responsabilidade social”, em que os trabalhadores estão em grande parte desprovidos de direitos trabalhistas.³

Assim é operacionalizado um processo de mercantilização e filantropização das lutas sociais, como amortecedor de conflitos e arma simbólica no processo de construção do consenso e de naturalização de um novo padrão de sociabilidade. Essa espécie de atuação filantrópica assume também o papel de mecanismo do empresariamento de determinadas funções sociais do Estado. Como afirma Virgínia Fontes, a filantropia é o exercício da doação dos que têm muito para os demais. Em outros termos, aqueles que muito têm precisam continuar a usufruir de sua posição (que obviamente deriva de exploração da força de trabalho) para, em seguida, doarem o quanto quiserem, conforme acharem conveniente, permitindo-se inclusive selecionar quais setores da população serão os “alvos” ou “merecedores” de sua filantropia. Ou seja, trata-se do contrário de qualquer política universalizante, igualitária, pública e democrática, capaz de assegurar a socialização da qualidade de vida (Wolfart, 2013).

Ressaltemos que o processo de reestruturação e mesmo de “reinvenção” das direitas no Brasil deve ser entendido em sua materialidade histórica, ou seja, como um processo que foi sendo construído de acordo com os embates locais e específicos, mas sempre em relação com a totalidade, sob influência das determinações internacionais do capital. Esse novo

modus operandi do empresariado que representa determinadas frações da burguesia brasileira, bem como de certos grupos de intelectuais, é condicionado ao campo de lutas internas, mas sua condição está intimamente ligada ao capitalismo mundializado. Entre esses espaços fundamentais estão os intelectuais coletivos ou os aparatos de atuação política e ideológica de determinadas frações das classes burguesas, que, pautados pelo capital e pela economia de mercado, elaboram sua doutrinação e os mecanismos necessários para operacionalizar seu projeto para a sociedade brasileira.

Além disso, destacamos a atuação de importantes organizações operando como sustentáculos para a construção da hegemonia burguesa, as quais buscaram universalizar seus interesses de classe, tornando-os consensuais a partir de uma atuação incisiva, diversificada e militante. Essa atuação política e ideológica tem sido conscientemente organizada e executada por intelectuais/empresários e seus aparelhos difusores da ideologia liberal-conservadora, que investem capital material e simbólico na defesa e atualização de sua posição no conjunto das lutas de classe. Portanto, destaca-se nesse processo a atuação doutrinária desses aparatos da burguesia brasileira, mirando a produção de consenso e a naturalização dos pressupostos do capital: formam-se/educam-se novos quadros de intelectuais orgânicos, propõem-se políticas públicas, costumam-se ou mediam-se conflitos interburgueses, assim como se amplia e capilariza a difusão de valores

para outros espaços estratégicos que de outra forma estariam fora de seu alcance institucional.

Para que a ação política obtenha êxito e seja efetiva no processo de construção de hegemonia, é necessária a articulação dos interesses de distintas frações do capital no sentido de garantir e ampliar a manutenção de sua posição, perenizando a dominação e a acumulação. Como afirma Carla Luciana Silva (2009, p. 19), “essa atuação não é isolada, remete à existência de *Estados-maiores*, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação”. Ou seja, aparatos de atuação política e ideológica assumem uma importância fundamental em uma sociedade com alto grau de ocidentalização. São essas organizações que articulam, capilarizam e ampliam o raio de alcance de determinada concepção de mundo. No Brasil contemporâneo, um dos aparelhos que atuam com esse propósito é o chamado Instituto Millenium (Imil).

INSTITUTO MILLENIUM

Esse aparato privado de atuação doutrinária e de militância política foi fundado em 2005. Em dezembro de 2009, o Millenium foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Segundo a definição contida no próprio *site* da instituição, “O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro”. Ele é formado por

intelectuais e empresários, como um *think tank* que promove: “valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo” (Instituto Millenium, 2019).

Com as bandeiras de defesa da propriedade privada, da economia de mercado e da redefinição do papel da estrutura institucional do Estado, o Imil articula uma relação expressiva de intelectuais orgânicos representantes do pensamento liberal e grupos conservadores, vinculados e atuantes nos mais diversos meios. É um *think tank* militante que influencia meios de comunicação, jovens, empresários (Silveira, 2013). É possível dizer que o Imil é “um aparelho privado de hegemonia por excelência, dado que não está diretamente ligado às relações de produção, distribuição e venda atuando com ‘uma nomenclatura de classe’ para a expansão do grupo social do qual se origina” (Patschiki, 2014, p. 799).

Dentre os fundadores e mantenedores do Imil podemos encontrar personalidades como: Giancarlo Civita (presidente do Conselho de Administração do Grupo Abril), Gustavo Franco (ex-secretário adjunto de política econômica do Ministério da Fazenda, diretor de assuntos internacionais e presidente do Banco Central do Brasil); Hélio Beltrão (membro do Grupo Ultra e fundador do Instituto Mises Brasil); Henrique Meirelles (ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central); João Roberto Marinho (filho de Ro-

berto Marinho, presidente do conselho editorial e vice-presidente das Organizações Globo); Jorge Gerdau Johannpeter (Presidente do conselho de administração do Grupo Gerdau e dirigente de vários aparelhos de atuação política e ideológica como o Instituto Liberal, Instituto de Estudos Empresariais, dentre outros); Luiz Eduardo Vasconcelos (Organizações Globo); Pedro Bial (jornalista e apresentador de *talk-show* da Rede Globo); Rodrigo Constantino (ex-colunista da revista *Veja*, dos jornais *O Globo* e *Valor Econômico* e dirigente do Instituto Liberal); Paulo Guedes (ministro da Economia do Governo Bolsonaro).

Basicamente, a organização é mantida pelos grandes grupos empresariais aos quais representa em suas ações. Esses empresários financiam e participam da formulação de diretrizes e da própria linha editorial do Imil. Dentre seus principais financiadores, estão: Gerdau, Globo, RBS, Abril, Banco Pactual, Banco BBM, Banco CSFB, Grupo Ultra, Petropar, Odebrecht, J.P. Morgan, entre outros grandes grupos empresariais, que não só financiam seus projetos, como também participam da tomada de decisões e da articulação político-ideológica, por meio de suas respectivas representações na Câmara de Mantenedores. A responsabilidade pela gestão direta do instituto fica por conta de seu Conselho de Governança, que atualmente (2019) é composto por Jorge Gerdau Johannpeter, Gustavo Franco, Daniel Fuks, Luiz Gustavo Silva, Sebastião Ventura, Alex Szapiro, Antenor Leal e Ricardo Diniz.

Dessa forma, o instituto dispõe, além do poder econômico das frações da burguesia a que representa, de um forte capital cultural e simbólico para a produção de consenso, articulando-se com expressivos segmentos da mídia. Essas conexões vêm desde a composição de seu núcleo definidor de pressupostos e diretrizes de orientação institucional, e se expandem até um vasto contingente de membros “especialistas” e de colunistas “convidados”, que também atuam nos meios acadêmicos e midiáticos, transbordando e capilarizando os valores comungados pelo instituto para muito além da sua própria atuação institucional.

Em relação à participação desses membros “especialistas” e “convidados”, o *site* do Instituto Millenium afirma: “os textos publicados refletem o caráter plural e pragmático da entidade. A rede do Imil reúne entidades e pessoas com diferentes visões de mundo, mas que defendem os valores e a linha editorial estabelecida” (Instituto Millenium, 2019). Portanto, o Imil defende a “liberdade de expressão” e a “pluralidade de ideias” – desde que estas comunguem com seus valores e com a concepção de mundo defendida por seus intelectuais orgânicos. Essa suposta pluralidade de pensamento e visões de mundo está restrita aos limites de uma linha editorial fundamentada na ideologia de mercado e em valores calcados no individualismo e na meritocracia. O Imil, segundo Patschiki (2014, p. 807) procura construir e disseminar uma série de pressupostos, “buscando promover suas formulações ideológicas entre aparelhos privados de

hegemonia, partidos e organizações que compartilham crenças, símbolos e linguagem comuns (assim como reafirma estes)“.

Assim, o Imil atua como um produtor de consenso e difusor dos pressupostos neoliberais, defendendo categoricamente as bandeiras da propriedade privada, da economia de mercado, da reconfiguração do papel do Estado, assim como pautas conservadoras e moralistas a partir de discursos fundamentados em uma suposta “eficiência” e na “meritocracia” como baluartes do setor privado em oposição à noção de “ineficiência” e “patrimonialismo”, que seriam marcas da esfera pública.

Chamamos a atenção para a estratégia simbólica sempre acionada pelos aparelhos da direita no sentido de capturar o conceito de liberdade, como se a expressão desta fosse possível apenas em uma economia de mercado, com um cidadão consumidor que faz escolhas no mercado de acordo com suas vontades e seu mérito individual.⁴

Para compreender melhor o alinhamento ideológico do Millenium é preciso levar em conta sua relação com a organização ultraconservadora Farol da Democracia Representativa (FDR), com quem organizou a produção do material didático *Farol da Democracia*. Nesse sentido, o Millenium, que se apresenta como uma entidade de defesa dos pressupostos característicos do liberalismo, proferindo em vários de seus artigos e outras publicações um discurso supostamente liberal no âmbito dos costumes, relaciona-

-se, todavia, com uma instituição declaradamente moralista e ultraconservadora de extrema-direita protofascista. Por meio do discurso de defesa dos “valores tradicionais da família” e dos “bons costumes”, o FDR manifesta-se a partir de uma postura autoritária e violenta com relação àqueles que elege como “culpados”.

Essa relação demonstra, num âmbito mais geral, a articulação entre liberalismo econômico e conservadorismo cultural nas representações político-ideológicas, contemplando convenientemente cisões e divergências interburguesas. Além disso, a burguesia, em meio a seus conflitos e cisões intraclasse, sempre oscilará entre os seus partidos da ordem; essa posição característica da extrema-direita pode até não ser necessariamente a concepção que a burguesia gostaria de ver concretizada; tampouco se mostra como sendo a posição majoritária no interior do Imlil. Todavia, se em determinada conjuntura esse for o partido de que a burguesia *precisa*, ou que é obrigada a acatar, então essas posições mais extremadas, e mesmo protofascistas, são tranquila e convenientemente acatadas em nome da garantia daquilo que é essencial para sua dominação e acumulação. Isso ficou bem evidente nas eleições presidenciais de 2018, com a convergência dos segmentos da direita brasileira em função de uma candidatura de extrema-direita.

Uma das características que posiciona o Instituto Millenium como um dos mais importantes coletivos intelectuais de difusão político-ideológica do Brasil

contemporâneo é, sem dúvida, sua capacidade de mobilização de articulistas convidados e membros especialistas que amplificam e capilarizam os valores defendidos pela instituição nos mais diversificados meios, alcançando outros espaços da vida social.

Os articulistas – ou, como são denominados oficialmente pelo Imil, os *convidados* – são membros colaboradores sem vínculo formal com o instituto. São seguidores, admiradores, militantes e intelectuais da causa liberal e liberal-conservadora que procuram e/ou são procurados ou recrutados pelo Millenium para promover a divulgação de ideias na forma de pequenos artigos e *podcasts*. Essas publicações podem ser produzidas a pedido da entidade, propostas pelo convidado, ou podem ser algum tipo de produção própria veiculada anteriormente em algum outro meio de comunicação, inclusive por meio de replicação de outros aparatos de ação política e ideológica.

Obviamente, apesar de dispor de relativa autonomia, esses articulistas convidados devem compartilhar dos valores e, portanto, da linha editorial estabelecida pelo instituto. Como muitas vezes são vinculados a outras instituições, buscam na relação com o Imil uma forma de ampliação da divulgação de seus trabalhos e da visão de mundo de que partilham. Por conseguinte, grande parte dessas publicações do Imil transita entre diferentes aparelhos da burguesia como o Instituto Liberal, o Instituto von Mises Brasil, o Instituto Liberdade e o Estudantes Pela Liberdade, por exemplo, além de *blogs* e páginas em redes sociais.

Diferentemente dos convidados, os membros “especialistas” são intelectuais vinculados à instituição e autorizados a falar oficialmente em seu nome. Tanto os convidados como os especialistas não se configuram formalmente como funcionários ou consultores remunerados pelo instituto. No entanto, esses atores encontram na entidade liberal um espaço de difusão de suas concepções e, além disso, de ativismo político, integrando sua estratégia de produção do consenso. Um dos grandes objetivos da instituição, segundo sua fundadora, a economista Priscila Pinto, seria tornar-se fonte dos veículos de comunicação no tempo presente e respaldar futuros formadores de opinião alinhados com os valores centrais do Instituto, ampliando sua difusão para além do círculo de pensadores e ativistas da rede liberal no Brasil (Silveira, 2013, p. 197).

Em 2019, o Imil contava com 193 especialistas e 43 membros convidados para a tarefa de produção de conteúdos. Isso envolve um significativo exercício de mediação por parte do instituto, tendo em vista os conflitos interburgueses que emanam dessa ampla representação. De alguma forma, seja como colonista, articulista, redator ou como dirigente, uma fração representativa desses intelectuais está ligada a outros veículos de comunicação da grande mídia brasileira.

Entre os espaços midiáticos ocupados por integrantes do Millenium estão as revistas *Veja*, *Isto É*, *Época*, *Exame*, *Revista Brasileira de Economia*, *Realidade*, *Forbes Brasil*, *Voto*. Dos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Valor Econômico*, *Diário de São*

Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, O Dia, Jornal da Tarde, A Tribuna, Zero Hora, Hoje em Dia, Última Hora, Brasil Econômico, Digesto Econômico, Jornal Imprensa, Jornal da Cultura, Jornal do Comércio, Jornal da Orla, Jornal Brazilian Administration Review. Assim como, em canais de televisão como na rede Globo, rede Record e rede Bandeirantes de televisão, para citar apenas a TV aberta.

Há também um número expressivo de colunistas do Imil nos meios acadêmicos, em geral professores vinculados a importantes universidades públicas e privadas do Brasil.⁵ Além dessa presença indireta do Millenium nas universidades brasileiras, a instituição também desenvolve programas específicos de atuação no meio acadêmico. O instituto promove encontros gratuitos entre especialistas de sua rede e alunos dos cursos de graduação por meio do programa denominado "Imil na Sala de Aula".⁶

A existência desse programa serve para demonstrar e refletir sobre o interesse dos aparelhos da nova direita, em especial o Millenium, em relação ao público jovem e acadêmico. A universidade representa uma trincheira fundamental para a produção de consenso na sociedade e dispõe de forte capital simbólico para a naturalização de determinadas concepções como verdades socialmente aceitas. A importância desses aparelhos para a construção da hegemonia burguesa concentra-se justamente em sua capacidade de penetrar nos diferentes meios e capilarizar seus pressupostos.

Esses colonistas também possuem vínculos com diferentes organizações de representação de classe e sindicatos patronais.⁷ Os vínculos entre os colonistas especialistas e convidados com tais entidades não implicam uma relação institucional formal com o Imil. Representam, todavia, a capilaridade dos intelectuais que integram a instituição ou participam dela como convidados, partilhando do essencial de seus valores e de seu projeto para a sociedade, que ampliam sua difusão político-ideológica a partir de outros centros de formação de opinião, organização de diretrizes e produção de consenso.

Portanto, para entender o papel desempenhado por uma instituição como o Imil no processo de construção do consenso, é necessário ter em mente a multiplicação de suas ações e a capilaridade alcançada por seus valores, a partir da atuação de seus intelectuais orgânicos em outras esferas, uma vez que o nome do Millenium muitas vezes sequer aparece nesse processo. A capacidade de difusão de seus pressupostos e sua concepção de mundo a partir de aparelhos ideológicos como a mídia, os espaços acadêmicos e as entidades de representação setorial ou de classe ampliam a dimensão de sua atuação para muito além das ações meramente institucionais promovidas pelo Imil. E é justamente nessa sua capacidade de composição de quadros, atuantes e, no essencial, alinhados aos seus princípios, que reside sua principal força enquanto intelectual coletivo importante para a renovação das direitas no Brasil.

Atuando com um *modus operandi* muito semelhante ao do Imil, o chamado Instituto Liberal se configura como outro aparelho de difusão ideológica de grande representatividade entre os segmentos da nova direita brasileira. Esse tradicional aparato de militância e doutrinação liberal-conservadora é praticamente o precursor de tal modelo de organização de atuação política e ideológica no Brasil. O IL foi fundado em 1983, com sede no Rio de Janeiro, e converteu-se em uma rede de institutos liberais a partir de 1986. Em 2013, a organização passou por uma reformulação muito significativa em seu modelo de atuação.

De sua fundação até o ano 2012, o IL mantinha sua direção com fortes vínculos com seus fundadores e com os membros ingressantes nos primeiros anos de atuação, principalmente a partir da longa continuidade do economista José Luiz Carvalho e do engenheiro Arthur Chagas Diniz na condução da direção do instituto. Em 2013, porém, o Instituto Liberal passou por uma espécie de reconfiguração, tanto de seu quadro de dirigentes como em seu conteúdo e concepção, a partir da incorporação de recursos e tecnologia audiovisual, com a adaptação do histórico material produzido pela instituição às novas tecnologias e tendências midiáticas de ativismo. Todavia, na prática, a principal mudança foi a composição da nova diretoria, na qual o cargo de presidente do IL passou a ser ocupado pela figura midiática, conhecida nos circuitos liberais, de

Rodrigo Constantino, economista e colunista da revista *Veja*. Mais do que uma simples mudança de diretoria, essa nova composição representa transformações na própria imagem e na postura da instituição, que passa a assumir uma atuação militante e midiática mais incisiva, principalmente a partir das postagens de seus colunistas e de seu editorial. Nesse sentido, a nova gestão, encabeçada por Constantino, apresenta semelhanças com o modelo de ação desenvolvido pelo Instituto Millenium, instituição da qual o economista foi fundador e é membro desde 2005.

A reformulação institucional do IL também buscou adequar a sua linha editorial à nova conjuntura político-ideológica, bem como às tensões e conflitos interburgueses, tentando contemplar e mediar os discursos e ações pautadas em distintas matrizes do pensamento liberal e conservador. Segundo sua nova linha editorial (Instituto Liberal, 2016), “o Instituto Liberal pretende oferecer um espaço alternativo de reflexão sobre os principais assuntos que preocupam e chamam a atenção da sociedade e da mídia [...]”. Mas, de forma ampliada: “a partir de perspectivas ancoradas em todas as diferentes escolas e posições que dialogam com as ideias clássicas do liberalismo”. O IL se compromete a divulgar “produções teóricas sobre o pensamento liberal” e “análises imediatas dos fatos que se destacam na realidade sociopolítica brasileira ou internacional”, mas sempre de acordo com o estatuto que não permite “engajamento partidário direto em relação a alguma legenda específica”. Em síntese,

a linha editorial “envolve artigos liberais clássicos, liberais-conservadores, sociais-liberais e anarco-liberais/libertários, bem como está aberta a diferentes escolas econômicas liberais, sem exceção ou predileção” e também cede espaço para “autores nacionais e internacionais produzirem réplicas ou trélicas sobre qualquer assunto pautado” (Instituto Liberal, 2016).

Apesar de sua reformulação institucional, o IL ainda mantém o essencial de sua concepção e base ideológica no que se refere ao papel do Estado e da sociedade. Segundo os pressupostos filosóficos que orientam as ações do Instituto Liberal, “Estado e governo significam funcionalmente restrição à liberdade individual, pois constituem necessariamente concentração de poder” (Instituto Liberal, 2019). E concluem com a seguinte afirmação: “devem, portanto, ser minimizados, isto é, ser contidos no âmbito de atribuições que não possam ser confiadas, a custo social razoável, aos particulares” (Instituto Liberal, 2019). Portanto, apesar das transformações em sua postura e metodologia de ação, permanece a concepção de Estado baseada fundamentalmente nos pressupostos da tradição monetarista da Escola de Chicago e na doutrina neoliberal da Escola Austríaca de Economia.

A atuação do IL, a partir de sua reformulação em 2013, busca estabelecer novos canais de difusão e recrutamento por meio de novas mídias, como *blogs*, redes sociais e postagem de vídeos na rede. Por outro lado, tenta ampliar seu campo de atuação e projeção: além de difundir os princípios liberais que o ca-

racterizam desde sua fundação, também busca atrair novos perfis de seguidores de diferentes concepções do pensamento liberal e conservador. Muitos desses novos seguidores, de distintas linhas do pensamento liberal, encontraram no IL um espaço para ativismo político e divulgação de seus trabalhos como colunistas. Nesse sentido, o quadro de colunistas do IL é composto em grande medida por jovens universitários ou recém-formados que, ao mesmo tempo que são atraídos pelos valores do IL, encontram ali um espaço de ressonância para suas ideias. Entre estes, podemos verificar uma expressiva adesão de seguidores/articulistas que também são membros de outros aparelhos privados de hegemonia, voltados ao público jovem, como o Instituto Millenium (Imil), o Instituto von Mises Brasil (IMB) e, principalmente, o Estudantes Pela Liberdade (EPL).

Entre os colunistas do IL também figura um número substancial de professores universitários de instituições públicas e privadas de diferentes regiões do Brasil, colunistas e representantes de poderosos veículos midiáticos, membros de outros aparelhos privados de hegemonia e integrantes de importantes instituições de representação classista e sindicatos patronais. Esse quadro de representação demonstra a ampliação da capacidade do IL em capilarizar o seu discurso nos mais distintos segmentos da sociedade.

Uma das características que demonstra representatividade do Instituto Liberal é a sua tradicional articulação com importantes organizações internacionais.

Além dos recursos obtidos por meio de empresas e grupos econômicos nacionais e internacionais, o Instituto Liberal constitui-se como um veículo de articulação da burguesia brasileira em seus objetivos de internacionalização. Nesse sentido, ele se alinha aos interesses de um diversificado grupo de organizações internacionais, estabelecendo parcerias, recebendo suporte financeiro e organizacional.

Dentre as parcerias internacionais do IL, podemos destacar sua relação com a organização estadunidense Center for International Private Enterprise (Cipe). Esse mega-aparelho de difusão internacional dos pressupostos neoliberais, que afirma já ter financiado mais de 300 projetos em 50 países (Cipe, 2019), é vinculado ao Fundo Nacional para a Democracia (National Endowment for Democracy – NED). Essa parceria entre o Cipe e o NED, que durou de 1990 a 1993, consistiu no financiamento de um programa de intervenção política denominado “Assessoria Legislativa”. O Fundo Nacional para a Democracia (NED) foi criado em 1983, no governo Reagan. Trata-se de uma organização não governamental, mas sustentada com recursos governamentais, constituindo-se como um dos canais fundamentais de atuação e intervenção dos Estados Unidos no exterior.⁸

Outra articulação internacional de peso do Instituto Liberal é com a organização chamada Atlas Network. A relação do IL com a Atlas tem se mostrado constante. Aparece desde os anos de 1990 e, em 2019, o nome da Atlas Network já consta no portal eletrônico

do instituto como uma de suas instituições parceiras. A Atlas atua como suporte de diversos outros *think tanks* de alta influência nos Estados Unidos e no mundo, defendendo os pressupostos do livre mercado, a propriedade privada e a desregulamentação da economia. Segundo a reportagem “A nova roupa da Direita”, de Marina Amaral, “A Atlas Network (nome fantasia da Atlas Economic Research Foundation desde 2013) é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo [...]”. Os recursos são provenientes de “fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental”, com uma receita de US\$ 11,459 milhões em 2013. “Os recursos destinados para atividades fora dos Estados Unidos foram de US\$ 6,1 milhões: dos quais US\$ 2,8 milhões para a América Central e US\$ 595 mil para a América do Sul” (Amaral, 2015).

Além dessas articulações, o IL estabelece parcerias e conexões com várias outras entidades internacionais, como: Liberty Fund (EUA); United States Agency for International Development – Usaid (EUA); Rockefeller Institute (EUA); Stanford Institute for Economic Policy Research – SIEPR (EUA); Inter-American Development Bank – IBD (EUA); Inter-American Foundation – IAF (EUA); Organization of American States – OAS (EUA); Tinker Foundation Incorporated – TFI (EUA); Foundation Konrad Adenauer (Alemanha); União Social de

Empresários Cristãos – USEC (Chile); Fundação Mediterrânea (Argentina), dentre outras.

Apesar de o instituto ter como fundamento a atuação política e ideológica desde sua concepção, essa reconfiguração em 2013 trouxe um novo *modus operandi* de ativismo político. A instituição, que atuava fortemente na formação de novos quadros de intelectuais e na difusão do pensamento neoliberal, ainda era discreta no que se refere a um ativismo político mais explícito. Com a mudança de concepção, passa a atuar de forma incisiva e ainda mais integrada com outras organizações no ativismo do chamado libertarianismo. Além dos já citados aparelhos, (Imil, IMB, EPL) e de outros como o Instituto Liberdade e o Instituto de Estudos Empresariais, com quem o IL atua de forma articulada, outra parceria que demonstra esse novo perfil de ativismo mais agressivo é com a chamada Rede Liberdade.

Os aparatos de atuação política e ideológica, apresentados ao longo deste texto, demonstram uma atuação articulada como uma espécie de rede indireta de ação doutrinária e militante. Ocorre que, para além das vinculações momentâneas, indiretas e, muitas vezes, não formais entre essas organizações, foi desenvolvida uma entidade cujo propósito é justamente estabelecer uma conexão concreta entre elas. A chamada Rede Liberdade se autodefine como uma “plataforma de pensamento horizontal, descentralizada, apartidária e transparente que congrega grupos de ativismo liberal/libertário”.

Dentre os fundadores da Rede, criada em 2015, estavam: Rodrigo Saraiva Marinho (presidente do Instituto Liberal do Nordeste, membro do Conselho de Administração do Instituto Mises Brasil); Hélio Beltrão (presidente do Instituto Mises Brasil), Bruno Zaffari (presidente do Instituto Liberdade) e Tomas Martins (Instituto de Formação de Líderes – São Paulo). O objetivo da entidade é “potencializar a divulgação e o impacto efetivo, entre os formadores de opinião, de ideias e iniciativas que visem a uma menor intervenção estatal na economia e na sociedade, através de nossos grupos” (Rede Liberdade, 2019). Concretamente, a organização pode ser definida como uma rede de ativismo político libertário que busca articular o conjunto de organizações de atuação política e ideológica da direita brasileira.

Em 2018, com a saída de Rodrigo Saraiva Marinho da direção da Rede, quem assumiu o comando foi Guilherme Moretson, ex-presidente do Instituto de Formação de Líderes de Minas Gerais.⁹ Em 2019, a Rede Liberdade era composta por uma vasta teia de organizações, tendo entre elas o Instituto Liberal, o Instituto Millenium e o Instituto Mises Brasil.¹⁰

Em 2016, um dos objetivos mais pragmáticos da Rede já era o projeto de privatização dos Correios no Brasil, como afirmou o seu então diretor de operações, Rodrigo Saraiva Marinho, membro do Partido Social Liberal (Boletim da Liberdade, 2019). De acordo com o portal da Rede, em 2017 foi realizado um concurso de artigos sobre a privatização dos Correios,

em parceria com a Universidade Mackenzie. Em 2019, porém, a principal pauta de atenção da Rede Liberdade concentra-se na reforma da previdência (Rede Liberdade, 2019).

INSTITUTO VON MISES BRASIL

Com a proposta de difusão ideológica dos pressupostos do libertarianismo de matriz da Escola Austríaca de Economia, em 2009 foi criado o Instituto von Mises Brasil (IMB). A entidade de ativismo político teve como idealizador e principal fundador o empresário do grupo Ultra, Hélio Beltrão Filho, que também está entre os fundadores do Instituto Millenium e é filho de Hélio Beltrão, ex-ministro da ditadura civil-militar (das pastas de Planejamento, de 1967 a 1969, da Desburocratização, de 1973 a 1983). Como foi apresentado pelo *The Intercept Brasil* (Andrada & Filho, 5/5/19), Beltrão Filho está próximo do olavismo: “Tem orgulho em dizer que foi, junto de Olavo de Carvalho, um dos primeiros a confrontar o ‘marxismo cultural’ no Brasil”. Adiante, a mesma matéria afirma que Beltrão comemorou a vitória de Bolsonaro, a quem considera um “político genial”.

A partir de bandeiras defendidas pelos clássicos da ortodoxia austríaca, como a livre concorrência, a economia de mercado, a defesa incondicional do direito de propriedade nas mais variadas representações da vida social e a redefinição do papel do Estado, o Insti-

tuto Mises Brasil tem como principal proposta de ação a produção de consenso pautada nos pilares do neoliberalismo, teorizados principalmente por Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Murray N. Rothbard. Como uma espécie de mensagem de boas-vindas a seus seguidores, o IMB trazia em seu endereço eletrônico, em 2015, uma frase do pensador ultraliberal Rothbard: “no livre mercado, todos ganham de acordo com o valor que sua produtividade tem em satisfazer os desejos dos consumidores. Sob a distribuição estatal, todos ganham de acordo com o quanto podem roubar dos produtores” (Rothbard, 2015).

O Mises Brasil atua como um intelectual coletivo das frações mais ortodoxas do pensamento ultraliberal de orientação austríaca, bem como de grupos conservadores que vislumbram na estrutura do Estado e nos direitos por ele garantidos o grande entrave a sua prosperidade material e a sua concepção de liberdade. Segundo sua própria definição, o instituto busca, com suas ações: a) promover os ensinamentos da escola econômica conhecida como Escola Austríaca; b) restaurar o crucial papel da teoria, tanto nas ciências econômicas quanto nas ciências sociais, em contraposição ao empirismo; c) defender a economia de mercado, a propriedade privada e a paz nas relações interpessoais, e opor-se às intervenções estatais nos mercados e na sociedade. O instituto assim define sua concepção: “nossa visão de uma sociedade livre deve ser alcançada pelo respeito à propriedade privada, às trocas voluntárias entre indivíduos, e à ordem natu-

ral dos mercados, sem interferência governamental” (Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2019). E conclui com seu foco de atuação: “Portanto, esperamos que nossas ações influenciem a opinião pública e os meios acadêmicos de tal forma que tais princípios sejam mais aceitos e substituam ações e instituições governamentais” (Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2019).

Partindo de uma concepção pautada no individualismo e na supremacia do mercado como espaço de realização das liberdades humanas, a partir da lógica concorrencial extrapolada para todas as esferas da vida humana e da aptidão (conferida pelo discurso da “meritocracia”), o IMB produz materiais e difunde sua ideologia sobre os mais variados temas políticos, econômicos e sociais. Seu propósito seria reforçar a noção de Estado “mínimo” e, conseqüentemente, a economia de mercado, como condição necessária para o exercício pleno da liberdade entre os indivíduos consumidores, em acordo com uma “natureza humana” supostamente individualista.

Ao tratar da tentativa de aplicação objetiva desses preceitos em algumas sociedades, Pierre Bourdieu afirma que essa classe dominante, que prega a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor – substituto comercial do cidadão –, assaltou o Estado: “fez do bem público um bem privado, da coisa pública da república, uma coisa sua. [...] é preciso romper com a nova fé na inevitabilidade histórica que professam os teóricos do liberalismo” (Bourdieu, 1998, p. 38-9).

Assim como o Imil e o IL, o Instituto Mises Brasil produz e replica estudos de outros aparelhos, o que auxilia nessa espécie de rede compartilhada de difusão e produção de consenso. Para entender melhor a linha doutrinária do IMB, é preciso conhecer um pouco dessa produção de conteúdos pela instituição. Um dos autores presentes nos estudos publicados pelo portal do instituto é o economista estadunidense Walter Block. Seguidor da tradição doutrinária da Escola Austríaca, principalmente da vertente ultraliberal mais característica do pensador Murray Rothbard, Block se apresenta como um “libertário” e um “conservador cultural”.

Em um de seus principais livros, intitulado *Defendendo o indefensável* – obra que por sinal é muito difundida pelo IMB em seu endereço eletrônico e fracionada na forma de artigos menores –, Block afirma que o chamado libertarianismo seria uma filosofia política que, antes de tudo, preocupa-se exclusivamente “com o uso adequado da força” (Block, 2010, p. 20). Nesse sentido, o autor evoca alguns exemplos como a prostituição, a cafetinagem, a homossexualidade e o uso de drogas como sendo “ações perversas”, mas que, todavia, não caberia ao Estado criar leis que as criminalizem. Block explica melhor sua concepção, tida como “libertária”:

Só porque um libertário pode se recusar a encarcerar pervertidos, isso não significa que ele precise se manter moralmente neutro quanto a tal comportamento. Então, somos contra, ou a favor? Apoiamos, ou resistimos? Torcemos contra, ou a favor?

Nessa dimensão, sou um conservador cultural. *Isso significa que abomino o homossexualismo, a bestialidade e o sadomasoquismo, bem como a cafetinagem, a prostituição, o consumo de entorpecentes e outros comportamentos degenerados.* Não estamos, aqui, falando apenas de jogadores de futebol que pulam uns sobre os outros, ao fazerem um gol, ou de homens europeus beijando-se nas bochechas. Não estamos discutindo esfregadelas ou massagens. *Estamos contemplando, isso sim, as principais abominações que, em outra era, foram proscritas porque "afugentavam os cavalos".* (Block, 2010, p. 23, grifos nossos)

A partir dessa concepção moralista, ultraconservadora e que legitima formas de discriminação e preconceito, Walter Block estabelece uma distinção entre o que seria um libertino e um libertário. Segundo o autor, "o libertino, então, defende a prostituição, o consumo de entorpecentes, o sadomasoquismo etc., e talvez até participe dessas práticas, mas não força qualquer outra pessoa a participar" (Block, 2010, p. 24). Dessa forma, em sua análise, a diferença entre o libertino e o libertário seria simplesmente esta: "o libertário é alguém que acha que o libertino não deve ser encarcerado. Ele pode se opor profundamente à libertinagem, *pode falar contra ela, pode organizar boicotes de forma a reduzir a incidência dessas perversões*" (Block, 2010, p. 24, grifos nossos).

Por conseguinte, esse autor, de cepa fundamentalista de mercado e do conservadorismo cultural – posições à primeira vista contraditórias, mas que embasam concepções de mundo e encontram espaço nas formas

de representação político-ideológica, principalmente entre as “direitas” conservadoras –, defende as relações do mercado em todas as manifestações da vida social, na mercantilização do meio natural e de todos os seus recursos, assim como na própria dignidade humana. Além disso, estabelece concepções conservadoras e moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, mesquinha e preconceituosa sob o signo de “ciência”, buscando uma aparência de crítica social.

Outra publicação de Block no portal eletrônico do IMB traz o seguinte título: “Em defesa de um livre mercado para órgãos do corpo”. O autor questiona: “a lei nos proíbe de usarmos os direitos de propriedade que todos nós temos sobre nossos próprios corpos. Mais especificamente, o governo proibiu o comércio, ou um mercado legalizado, de órgãos humanos vivos e sobressalentes”. E conclui afirmando que “a liberdade, como sempre, é a solução. Se de fato queremos poupar as pessoas de dores, sofrimento, angústias e tragédias, deveríamos nos mobilizar para instituir um livre mercado para os órgãos do corpo” (Block, 2008).

O Instituto von Mises Brasil não só compactua com essas posições, como difunde amplamente os estudos de Block em seus espaços de atuação. Um de seus artigos publicados pelo IMB, cujo título é “Por que [sic] discriminar é correto e natural”, Walter Block traz a sua concepção “libertária” sobre a discriminação: “Embora seja ilícito ao *governo* discriminar com base em raça, sexo ou qualquer outro critério, é um direito básico de *indivíduos* terem a liberdade para demons-

trar exatamente quais são suas preferências”. Para Block, a discriminação é “elemento básico dos direitos de propriedade”. Por isso, o autor defende: “é mais do que óbvio que qualquer ato de discriminação da parte de indivíduos – porém, é claro, não da parte do Estado – é um direito nato, pois trata-se do direito à liberdade” (Block, 2011).

Portanto, os principais veículos de difusão de pensamento do IMB são seu próprio endereço eletrônico, seu *blog* – no qual são publicados os textos, os *podcasts*, e é disponibilizado o seu acervo de livros liberais, em sua biblioteca e sua loja virtual – e os eventos que organiza e patrocina. A concepção de mundo presente nessas publicações, e defendida pelos intelectuais orgânicos do instituto, é fortemente pautada no individualismo característico da Escola Austríaca. Como afirma Murray Rothbard, autor liberal da matriz austríaca,

Ao fundamentar sua análise no indivíduo que enfrenta o mundo real, os ‘austríacos’ perceberam que a atividade produtiva se baseava em expectativas de satisfazer as demandas dos consumidores [...] O valor é determinado pelas avaliações dos consumidores, e os preços relativos dos bens e serviços são determinados pela avaliação que os consumidores fazem desses produtos e pela intensidade de seu desejo de adquiri-los. (Rothbard, 1988, *apud* Casimiro, 2011, p. 21)

Essa linha, portanto, é essencialmente individualista e mercadológica, e nela todas as relações, sejam políticas, sociais ou culturais, são determinadas pelas

leis do mercado. Assim, não só a estrutura material ou institucional do Estado deve se render aos interesses do mercado, mas também, e sobretudo, a própria realização da vida social, a cidadania, os direitos humanos etc.¹¹

Pierre Bourdieu afirmava que as políticas neoliberais impostas pelas potências centrais do capitalismo não são baseadas simplesmente nas teorias clássicas do liberalismo ou nas contribuições da ortodoxia da Escola Austríaca de Economia, mas que teriam se desenvolvido, em grande medida, a partir de sua aplicação em um contexto muito específico, que seria o da cultura individualista e meritocrática dos Estados Unidos da América. Essa cultura do individualismo e da meritocracia como signo de sucesso ou fracasso social, incorporada aos pressupostos neoliberais, instaura uma espécie de lógica da instabilidade. Em relação aos Estados Unidos, Bourdieu afirma que a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social levou a uma associação de eficácia e produtividade com uma forte flexibilidade, o que faria da insegurança social algo supostamente capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos.

Um outro tópico fundador da vulgata americana, [...] a exaltação do dinamismo e da maleabilidade da ordem social dos EUA (antítese da rigidez e do medo do risco atribuídos às sociedades europeias) leva a ligar a eficácia e a produtividade a uma forte flexibilidade (por oposição às imposições ligadas a uma forte segurança social) e até mesmo a fazer da insegurança social um princípio po-

sitivo de organização coletiva, capaz de produzir agentes econômicos mais eficazes e produtivos. A existência de relações de trabalho assentes na institucionalização da insegurança (em particular com os novos tipos de contrato de trabalho) e cada vez mais particularizadas a fim de se ajustarem à firma e às exigências particulares do trabalho [...] acarretam uma dissociação do trabalho assalariado e uma atomização metódica dos trabalhadores. (Bourdieu, 2001, p. 18)

Esse é o modelo civilizacional almejado e defendido no programa do Mises Brasil. Defendendo um discurso característico da ortodoxia neoliberal, por trás da sua proposta de “minimização” do papel do Estado (que entendemos por reconfiguração do papel do Estado) e da defesa da redução sistemática da carga tributária (como exemplo, citemos a organização do “Dia da Liberdade de Impostos”, também aplicado pelo Instituto Millenium) encontra-se a conversão de direitos de cidadania em mercadorias negociáveis pelo consumidor (substituto do cidadão), além do solapamento dos direitos dos trabalhadores sob a justificativa de sua própria empregabilidade.

As propostas de redução de direitos dos trabalhadores são sempre acionadas no discurso da burguesia, e não é diferente no caso do IMB. O instituto qualifica tais mecanismos de expropriação social como sendo medidas pautadas nas noções de “racionalidade”, “eficiência” e mesmo de “liberdade”. Para Von Mises, essas formas de legislação seriam como um perigoso mecanismo de intervencionismo. No texto “As brechas

nas regulamentações são o que permitem a economia respirar”, publicado pelo *site* do IMB, o liberal afirma que a “intervenção é uma norma restritiva imposta por um órgão governamental, que força os donos dos meios de produção e empresários a empregarem estes meios de uma forma diferente da que empregariam” (Mises, 2015).

Nessa visão estruturada a partir de princípios mercadológicos e de conformação social neoliberal, o homem só é livre à medida que os preços são livres e toda realidade social responda a essa lógica do mercado. A libertação do homem, nessa perspectiva, é consequência e subproduto da libertação dos preços. Ao tornar livres os preços e transformar tudo em mercadoria comercializável e regido pelas leis do mercado, o homem se libertaria. Assim, como afirma Denise Gros (2003, p. 67), “nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado”.

É nessa concepção individualista e meritocrática de sociedade que os liberais-conservadores buscam ressignificar a noção de cidadania, a partir de uma revalorização da ação do indivíduo em sua condição de proprietário. O modelo de homem neoliberal é o cidadão privatizado, é o cidadão consumidor. Tanto os direitos de cidadania como os próprios problemas sociais, como a exclusão, o desemprego e o aumento da miséria, são transferidos para a esfera individual

pela legitimação meritocrática da sociedade. Nas palavras de Pierre Bourdieu (1998, p. 58), “efetivamente, a força da ideologia neoliberal se apoia em uma espécie de darwinismo social”, no qual os melhores e mais brilhantes são os vencedores.

Por trás dessa visão mundialista e cosmopolita dos dominantes, há uma filosofia da incompetência, segundo a qual são os mais competentes que vencem ou governam, o que implica que aqueles que não têm trabalho, ou acesso à saúde ou educação de qualidade, por exemplo, são vítimas de sua própria incapacidade, de sua incompetência. Ou seja, tudo é uma questão de mérito pessoal, numa perspectiva em que todas as posições sociais estariam alicerçadas fundamentalmente no mérito, negligenciando outros condicionantes sociais e históricos. O discurso da competência e do mérito (na visão meritocrática) configura-se, portanto, como uma justificação teórica para a condição de privilégio do bloco dominante.

É muito importante que consideremos que essas concepções, por mais espantoso que possa parecer, alcançaram agora a estrutura institucional do Estado. Fato é que os intelectuais “libertários” e “anarcocapitalistas” do Instituto Mises Brasil agora ocupam cargos estratégicos no governo Bolsonaro. Geanluca Lorenzon, advogado e chefe de operações do Instituto Mises Brasil, é um anarcocapitalista que integra o governo Bolsonaro. “Ele é Diretor de Desburocratização do Ministério da Economia e foi o redator responsável pela MP 881, conhecida como

MP da Liberdade Econômica, que busca diminuir a burocracia e dar mais espaço à livre iniciativa” (Sperandio, 2019).

Além de Geanluca, outro ultraliberal a compor o programa privatizador do governo Bolsonaro, indicado pelo próprio ministro Paulo Guedes, é o empresário José Salim Mattar, presidente da empresa de aluguel de carros Localiza, o qual também integrou o corpo dirigente do Instituto Liberdade e o de mantenedores do Instituto Millenium. Atualmente, ocupa a Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia. Ou seja, o plano de reconfiguração da estrutura estatal, a partir do projeto, em tramitação em 2019, para a suposta ampliação da viabilidade da atividade econômica do país, está sendo conduzido por pessoas que, segundo suas vinculações ideológicas, defendem a perspectiva mais radical entre as concepções ultraliberais.

Em sua estratégia de formação de novos quadros de intelectuais orgânicos a partir das concepções da Escola Austríaca de Economia, o Mises Brasil tem se constituído como um dos principais veículos de formação utilizados por representantes da sociedade política dessa nova direita.¹² O instituto busca naturalizar o seu padrão de sociabilidade baseado na meritocracia, na lógica concorrencial, na mercantilização de todas as esferas da vida social, na defesa inalienável da propriedade privada e na redefinição do papel do Estado, utilizando estes pressupostos para se alcançar a “liberdade”.

OUTROS APARELHOS DE AÇÃO DOUTRINÁRIA

Outro aparelho de difusão do libertarianismo e do anarco-capitalismo com um formato muito próximo aos moldes do Mises Brasil é o Instituto Rothbard Brasil. Também é profundamente alicerçado nos clássicos da doutrina da Escola Austríaca de Economia, principalmente no autor que dá nome à instituição, o economista estadunidense Murray Newton Rothbard, autor do chamado revisionismo histórico, que tornou-se um dos teóricos fundamentais para o movimento libertário estadunidense do século XX.

A instituição propõe uma concepção de liberalismo radical, defendendo a chamada “secessão ilimitada, isto é, a proliferação irrestrita de territórios livres e independentes, até que o alcance da jurisdição do Estado se esvaeça”, base necessária para a sua concepção “libertária” e mesmo para o chamado anarco-capitalismo (Hoppe, 2011). A fundamentação ideológica e doutrinária que sustenta a proposta do Instituto Rothbard Brasil transita do neoliberalismo da Escola Austríaca, com Mises e Hayek, até o libertarianismo concebido por Rothbard e seus sucessores. Dessa forma, aproxima-se bastante dos valores e da doutrina difundida pelo Instituto Mises Brasil. Sua atuação é mais restrita às publicações de artigos e estudos de autores libertários em seu portal eletrônico. Mesmo não possuindo a mesma representatividade dos demais aparelhos comentados aqui, acaba por exercer um papel importante no conjunto da produção do

consenso, tendo em vista o fato de que produz e compartilha conteúdos conectados ao mesmo circuito desses grandes aparatos privados.

Como um filhote do Instituto Liberal, surge no Rio Grande do Sul um importante aparelho da direita libertária brasileira, o Instituto Liberdade. A partir da organização e mobilização do empresariado gaúcho, em 1986 foi fundada a primeira unidade do Instituto Liberal fora do Rio de Janeiro, processo que se consolidou com a transformação do IL em rede, com unidades espalhadas por diversos estados do Brasil. O Instituto Liberdade foi fundado por um “grupo de jovens empresários, com o apoio dos membros do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e do empresário gaúcho Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do Conselho Nacional dos Institutos Liberais à época” (Gros, 2010, p. 187).

O Instituto Liberdade teve suas raízes no Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, mas, como já era previsto pelo próprio documento que rege os princípios fundamentais dos Institutos Liberais, a entidade gaúcha buscava desenvolver atividades autônomas e independentes para a região Sul da Rede Liberal. A partir de 11 de maio de 2004, o IL-RS passou a ser designado como Instituto Liberdade. A instituição se autodeclara como sendo um *think tank* por excelência.¹³ Tem como objetivo fundamental a produção de consenso e formação de novos intelectuais orgânicos para a difusão dos valores e pressupostos neoliberais e libertários, também a partir da influência teórica

da Escola Austríaca de Economia. Nesse sentido, tem como forte meio de atuação estratégias voltadas ao meio acadêmico, a exemplo do “Curso de Direito e Economia: uma visão econômica do direito” e do “Curso de Extensão de Formação de Lideranças Instituto Liberdade”. O público acadêmico, principalmente os estudantes universitários, figura entre os principais grupos de interesse na estratégia de “formação” política organizada pelo instituto, no sentido de “educar” novos intelectuais formadores de opinião, disputando espaços no interior de universidades e em outros âmbitos ligados à academia.

O instituto busca associar-se às grandes organizações liberais do mundo, desenvolvendo ações em parceria, representando interesses dessas instituições no Brasil, organizando mecanismos de intercâmbio e integrando seus intelectuais orgânicos no conjunto do sistema mundializado do capital. Esse é caso da parceria com a organização conservadora estadunidense Heritage Foundation, um dos maiores *think tanks* liberais do mundo, e com a Fundação Friedrich Naumann, organização voltada à formação política liberal localizada em Gummersbach, na Alemanha. O instituto integra um expressivo quadro de aparelhos privados internacionais, que reúne desde organizações de países centrais do capitalismo até instituições de países em desenvolvimento e de países periféricos no âmbito da economia mundial. Essas relações manifestam a forma subordinada de certos países – incluindo o Brasil, que atua ativamente, submetendo outras

economias periféricas e alinhando-se como sócio menor dos interesses das grandes economias centrais do capital – na órbita do capital-imperialismo.

Em síntese, o Instituto Liberdade assume como principal eixo de ação o desenvolvimento e a participação em projetos que visam à construção de consenso intra-classe, a partir de estratégias pedagógicas de atualização e fortalecimento da doutrina neoliberal entre seus intelectuais orgânicos, além de buscar “educar/formar” novos intelectuais da causa liberal (“formação de jovens liberais”). Atua em dois eixos fundamentais, a formação de quadros de novos ativistas e a difusão, principalmente nos meios acadêmicos. O chamado eixo gaúcho de aparatos privados de ação política e ideológica, composto pelo IEE e IL-RS / Instituto Liberdade, pode ser considerado um reduto fundamental de doutrinação e ativismo político libertário no Brasil.

No que se refere ao ativismo político, uma das organizações que mais se caracteriza pela incisiva atuação política é o chamado Estudantes pela Liberdade. Sua principal forma de ação concentra-se no recrutamento de jovens universitários para a composição de novos quadros de intelectuais orgânicos da direita libertária. Partem da premissa de que em todas as universidades brasileiras, partidos políticos controlam os organismos estudantis e a difusão do pensamento, fomentando o monopólio do pensamento de “esquerda” no ambiente acadêmico.

Os Estudantes pela Liberdade atuam desde a recepção de calouros (estudantes ingressantes) para

disputá-los e incluí-los nos quadros de ativistas libertários, na organização de eventos, grupos de estudo, elaboração e distribuição de materiais panfletários e didáticos, até a disputa pela direção de centros acadêmicos e outros espaços e organismos de representação estudantil. Em seu endereço eletrônico, o EPL se apresenta como “uma organização apartidária formada por jovens comprometidos com a promoção, a partir da Academia, de uma ordem social harmônica, justa e livre, ancorada no respeito às liberdades individuais, à propriedade privada e à vida humana” (Estudantes pela Liberdade, 2019). A instituição busca de forma deliberada e articulada disputar e ampliar seus espaços de representação do pensamento da direita libertária no Brasil.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a academia brasileira seria fortemente dominada pelo marxismo e pelas ideologias de esquerda, o EPL busca disputar esse espaço como uma espécie de luta política e ideológica ou, como bem nos mostra Antonio Gramsci, como uma trincheira na guerra de posição. Como já demonstrado nos casos do Imil, do Instituto Mises Brasil, do Instituto Liberdade, e como veremos no caso do Instituto de Estudos Empresariais, a academia é um espaço de ativismo político muito acionado por essa nova direita de cepa libertária.

Mais uma vez, é possível verificar a forte influência internacional, principalmente estadunidense, no projeto político neoliberal ou libertário no Brasil. O Estudantes Pela Liberdade se configura como uma versão

brasileira do Students for Liberty, uma organização de atuação internacional fundada em 2008, fundamental na articulação e ativismo político dentre os *think tanks* conservadores estadunidenses – especialmente no conjunto dos aparelhos qualificados como libertários – e a juventude “antipopulista” da América Latina. O empresário Alejandro A. Chafuen, presidente da Atlas Network, desde 1991, é o seu mentor (Amaral, 2015). Sendo assim, o EPL é diretamente vinculado, financiado e instrumentalizado pelo Students for Liberty e a poderosa Atlas Network.

O Estudantes pela Liberdade também se define como parceiro de outras organizações internacionais, como o International Federation of the Liberal Youth, e como membro-associado da Economic Freedom Network do Fraser Institute. Além disso, estabelece conexões com a Red Liberal de América Latina e Property Rights Network (Estudantes pela Liberdade, 2019).

Seus dirigentes fundadores, Fábio Ostermann, Anthony Ling e Juliano Torres compõem os grupos dirigentes ou participam como articulistas de vários outros aparelhos de ação política e ideológica, tais como o Instituto Liberal, o Instituto Liberdade, o Instituto Mises Brasil, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto Millenium, o Instituto Ordem Livre, o Instituto Rothbard Brasil, a Rede Liberdade, entre outros organismos de ativismo político, principalmente de cepa libertária, como *blogs* e páginas de redes sociais.

Para se compreender a reinvenção das direitas no Brasil, é preciso ter em vista essa articulação de orga-

nizações, produzindo conteúdos compartilhados direta e indiretamente. Defendem pressupostos comuns, mesmo possuindo determinadas divergências intra-classe, capilarizando seus discursos em um movimento de reiteração e validação que produz uma aparência de verdade e que acaba sendo socialmente aceita. Assim, municiam seus ativistas políticos com uma rede interligada e sofisticada de produção de consenso.

No que concerne às atividades de recrutamento e formação de quadros de ativistas libertários, o EPL atua fundamentalmente a partir dos seguintes mecanismos: consultoria e assistência a estudantes que desejam formar grupos em suas respectivas regiões; palestras e *workshops* em escolas, entidades estudantis e associações profissionais; rede de contatos entre estudantes, palestrantes, acadêmicos, intelectuais e entidades de âmbito nacional; realização e participação em eventos e campanhas; fornecimento de recursos educacionais, como livros e apostilas; e premiações para grupos que realizarem bons trabalhos (Estudantes pela Liberdade, 2019). A partir de tais estratégias de ação, o Estudantes Pela Liberdade penetra no interior dos cursos, departamentos, centros acadêmicos e movimentos estudantis das instituições educacionais públicas e privadas, adquirindo uma significativa capilaridade em espaços fundamentais de formação de opinião e, conseqüentemente, de produção de consenso.

Essa condição lhe confere um grande poder de mobilização. Atuando no interior das instituições de

ensino, e agindo intensamente por meio da internet, nas redes sociais, o EPL consegue recrutar e mobilizar jovens estudantes para a militância política, primeiramente no interior das escolas e universidades e, posteriormente, nas mobilizações políticas organizadas pela direita no Brasil. É exatamente nesse potencial de recrutamento, produção do consenso e mobilização para a ação política entre os jovens que se encontra o papel fundamental dessa organização para o projeto da burguesia brasileira, em seu objetivo de reconfiguração do Estado. Dessa forma, o Estudantes Pela Liberdade organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente a partir de seu braço de ativismo político, o chamado Movimento Brasil Livre (MBL), uma organização virtual que, a partir de 2014, se configura como um dos principais grupos convocadores dos protestos de rua da direita.

Do ponto de vista do ativismo na causa libertária, o Movimento Brasil Livre se organiza como um partido político – na concepção ampliada de partido descrita por Antonio Gramsci. Além disso, a organização se transformou em uma espécie de plataforma para o lançamento de candidaturas políticas de seus membros. A organização tem como finalidade principal a mobilização para organização de atos políticos da direita, produção do consenso por meio de vídeos e *memes*, assim como a projeção de candidatos para a composição da sociedade política.

Dentre os membros dirigentes do Movimento Brasil Livre, vários foram eleitos para cargos legislativos nas

eleições de 2018. Um de seus principais representantes é o ativista Kim Kataguirí, eleito deputado federal pelo estado de São Paulo pelo partido Democratas (DEM), com uma votação expressiva, de mais de 435 mil votos. Paulo Eduardo Martins foi outro membro do movimento eleito deputado federal, pelo estado do Paraná, em 2018, pelo Partido Social Cristão (PSC). Jerônimo Georgen foi eleito deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul, pelo Partido Progressista (PP). Pelo menos outros dois membros de destaque midiático do MBL foram eleitos para cargos parlamentares: Arthur Moledo do Val (conhecido por seu pseudônimo “Mamãe Falei”) foi eleito deputado estadual por São Paulo, pelo Partido Democratas (DEM); e o ativista Fernando Holiday, eleito vereador da cidade de São Paulo, também pelo DEM.

Segundo reportagem de Marina Amaral (2015), o Movimento Brasil Livre (MBL) seria uma marca criada pelo EPL para participar das manifestações de rua, em 2014, sem, no entanto, comprometer as organizações estadunidenses, que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos, em função da legislação da receita dos Estados Unidos (IRS). A reportagem traz a confirmação dessa relação pelo próprio fundador e então diretor executivo do Estudantes pela Liberdade, Juliano Torres. De acordo com o dirigente do EPL,

quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por

uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: ‘Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook [...] E aí a gente encontrou o Kim [Kataguirí] e o Renan [Renan Antônio Ferreira dos Santos], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. (Amaral, 2015)

Na mesma ocasião, o diretor executivo do Estudantes Pela Liberdade apresentou a relação entre a composição do MBL com os integrantes do EPL. Segundo o dirigente, “boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente [EPL], em cursos de liderança” (Amaral, 2015). Além da estrutura financeira e treinamento, a capilaridade do Estudantes Pela Liberdade, com sua rede de coordenações regionais, estaduais e locais, funciona como um importante mecanismo de mobilização para o Movimento Brasil Livre.

Para além de todas as conexões diretas e indiretas estabelecidas entre os mais diversificados (tanto na quantidade como no *modus operandi*) aparatos de atuação política e ideológica apresentados até aqui,

outro elemento importante interliga diretamente essas organizações de ativismo político: o Fórum da Liberdade. O Fórum representa um dos principais e mais divulgados eventos de difusão de valores e da concepção de mundo neoliberal e libertária realizado no Brasil. Pode ser considerado um verdadeiro reduto das direitas e do conservadorismo no país. O evento tem como instituição organizadora o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) e desde a sua primeira edição, em 1988, praticamente todos os anos contou com o apoio do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, que depois passou a ser chamado de Instituto Liberdade.

O Instituto de Estudos Empresariais se insere no quadro dos aparatos de ação política e ideológica da direita brasileira, partilhando dos mesmos pressupostos do Instituto Liberal do Rio Grande do Sul, sendo que grande parte de seus quadros figuram nas duas organizações. O IEE, entretanto, apresenta uma estrutura organizacional com mecanismos de atuação e formas de filiação institucional bastante diferentes de seu congêneres. Primeiramente, o IEE funciona como uma organização fechada, de acesso restrito, com critérios bastante rigorosos que objetivam a formação de quadros de intelectuais orgânicos mais homogêneos. O processo de ingresso se faz a partir da indicação por um membro associado e ainda assim passa pela aprovação do nome do indicado pela diretoria.

O IEE, além disso, estabelece entre seus critérios para ingresso uma definição de idade: para ser aceito, o indicado deve ter entre 20 e 32 anos de idade e,

segundo a própria instituição, “estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade” (IEE, 2009, *apud* Gros, 2010, p. 190). Ou seja, essa entidade empresarial, de caráter eminentemente classista, organiza-se no sentido de formar/educar seus quadros de intelectuais orgânicos, como um “clube” fechado dos “escolhidos”. Dentre as várias estratégias desenvolvidas pelo IEE, sem sombra de dúvidas, sua grande marca é o Fórum da Liberdade.

Sendo reconhecido como o principal evento da agenda das direitas no Brasil, o Fórum foi palco para o lançamento público de alguns dos principais aparelhos da Nova Direita Brasileira, como foi o caso do Instituto Millenium, lançado no Fórum da Liberdade realizado em Porto Alegre, em abril de 2006. O tema do evento foi “O Poder no Brasil: quais os direitos e deveres dos governos?”. Nos anos seguintes, o Imil passou a participar e apoiar o Fórum da Liberdade. O Instituto von Mises Brasil foi apresentado publicamente aos círculos liberais brasileiros no XXIII Fórum da Liberdade, realizado em abril de 2010, com a proposta de apresentar “Seis temas para entender o mundo”. Outro importante aparelho lançado, com toda a pompa entre os segmentos libertários seguidores do Fórum foi o Estudantes Pela Liberdade (EPL), em 2012, no evento “2037: que Brasil será o seu?”.

O Fórum da Liberdade de 2019 demonstrou forte alinhamento com o governo de Jair Bolsonaro. Dentre as atrações do evento, estavam vários dos represen-

tantes do alto escalão do governo, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o secretário do Ministério da Economia, Paulo Uebel, o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, e, por fim, o “guru” intelectual do presidente da república, Olavo de Carvalho, que participou por meio de videoconferência (Fórum da Liberdade, 2019). O evento foi patrocinado pelos grupos econômicos CMPC, Gerdau, RBS e Ipiranga.

Obviamente, esse alinhamento com o governo Bolsonaro não é casual. Existem conexões importantes entre o Fórum da Liberdade e a concepção ideológica empenhada pelo atual governo. Primeiramente, o Ministro Paulo Guedes, desconhecido por muitos ou tratado como uma novidade nos círculos dos economistas liberais brasileiros, tem sua formação atrelada à Escola Econômica de Chicago, uma das principais referências teóricas neoliberais do fórum. Além disso, Guedes já era figura de destaque em diferentes edições do evento, como no 19º Fórum da Liberdade de 2006, anunciado no ato de sua conferência como sendo o “último economista liberal do Brasil” e no fórum de 2008. O nome do ministro também consta entre os membros curadores do Instituto Millenium que, como já dito, foi lançado publicamente pelo Fórum, também em 2006. A presença de diversos personagens pertencentes aos núcleos dirigentes dos aparelhos apontados neste estudo, que participam diretamente ou orbitam em torno da institucional-

dade do governo Bolsonaro, caracteriza a influência desse movimento de certos segmentos das direitas na construção dessa alternativa.

Assim como no caso de Guedes, a já citada participação virtual do escritor Olavo de Carvalho, na edição de 2019 é digna de maiores avaliações. Nesse caso, é importante destacar que, para muitos analistas e comentadores da atual conjuntura, o nome de Olavo de Carvalho – como sendo uma grande influência intelectual para uma certa fração da direita brasileira, que no caso, inclui importantes quadros do governo e o próprio presidente da república com seus filhos – representasse algo que surgiu do nada, inesperado e desconectado do pensamento e ação da maior parte da direita brasileira. É como se a figura do escritor tivesse sido construída recentemente, principalmente pela influência que exerce sobre a família Bolsonaro. Entretanto, é importante esclarecer que o nome de Olavo de Carvalho já aparecia como uma das atrações de destaque nas edições de 2000, 2001, 2002, 2004 e 2005 do Fórum da Liberdade, ou seja, antes mesmo do credenciamento de Bolsonaro a possível liderança ou “mito” da direita reacionária.

Por conseguinte, a presença frequente de Olavo nos eventos desde o ano de 2000 demonstra que o autor reacionário já representava uma significativa referência intelectual para frações consideráveis da direita brasileira. No mesmo sentido, passou a ampliar seus seguidores, principalmente a partir de 2016, com a repercussão do canal Brasil Paralelo, que ajudou a

divulgar sua concepção, e que não foi a única iniciativa de revisionismo histórico destacada no Fórum, o que demonstra essa preocupação estratégica de reescrever a história Brasil. O escritor Leandro Narlock, principal autor dos *Guias Politicamente Incorretos da História do Brasil e da América Latina*, obras exemplares de revisionismo histórico, foi figura de destaque em 2014, 2016 e 2018 do Fórum. Por sua vez, esses seguidores do guru de Bolsonaro, os chamados “olavetes”, passam a compor fundamentalmente e engrossar o conjunto dos entusiastas bolsonaristas. Sendo assim, a imagem de Olavo de Carvalho não foi construída por Bolsonaro e suas crias, como muitos críticos do autor querem afirmar, mas, ao que tudo indica, foi sua influência e conexão com esse movimento crescente do pensamento reacionário que ajudaram a construir o fenômeno do bolsonarismo.

O último dos aparelhos de ação doutrinária necessário para a compreensão das novas estratégias de difusão ideológica da extrema-direita brasileira na atualidade é o canal Brasil Paralelo. A organização de doutrinação ideológica nesse chamado campo de guerra contra o “marxismo cultural” foi criado em 2016, em meio ao processo de golpe que retirou a presidente Dilma Rousseff (PT) do poder. A plataforma foi lançada no Fórum da Liberdade do ano seguinte, em 2017, cujo tema foi “*O Futuro da Democracia*”. A plataforma Brasil Paralelo tem como principal escopo de atuação a ressignificação de processos históricos brasileiros como forma de legitima-

ção de um projeto de hegemonia da extrema-direita, no presente.

Essa iniciativa tem como figura central, nessa perspectiva manipulatória sobre o passado, o escritor reacionário Olavo de Carvalho, guru intelectual do próprio presidente Jair Bolsonaro e seus filhos, além de outras figuras representantes das direitas. Como afirma a pesquisadora Mayara Balestro dos Santos, o Brasil Paralelo articula-se a um conjunto de sujeitos e entidades representativas desta nova direita no interior de relações ampliadas do Estado, como o Imil, o IL, o IMB, o IEE e o próprio Fórum da Liberdade. Em 2019 a plataforma contava com mais de um milhão de inscritos e 418 vídeos produzidos disponíveis no canal do YouTube (Santos, 2019).

Por sua vez, trata-se de um canal de difusão de conteúdos cujo objetivo fundamental é fazer um grande revisionismo histórico do Brasil. A direita brasileira, passa a disputar no campo da narrativa histórica, como forma de justificação de suas pautas reacionárias, antiprogressistas e autoritárias do presente. O tema de maior repercussão, como não poderia ser diferente, em se tratando dos interesses dessa direita reacionária, é o revisionismo em torno da ditadura civil-militar, instaurada com o golpe de 1964, na série “1964: O Brasil entre armas e livros”. O canal segue a linha discursiva de Olavo de Carvalho, em que o verdadeiro problema do regime militar teria sido não ter travado devidamente a “luta cultural”, o que teria permitido a reorganização dos segmentos da esquerda

com o processo de redemocratização. O movimento, nesse sentido, busca revisar o passado ditatorial brasileiro, normalizando-o como forma de legitimação, inclusive dessa ideologia bolsonarista que busca, nos porões da ditadura, os seus heróis – como é o caso do mais conhecido condenado torturador do DOI-Codi, o Coronel Alberto Brilhante Ustra – ou, mais recentemente, quando seu filho Eduardo Bolsonaro, tenta intimidar publicamente a população com a ameaça de um possível “novo AI-5”.

Apesar de se afirmar como um espaço para a pluralidade de ideias, o Fórum da Liberdade pode ser compreendido como um evento catalisador da ideologia neoliberal, libertária e liberal-conservadora. Assim, apresenta propostas de políticas públicas, cobra e exerce pressão sobre a sociedade política pela aprovação de projetos e reformas, articula distintas frações da burguesia brasileira, agrega e condiciona novos quadros de intelectuais orgânicos. Na condição de principal evento da agenda liberal no Brasil, o Fórum desenvolve um papel de palco emblemático para a produção de consenso e articulação no quadro de reformulação das direitas brasileiras.

Por meio do Fórum, o IEE tem levado a Porto Alegre representantes de importantes organizações liberais e libertárias dos Estados Unidos e da América Latina. Dentre elas, merecem destaque, por sua importância na rede neoliberal, as instituições latino-americanas que têm participado constantemente do evento, como a plurinacional Fundación Internacional para

la Libertad, além de fundações e institutos liberais da Argentina, do Peru, da Guatemala, do Chile e do México (Gros, 2010, p. 193). Somam-se a essas instituições participantes ligados à “Sociedade Mont Pèlerin e a *think tanks* liberais estadunidenses como os já citados Atlas Economic Research Foundation e Liberty Fund, além da Foundation for Economic Education do Institute for Humane Studies, do Cato Institute, do Independent Institute, da Hoover Institution e da Heritage Foundation” (Gros, 2010, p. 193).

Se, por um lado, em alguns momentos é possível constatar no evento certa pluralidade de concepções, com a presença de políticos que não se enquadram especificamente nos pressupostos centrais defendidos pela direita brasileira, por outro, podemos observar a participação frequente de personalidades representantes do pensamento doutrinário, ultraliberal e conservador cultural, como Walter Block, da tradição austríaca. Além do autor ultraconservador e do próprio Olavo de Carvalho, já apresentado como figura frequente nos fóruns, outra presença de impacto entre o público jovem e acadêmico em pelo menos duas edições do evento (2015 e 2019) foi a ativista libertária e *show-woman* Glória Álvarez, da Guatemala. No Fórum da Liberdade de 2015, ela afirmava um discurso liberal também nos costumes: “um direitista do século XXI, que já se modernizou, tem de reconhecer que a sexualidade, a moral, as drogas são um problema de cada um; ele não é a autoridade moral do universo”, mas concluiu que “não há minorias, a menor minoria

é o indivíduo, e a ele o que melhor serve é a meritocracia” (Amaral, 2015), deixando bem claro o individualismo característico que os une.

A extensa lista de intelectuais internacionais de diferentes cepas liberais que participam do Fórum da Liberdade dá mostras da multiplicidade de temas e debates envolvidos no evento, além de sua variedade de posições ideológicas, que, no entanto, não perdem o horizonte pautado nas matrizes liberais e no conservadorismo. Além disso, apresenta a aproximação do IEE e do Instituto Liberal com diversas e importantes organizações liberais nacionais e internacionais.

A atuação do Instituto de Estudos Empresariais no quadro de reconfiguração da estratégia de dominação burguesa no Brasil busca, de forma deliberada, organizada e militante, “educar” os jovens burgueses para a “liderança” e a ação político-ideológica –, assim como, para a formação de quadros de novos intelectuais orgânicos. Ou seja, desenvolve, para além do Fórum, ações de longo prazo – uma vez que a “educação” para o consenso e difusão de uma concepção de mundo, no plano político e cultural, é algo possível somente em um longo processo histórico e social. Por outro lado, sua articulação com outros aparelhos privados de hegemonia nacionais e internacionais demonstra o caráter múltiplo e a capilaridade da estratégia de dominação burguesa brasileira no conjunto do capitalismo mundializado, representando uma fundamental arena de difusão ideológica e formação doutrinária para diferentes frações da burguesia.

Direta ou indiretamente, todos estes intelectuais coletivos da direita brasileira – o Millenium, o Instituto Liberal, o Von Mises Brasil, o Rothbard Brasil, o Instituto Liberdade, a Rede Liberdade, o Estudantes Pela Liberdade, o Movimento Brasil Livre e o Instituto de Estudos Empresariais – se articulam por meio de distintas e complexas formas, consciente ou inconscientemente, seja a partir da elaboração e execução de um projeto estrutural único, seja na organização de eventos da agenda liberal (como o Fórum da Liberdade), na replicação de conteúdos ideológicos de doutrinação e recrutamento, seja organicamente, a partir de uma origem comum (IL e Instituto Liberdade), ou mesmo no compartilhamento de quadros de dirigentes e intelectuais orgânicos. Portanto, estamos diante de uma frente ampla de ação política e ideológica, como um verdadeiro *partido*, no sentido gramsciano.

Na análise do processo de produção de consenso para a hegemonia, destacamos a ampliação das formas alternativas de comunicação e difusão de conteúdos por meio de mídias sociais (como Facebook, Twitter, Instagram etc.) e aplicativos móveis como (Whatsapp e similares). Esses novos espaços de socialização do século XXI, por um lado, trouxeram conquistas muito importantes, na medida em que facilitaram e ampliaram vertiginosamente o acesso a todo tipo de conteúdo e representaram um avanço significativo no confronto e na relativização do poder dos grandes grupos midiáticos tradicionais no Brasil, principalmente da televisão aberta. Por outro, possibilita-

ram uma disseminação de conteúdos com pouca profundidade e com apelo sensacionalista, que passam a ideia de acesso à informação, mas que na verdade privilegiam a superficialidade, inviabilizando análises mais complexas e o contraponto de ideias. Esse processo abriu um campo de estratégias de produção em massa de conteúdos e informações (imagens, *memes*, vídeos etc.), no qual, distorções, descontextualizações e notícias falsas circulam nessas redes junto com reportagens jornalísticas e estudos científicos, o que dificulta a verificação e confirmação de informações. O fato é que podemos observar uma escala industrial desses “*memes*”, financiada por grupos empresariais, sendo que a difusão desses conteúdos se transformou em uma poderosa estratégia política de produção de consenso de grande amplitude, adquirindo uma sofisticação profissional.

O quadro de ocidentalização da sociedade civil brasileira e a consequente ampliação dos aparatos de ação política e ideológica da direita no Brasil merece uma análise aprofundada. Essas organizações se configuram como espaços fundamentais para a produção de consenso. Sua intensa articulação e a replicação de conteúdos e estratégias funcionam como mecanismo de naturalização e produção das verdades socialmente aceitas. Além disso, as articulações internacionais demonstram sua inserção em um projeto neoliberal

sintonizado com as determinações do capitalismo mundializado. Dessa forma, a atualização da dominação de classe envolve uma relação dialética entre os mecanismos de reconfiguração do papel do Estado, assim como a expansão e internacionalização da burguesia.

Para compreender melhor a truculência da nova direita no Brasil, principalmente no que concerne à disseminação e ao aprofundamento do discurso mais reacionário ou “conservador cultural” e suas pautas moralistas, não podemos deixar de levar em consideração o avanço extraordinário das igrejas evangélicas no Brasil nas últimas duas décadas, principalmente as neopentecostais. As organizações da sociedade civil no país aumentaram 680%, de 1996 até o final de 2017. De acordo com os dados da pesquisa realizada pelo Ipea, um dos segmentos de maior expansão nesse levantamento concentra-se, justamente, nas organizações de natureza religiosa, principalmente as igrejas neopentecostais.

A profunda batalha em defesa de pautas morais e antiprogressistas intensificou em grande parte dos segmentos evangélicos uma espécie de consciência ou inclinação para a construção do consenso em torno de uma forma de Estado cristão, com a defesa de bandeiras da “moral” e da “família”. Nesse sentido, além da capacidade de disseminação de valores conservadores, algumas denominações religiosas evangélicas passaram a se estruturar como plataformas de projeção de candidaturas para a composição de quadros da socie-

dade política. A ampliação da representatividade da chamada bancada evangélica ou bancada religiosa evidencia o sucesso desse projeto de poder.

Nessa mesma perspectiva moralista e antiprogressista, podemos observar, no campo da educação, o avanço do movimento “Escola Sem Partido”. Fundado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, ganhou maior repercussão principalmente a partir de 2014, com a proposição de diversos projetos de lei baseados em suas premissas reacionárias e antidemocráticas. Essa proliferação de projetos não surpreende, porque, no *site* movimento existem anteprojetos de lei municipal e estadual preparados, os quais são utilizados por vereadores e deputados que reforçam a ofensiva conservadora que vivemos.

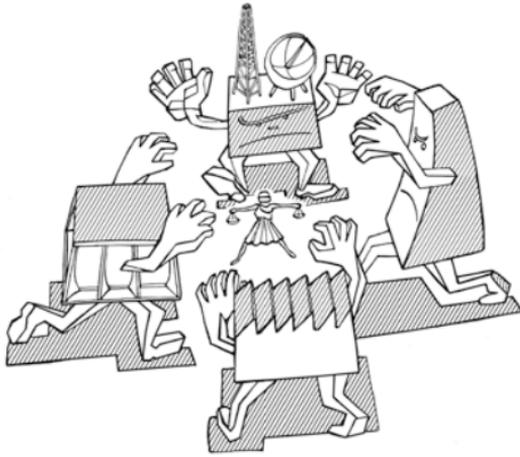
De acordo com o pesquisador Fernando Penna, da Universidade Federal Fluminense, “o primeiro projeto de lei que propunha a criação do ‘programa escola sem partido’ em uma rede de ensino foi fruto de uma parceria entre o criador do movimento, Miguel Nagib, e o deputado estadual Flávio Bolsonaro”. Em seguida, também no Rio de Janeiro, apareceu o segundo projeto, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), com o mesmo teor, só que destinado ao município. Depois disso, a onda conservadora espalhou esses projetos por todo o Brasil. O discurso do movimento Escola Sem Partido estimula a perseguição e o comportamento violento de alunos e membros da comunidade, ao representar os professores como corruptores da juventude e defender que eles não

tenham liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional (Anped, 2016). Os teóricos do movimento alegam neutralidade e se dizem apertados. No entanto, suas intenções são muito claras: a retroação dos avanços progressistas conquistados desde o fim da ditadura civil-militar no Brasil, especialmente aqueles relacionados aos direitos humanos.

Por fim, partindo da perspectiva dialética de análise de todos esses processos, a conjuntura internacional de crise do capitalismo e sua repercussão na economia brasileira se configuram como um elemento importante, que intensifica e funcionaliza determinados discursos e alternativas. Analisando de modo bem sucinto, podemos dizer que o processo duradouro de recessão econômica brasileira, a reboque da crise internacional de 2008, provoca efeitos muito destrutivos em vários aspectos da vida social e fragiliza o chamado social-liberalismo implementado nos governos do PT, principalmente nos mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse efeito prolongado intensificou o processo sistemático de dissolução da política primário-exportadora de *commodities*, que era aliada a mecanismos de manutenção do consumo interno como estratégias de amenização dos efeitos destrutivos da crise. O esgotamento dessa matriz precária de sustentação econômica revelou e intensificou um forte discurso antissocial e antiprogressista, principalmente entre as classes médias.

O que precisa ficar claro é que esse avanço das direitas não deve ser compreendido apenas como con-

sequência do quadro de crise internacional do capital. Todavia, momentos de crise historicamente viabilizam saídas autoritárias e/ou discursos reformistas para ampliação de expropriações sociais, apresentadas como alternativas únicas – ou, como gostam de chamar certos economistas ortodoxos, como “remédios amargos” – para uma suposta retomada de crescimento econômico. Essa condição fomenta um caldo de cultura propício à disseminação de discursos pautados na aversão à política, resumindo-a a símbolo de corrupção, assim como ao Estado e a tudo aquilo que é público – que passa a ser visto como um fardo pesado, expressão do atraso e patrimonialismo.



ESTADO E
ORGANIZAÇÃO
EMPRESARIAL PARA
A AÇÃO POLÍTICA

O EXERCÍCIO DA DOMINAÇÃO PRESSUPÕE A EXISTÊNCIA DE UM Estado que dê condições e estructure o poder, universalizando os interesses específicos de determinada classe para todo conjunto social, assim como viabilizando um “bom ambiente de negócios” para a expansão capitalista. Como nos diz o filósofo grego Nicos Poulantzas (1980, p. 44): “o Estado tem um papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe, e em especial na luta de classes, o que explica sua presença nas relações de produção”. Com base em tal perspectiva, o que complexifica a compreensão das formas de dominação de classe, principalmente na conjuntura atual do capitalismo, é justamente a observação da estruturação dessa dominação burguesa a partir de interesses e de uma atuação burguesa que vai muito além dos limites do Estado, sintonizando-se às relações do capital mundializado e suas determinações. Por outro lado, o Estado constitui dialeticamente produto e produtor das relações de dominação, sendo, portanto, fundamental para o exercício da hegemonia de classe.

Assim, a reflexão sobre a ascensão de determinadas frações da direita brasileira não pode partir apenas de uma análise das relações características da chamada sociedade civil. Mais do que isso: essa análise da construção de hegemonia não pode dissociar o conjunto de relações da sociedade civil de sua articulação dialética e visceral com o Estado, no sentido estrito, ou seja, da institucionalidade estatal. Dessa forma, mesmo o Estado sendo fortemente criticado nos discursos e em

certas concepções teóricas da direita, os aparatos da burguesia enquanto classe dominante são parte indissociável dele, que, por sua vez, em sua essência, garante seus interesses, mas, por outro lado, condensa uma relação de forças e luta de classes.

A proposta de construção de uma nova hegemonia burguesa pautada em importantes reformas ou contrarreformas estruturais na institucionalidade estatal, principal bandeira e veículo fundamental de mobilização da nova direita brasileira, apoiou-se em uma gama variada de organizações atuantes na sociedade civil – que entretanto são fortemente atreladas ao próprio Estado. No mesmo sentido, as tensões interburguesas também adquiriam cada vez mais musculatura. O Estado, por sua vez, amplia-se a partir de sustentáculos da sociedade civil que buscam capturar ou executar suas funções, abrigando cada vez mais tensões, reconfigurando-se para contê-las no processo de construção/atualização constante da hegemonia burguesa. Portanto, a hegemonia de classe não é um fim, mas um processo contínuo e ininterrupto de reconfiguração e atualização que se materializa e se conforma de acordo com as próprias lutas de classes.

Com a complexificação da sociedade brasileira em seu processo de ocidentalização, a burguesia busca associações, a partir de formas organizativas de articulação política e mesmo econômica, para viabilizar o exercício e a atualização de suas formas de dominação. Assim, multiplicam-se organizações das mais distintas frações da burguesia, que rivalizam ou articulam entre

si umas com as outras, à medida que as condições das lutas de classe exigem. Esses aparelhos privados de diferentes estratos da burguesia brasileira se misturam à própria institucionalidade do Estado, ampliando-o. Desempenham, com isso, importante papel de articulação empresarial para a ação política, com participação em tomadas de decisão, em definição de diretrizes, assim como na constituição de políticas públicas.

Além disso, como outro lado da mesma moeda, esses aparelhos atuam internacionalmente como plataforma de expansão de seus negócios. Inserem-se, portanto, no conjunto das estratégias de reconfiguração da dominação de classe no Brasil, tanto em sua relação com o Estado como no processo de internacionalização da burguesia brasileira, entendendo esse movimento de forma dialética, como um elemento imperativo do atual estágio do capitalismo mundializado. Sendo assim, essa atualização da hegemonia burguesa no Brasil contemporâneo a partir da ascensão e articulação de diferentes segmentos da direita deve ser observada em sua dialética indissociável entre estruturas de poder político e interesses imediatos nas relações de produção e acumulação de capital.

MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO

Uma organização que representa essas características e exprime muito bem essa articulação intrínseca entre as determinações do capitalismo mundializado

e as estratégias de reconfiguração da estrutura institucional do Estado é o chamado Movimento Brasil Competitivo (MBC). Trata-se de um aparelho estruturado a partir de empresários pertencentes às frações da grande burguesia brasileira e representantes da sociedade política. Desde 2004, o MBC, que tem sua sede no Distrito Federal, é reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

O principal fundador, presidente do Conselho Superior e espécie de porta-voz do MBC é o empresário Jorge Gerdau Johannpeter. Ele se vincula a poderosos estratos da burguesia brasileira. É presidente do Grupo Gerdau, que inclui a Usina Siderúrgica Paraense, a Metalúrgica Fibra S.A. e a Mefisa Parafusos e Fixadores S.A., entre outros, com operações em 11 países.¹⁴

Além de ter um corpo de associados mantenedores que compreende os grandes grupos empresariais nacionais, multinacionais e as grandes empresas ligadas ao Estado, o MBC também conta com um quadro de associados institucionais que denota sua capacidade de articulação com outras classes e entidades de representação dos trabalhadores. Assim, mesmo defendendo os interesses específicos da grande burguesia, apresenta-se como um movimento que extrapola os interesses imediatos de classe. Entre as instituições que se associaram ao programa defendido pelo movimento estão as principais organizações sindicais da classe trabalhadora, dentre elas: a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical, a União Geral

dos Trabalhadores (UGT), a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).¹⁵ Dessa forma, além de congregar os interesses do grande capital, a organização burguesa incorpora entidades de representação das classes trabalhadoras como forma de captura e ressignificação de suas bandeiras de luta, propondo um discurso universalizante, o discurso de um partido político em seu sentido *lato*, como proposto por Gramsci.

O Movimento Brasil Competitivo se alinha às organizações da sociedade civil que criam mecanismos de ampliação do Estado, no sentido gramsciano, em que a sociedade civil e Estado estão dialeticamente articulados, desenvolvendo alternativas para a privatização, empresariamento das funções sociais do Estado, bem como implantando modelos privados de gestão da administração pública. Essa estratégia de reconfiguração da ossatura institucional do Estado é veículo e resultado do processo de atualização da dominação burguesa.

Como estratégia de articulação empresarial para a atuação política, a partir de 2003, o MBC passou a organizar o Congresso Internacional Brasil Competitivo. Dentre os temas das 12 edições do evento, de periodicidade anual, estão: “Inovação como Fator de Competitividade”, “200 anos de Estado: A inovação na Gestão Pública”, “Gestão Pública e Sustentabilidade”, “Competitividade em Foco”, “3ª Conferência de Inovação Brasil – EUA” (Movimento Brasil Competitivo).

O então governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (PSDB) defendeu a “realização de uma reforma do Estado brasileiro, com o objetivo principal de promover alterações nas leis que regem o serviço público no país” (Espírito Santo Hoje, 28/07/2009). Hartung foi um dos palestrantes do painel “Gestão Pública Eficiente – Casos de Sucesso em Governos Estaduais”, dentro do 7º Congresso Internacional Brasil Competitivo, realizado no ano de 2009.

Na edição do evento realizada em 2011, que teve a Petrobras como principal financiador e também contou com apoio financeiro da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Odebrecht, Sebrae, Gerdau e Grupo Votorantim, a proposta foi abordar as perspectivas para a implementação “eficiente” da gestão pública adaptada às noções de “sustentabilidade” (Movimento Brasil Competitivo, 2017). Esse discurso da sustentabilidade em sentido ampliado, que apresenta noções de gestão financeira sustentável, geralmente atrelada à concepção de eficiência e lucro, traz em sua essência os princípios privatizantes característicos da gestão privada, neste caso adaptadas à gestão do bem público. Configura-se como arma simbólica na luta de classes entre as diferentes concepções de mundo em disputa e como mecanismo de naturalização no conjunto dos valores e padrões de sociabilidade do capital em sua conformação neoliberal. O congresso internacional, por sua vez, constituiu-se tanto como uma instância de autopromoção da entidade e formação de quadros de intelectuais

orgânicos como em espaço de discussão e mobilização empresarial com articulação na sociedade política.

Atuando no sentido de estabelecer seus próprios diagnósticos sobre a conjuntura econômica e suas relações com as formas de organização política, o MBC e a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham) lançaram em conjunto, em 2006, o projeto denominado Painel de Competitividade. Segundo o relatório de gestão do MBC, o projeto tem como objetivo desenvolver uma abordagem

que reúne indicadores considerados pelos principais estudos sobre competitividade global: The Global Competitiveness Yearbook (IMD) e Doing Business (IFC/BIRD), totalizando 24 variáveis em três subgrupos: custo e disponibilidade de capital, custo fiscal e institucional e custo operacional, entre o período de 2000 e 2006. O objetivo do Painel é avaliar quais são os determinantes da competitividade de uma economia, a fim de identificar os principais entraves ao seu desenvolvimento. (Movimento Brasil Competitivo, 2006)

O programa desenvolvido pelo MBC e pela Amcham parte do conceito de competitividade empresarial, que à primeira vista concentra-se em estratégias de gestão e indicadores econômicos, mas que também tem no horizonte pressupostos referente ao papel do Estado no processo e, acima de tudo, as reformas que seriam “necessárias”, de acordo com sua concepção, para o alinhamento do Estado ao sistema internacional do capital. Nesse sentido, ao buscar a chancela de instituições de consultoria como The Global Competi-

tiveness Yearbook (IMD) e Doing Business (IFC/BIRD), o MBC torna mais explícita essa perspectiva subordinada às determinações da economia mundo.

Outro foco da atuação do grupo de grandes empresários do movimento é a articulação da burguesia brasileira com vistas à sua internacionalização. Nesse sentido, o MBC integrou o grupo de instituições que estruturavam a Seção Brasileira do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu).¹⁶ A entidade organizava visitas ao congresso estadunidense e às autoridades do poder executivo daquele país, tendo como principais pontos de debate e negociação uma agenda para a estruturação de relações bilaterais. Em troca disso, recebia o pacote de orientações de ajustes e reformas que o Estado deveria passar para a viabilização do “bom ambiente de negócios”.

Na defesa desse alinhamento, José de F. Mascarenhas, diretor da construtora Odebrecht e membro do Conselho Superior do MBC, afirmou que o maior avanço da globalização está na “área econômica pelo progresso material que proporciona às populações”. Dessa forma, a burguesia brasileira busca acionar o Estado como mecanismo de viabilização no processo de internacionalização de frações da burguesia. Segundo o diretor da Odebrecht, esse modelo econômico de produção “veio para permanecer e os países que não o entenderem ficarão com o seu desenvolvimento atrasado. Essas empresas quase sempre se localizam no topo das cadeias produtivas, atraindo outras, de porte médio e pequeno, mais focadas no mercado

interno dos países” (Movimento Brasil Competitivo, 2017). Esse discurso está alinhado à política definida no governo Luiz Inácio Lula da Silva que caminhou na direção de favorecimento dos chamados “campeões nacionais”. Tratou-se da estruturação de grandes grupos econômicos brasileiros com vistas a sua internacionalização, com grande penetração em países da África e, sobretudo, na América Latina, capazes de aprofundar o volume de investimento externo de capitais brasileiros e a extração de mais-valia.

O Movimento Brasil Competitivo, a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Conselho de Competitividade Americano (CoC) reuniram, em 2010, empresários, autoridades representantes da sociedade política e membros da comunidade acadêmica para a Segunda Conferência de Inovação Brasil-Estados Unidos na Georgetown University, em Washington, DC. A proposta da conferência se insere no rol de iniciativas de frações burguesas brasileiras, em sua perspectiva de inserção e/ou manutenção de sua posição, ainda que subordinada, no sistema internacional do capital.

Em sua apresentação, a empresária Deborah L. Wince-Smith, presidente e CEO do Conselho de Competitividade (CoC), afirmou que a globalização, a liberalização do comércio e a difusão da tecnologia da informação abriram oportunidades de crescimento e investimentos em todo o mundo. Por outro lado, também disse que esse processo teria elevado o patamar de desempenho e criado pressões nas nações,

regiões, setores, empresas e trabalhadores para atender a novos padrões de competitividade global. Dessa forma, os organizadores do evento defendem como pressuposto o processo de internacionalização no contexto da globalização como veículo fundamental para o progresso e a prosperidade material da sociedade.

Para levar a cabo esse programa de internacionalização, o relatório apresenta algumas “adequações” na estrutura institucional do Estado que seriam necessárias para viabilizar tal processo de desenvolvimento econômico, a partir de uma “agenda da eficiência”. Assim define o relatório: “precisamos encarar a ‘agenda da eficiência’, que se traduz em medidas com impacto direto na produtividade do setor privado e, por conseguinte, na competitividade”. De acordo com relatório, a agenda deveria incluir: “reforma tributária, para simplificar e reduzir a nossa carga tributária; a redução na taxa de juros, que só poderá ser conseguida de forma consistente com a redução do déficit orçamentário; e a regulamentação mais flexível do mercado de trabalho” (ABDI, 2010).

O que novamente queremos evidenciar aqui é o desenvolvimento sistemático do discurso de defesa de reformas institucionais do Estado e de redução de direitos dos trabalhadores que, por sua vez, empunharam as bandeiras de variados segmentos da direita brasileira em suas manifestações, a partir de 2014. O discurso de reformas estruturais que, na verdade, representam significativos mecanismos de expropriação social, vem sendo paulatinamente

desenvolvido e reproduzido por diferentes meios e organizações burguesas.

Como parte do seu programa de internacionalização de frações da burguesia brasileira, o MBC articulou estratégias de inserção em outras economias a partir da organização de projetos de consultoria. Dessa forma, segundo o relatório da entidade, o movimento foi encarregado de desenvolver um trabalho de consultoria com o objetivo de fomentar o crescimento econômico de Moçambique. O relatório afirma que o projeto de cooperação surgiu a partir de um encontro realizado em Maputo, capital de Moçambique, que reuniu representantes empresariais e lideranças governamentais e parlamentares de nações africanas e de outros continentes, entre elas Romênia e Brasil (ABDI, 2010).

O objetivo do encontro, de acordo com o MBC, foi debater estratégias que propiciassem a criação de um ambiente mais favorável ao comércio e ao investimento em Moçambique. “Vamos disseminar a experiência brasileira no desenvolvimento de ações de melhoria do ambiente de negócio em Moçambique. Além disso, a consultoria é uma fonte geradora de recursos para o Movimento Brasil Competitivo (MBC)”, explicou o empresário José Fernando Mattos, diretor-presidente (MBC, 2017).

No âmbito de seu projeto de reconfiguração da aparelhagem estatal para a promoção de “eficiência” e “competitividade” na gestão pública, com o objetivo de viabilizar um ambiente propício aos negócios da

grande burguesia que buscava a internacionalização, em 2007 o movimento organizou o Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP) – que a partir de 2017 passou a ser chamado de “Mais Gestão”.

Segundo seu relatório anual, o projeto “tem como proposta qualificar a gestão pública brasileira e para isso tem atuado, desde 2005, em melhorias na gestão de estados, municípios e órgão do governo federal, fornecendo orientações de especialistas da iniciativa privada...”. O relatório explica que “para isso, utiliza-se do conhecimento técnico e da metodologia científica para promover melhorias na gestão”. E afirma que o PMGP já havia sido implementado em importantes órgãos: Administração Federal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), governos estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Sul e Pernambuco), prefeituras (São Paulo e Porto Alegre), além do Governo do Distrito Federal (Movimento Brasil Competitivo, 2017).

O MBC busca não somente “educar” ou “formar” a burguesia para o consenso intraclasse a partir de sua plataforma de eficiência e competitividade, mas também difundir e instrumentalizar, na aparelhagem estatal, o seu modelo privado de gestão, como proposta “modernizadora”. Como afirma o fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter, “com o programa, ajudamos os gestores públicos a aumentarem a eficiência do Estado na arrecadação de receita, na redução das despesas e na otimização do gerenciamento de projetos” (Movimento Brasil Competitivo, 2017). A

partir de 2007, o MBC passou a atuar junto a uma série de governos estaduais para a sua implementação do Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP).

A revista *Exame* publicou uma matéria sobre o programa voltado à gestão pública desenvolvido pelo MBC, intitulada “A ‘banda’ boa do setor público” na qual se dizia que: *“Apesar de desconhecida, há uma parcela do Estado brasileiro que trabalha duro, mede, compara, analisa, persegue metas. E ela está aumentando de tamanho [...]”* Ainda de acordo com a matéria, *“boa parte desses avanços foi impulsionada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC) – entidade que vem assessorando e financiando a modernização administrativa de vários estados e municípios (Henrique, 2009, grifos nossos).*

O programa organizado pelo MBC tem como principal objetivo a conversão da administração pública dentro dos moldes da iniciativa privada. O projeto incide sobre diferentes áreas da administração, propondo reformas em setores como educação, saúde, segurança pública e meio ambiente, baseadas na lógica da competitividade. Dessa forma, privatiza-se não a estrutura e os ativos diretamente, mas sim as formas de gestão do bem público, de acordo com os preceitos da economia de mercado. Prefeituras, governos estaduais e outros órgãos da esfera pública foram contemplados pelo Programa Modernizando a Gestão (Mais Gestão) do MBC, como a Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria de Aviação Civil, Aeroporto de Guarulhos e o Tribunal de Justiça

de São Paulo. Em 2018, esse programa atuou com projetos nos estados de São Paulo, Amazonas, Rondônia, Roraima e em diversas prefeituras, principalmente nas regiões central e norte do país.

O Movimento Brasil Competitivo organizou encontros com os candidatos à Presidência da república no primeiro turno das eleições de 2018, com objetivo de ouvir suas propostas e entregar o material com as diretrizes fundamentais para a adoção de políticas públicas e reformas do Estado, de acordo com os interesses da grande burguesia, representada pelo MBC. O relatório de atividades de 2018 da instituição apresenta apenas encontros com Geraldo Alckmin (PSDB) e João Amoedo (Novo), ambos os candidatos representantes da direita. Não há referências no relatório sobre um possível encontro com o então candidato da extrema-direita Jair Bolsonaro (PSL).

Portanto, o MBC pode ser caracterizado como uma espécie de organização paraestatal. Sua estrutura penetra o Estado com seus intelectuais/empresários e mecanismos de ação e privatização das formas de gestão, ao mesmo tempo que os integrantes de seu conselho superior, dada a sua origem social, possuem facilidade de ascensão a altos cargos da estrutura institucional do Estado. Essa organização ultrapassa os interesses imediatos da classe burguesa, incorporando/cooptando/ressignificando, por sua vez, interesses e reivindicações das classes subalternas. Com significativos canais de acesso à estrutura institucional do Estado, o MBC dispõe de um projeto político-ideológico

estrutural, elaborando diretrizes e estratégias de ação, tanto no sentido do posicionamento do empresariado nas relações com o Estado, na naturalização de seus padrões de sociabilidade, como também na condução de projetos de internacionalização da burguesia brasileira, entendendo esse processo como dialético para a dominação de classe.

Dessa forma, o MBC mobiliza os interesses de determinadas frações da grande burguesia brasileira e, para tanto, por meio de sua articulação com o Estado, aciona sua chancela. A própria figura de Jorge Gerdau Johannpeter, que dispõe de um impressionante capital político e prestígio não só entre os círculos empresariais, mas, sobretudo, nos gabinetes e na estrutura institucional dos governos – transitando e participando tanto de inúmeros aparelhos privados de hegemonia como de diferentes comissões e conselhos da administração pública, ou seja, por dentro do Estado – ajuda a demonstrar essa complexa relação entre sociedade civil e Estado.

A dominação de classe depende, portanto, do controle ou captura do Estado que se constitui como uma estrutura fundamental para a manutenção e reprodução do poder de classe, a partir da universalização dos seus interesses. Essa captura, contudo, não deve ser entendida a partir de uma visão “funcionalista” do Estado, como se houvesse uma utilização da máquina estatal por uma classe, mas como uma forma complexa de relações de força, o que obviamente não impede a compreensão da existência de uma *natureza* ou es-

sência de classe no Estado capitalista, como bem-apresentado na crítica da Economia Política marxiana.

É importante o entendimento de que, para que avançasse a construção das novas bases de hegemonia burguesa no Brasil, foi necessário agregar desde o proprietário de pequenas fábricas ou empreendimentos comerciais até os grandes conglomerados financeiros e industriais, penetrando nos mais diversos níveis da sociedade. Destacamos aqui a atuação do empresário Jorge Gerdau Johannpeter como um verdadeiro intelectual orgânico desse projeto de atualização da dominação de classe no Brasil. Para além do MBC, ele atua em uma gama imensa de aparelhos de ação política e ideológica da burguesia brasileira, nessa interconexão com a institucionalidade do Estado estrito.

Assim, o MBC e seu principal porta-voz, Jorge Gerdau, assumem posição fundamental no conjunto das relações de construção do discurso da burguesia, como se fossem os verdadeiros condutores da “nova política”, segundo a concepção de “político gestor” em oposição à “política tradicional” – vertente caracterizada como corrupta e ineficaz. É o fortalecimento do discurso de que o empresariado deveria assumir o papel de condução da política brasileira, como se os empresários fossem os únicos capazes de exercer, com “eficiência” e “eficácia”, a gestão institucional do Estado.

O discurso da suposta nova política, muito acionado e reproduzido por segmentos da direita nas manifestações pós-2014 e nos últimos processos eleitorais,

que em sua concepção antipolítica busca a exaltação do empresário “gestor” como substituto do político, não é uma invenção do MBC; tampouco é uma “nova política”. Essa perspectiva é característica do discurso neoliberal, reproduzido por importantes estratos da grande burguesia brasileira, principalmente a partir da década de 1990.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI)

A *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria de Frederico Vasconcelos, em junho de 1989, que narrava e enaltecia o nascimento de um grupo de grandes e “comprometidos” empresários industriais em São Paulo, que se reuniam semanalmente, longe dos “asédios” da imprensa, com o objetivo de “traçar as linhas básicas do que poderá ser o primeiro passo para a retomada do desenvolvimento econômico independente da ação do Estado”. Tratava-se do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Nas palavras do jornalista Frederico Vasconcelos, o objetivo do Iedi “é ambicioso, mas factível em médio prazo, a julgar pelo peso dos empresários envolvidos: elaborar um projeto industrial realista, dentro de uma estratégia que vise aumentar a produção, a produtividade, o emprego e o salário real” (Vasconcelos, 25/6/1989).

O Iedi até hoje constitui um dos maiores e mais importantes aparelhos de ação política e ideológica de mobilização e articulação dos segmentos mais pode-

rosos da grande burguesia brasileira. Em setembro de 2018, o instituto publicou um documento chancelado por uma gama expressiva de grandes grupos econômicos, por meio de suas representações no conselho da instituição, cujo nome é *Indústria e o Brasil do futuro*. Segundo o atual presidente da instituição, Pedro Wongtschowski:

O IEDI acredita que os princípios e diretrizes defendidos neste documento serão de grande valia para que o próximo governo recoloque o Brasil nos trilhos do desenvolvimento e, por isso, não apenas será encaminhado aos candidatos à Presidência da República, como também servirá de guia para o diálogo entre o Instituto e as autoridades públicas nos próximos anos. (Iedi, 2018, p. 9)

O documento do IEDI assume e formaliza uma série de reivindicações características das classes médias e de diferentes segmentos da direita brasileira, como o pacote de reformas estruturais do Estado. Dentre elas, constam as reformas da previdência, tributária e política, ajuste fiscal, políticas para o desenvolvimento do mercado de capitais e a reformulação do papel do BNDES, atuação do Estado para a internacionalização da burguesia, dentre várias outras proposições de políticas públicas, que representam o pacote de interesses da grande burguesia. Como apresentado no documento do IEDI: “Recentemente, a política econômica procurou reconstituir o equilíbrio fiscal por meio do contingenciamento dos gastos públicos e de reformas estruturais, como a fixação de um teto ao crescimento real das despesas do Estado”. Destaca ainda a reforma

da previdência como “fundamental para assegurar a governança fiscal nos próximos anos” e a reforma tributária. De acordo com o IEDI, “o desajuste fiscal é grave e as iniciativas para reequilibrar as contas públicas são fundamentais e mandatórias”. E conclui: “São essas as condições para destravarmos o crescimento potencial da economia e para encaminharmos solução para os demais temas que não são de natureza exclusivamente fiscal” (Iedi, 2018, p. 9).

Dentre os grupos econômicos e signatários do documento podemos destacar: Cláudio Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau); Daniel Feffer (Grupo Suzano S.A.); Fabio Hering (Companhia Hering S.A.); Fábio Schvartsman (Vale S.A.); Flávio Gurgel Rocha (Confecções Guararapes S.A. - Riachuelo); Horácio Lafer Piva (Klabin S.A.); José Roberto Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim); Luiz de Mendonça (Grupo Odebrecht); Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha S.A.); Paulo Cesar de Souza e Silva (Embraer S.A.); Pedro Luiz Barreiros Passos (Natura Cosméticos S.A.); Pedro Wongtschowski (Presidente do IEDI, Grupo Ultrapar Participações S.A.); Rodolfo Villela Marino (Vice-presidente do IEDI, Itaú S.A – Investimentos Itaú S.A.); Sérgio Leite de Andrade (Grupo Usiminas); Victório Carlos de Marchi (Grupo AmBev).

É importante destacar a presença quase inequívoca do Grupo Gerdau e da família de Jorge Gerdau Johannpeter à frente de aparelhos de atuação política e ideológica das classes dominantes brasileiras. Outro nome digno de nota na atual conjuntura é a presen-

ça ativa do empresário Flávio Rocha, da Riachuelo, grande apoiador da campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, que adiante veremos com detalhes.

O ledi, a partir de um projeto de poder bem definido, busca eleger, agregar e articular os setores mais poderosos da grande burguesia brasileira para uma espécie de “tomada de consciência” do seu papel de protagonismo nas decisões políticas nacionais e no estabelecimento de diretrizes para a elaboração de políticas públicas. Apesar de assumir esse papel de articulação no conjunto das frações da burguesia, no que se refere aos processos mais específicos das relações de produção sua ação é fundamentalmente voltada à institucionalidade estatal. Para levar a cabo seu programa estrutural de poder, age a partir e por dentro da estrutura do Estado, buscando definir ou reconfigurar seu papel para o atendimento dos interesses econômico/corporativos dos segmentos da burguesia aos quais representa – ao mesmo tempo, colocando-se como representante dos interesses da nação.

Entretanto, além de atuar de forma estrutural, partindo de um projeto de poder voltado à sociedade brasileira, em que a redefinição da estrutura do Estado garante maiores taxas de acumulação e a posição da grande burguesia no conjunto das classes dominantes, o ledi também busca atuar na internacionalização dessa burguesia. O fato é que essas formas de atuação são complementares e dialéticas diante das

aspirações de expansão da burguesia brasileira e de sua inserção internacional nas relações da economia mundo. O Programa de Desenvolvimento Industrial, como plataforma de um projeto de nação para o Brasil, compreende políticas de incentivo à internacionalização da burguesia brasileira.

Além de disputar recursos públicos e financiamentos do BNDES, a defesa do ledi penetra na questão cambial e cobra por políticas públicas direcionadas ao investimento para exportação, à ampliação do financiamento da exportação e do capital de giro para a produção para exportação e à internacionalização das empresas nacionais. De acordo com um estudo do instituto, esse processo de avanço do setor industrial brasileiro no exterior estaria muito abaixo de suas possibilidades e a principal razão disso seria a falta de um verdadeiro programa de valorização do setor industrial, assim como proposto em seu projeto de *Indústria e o Brasil do futuro*. A estratégia de ação do instituto não está amparada apenas na articulação empresarial, mas também na formatação do Estado para o atendimento desses interesses específicos de setores mais robustos da burguesia brasileira.

Nesse sentido, a estratégia de internacionalização da burguesia industrial brasileira conduzida pelo ledi constitui um dos seus principais mecanismos mobilizadores do empresariado, justamente porque isso implica processos de redefinição da própria institucionalidade do Estado. O ledi, enquanto aparelho privado de ação política e ideológica da grande burguesia

brasileira, atua para elaborar programas, pressionar e cobrar pela implementação de reformas na estrutura material do Estado, buscando garantir a ampliação desse processo no conjunto dos seus interesses de aumento das taxas de lucro no quadro da acumulação de capital. A partir dessas conexões, frações da burguesia buscam se associar no âmbito do capitalismo mundializado.

Ao longo de toda sua existência, o ledi, como intelectual coletivo da burguesia industrial brasileira, sempre apresenta a relação com o Estado como sendo fundamental para seu projeto de nação. Apesar de toda ênfase de tais setores da burguesia na defesa incondicional da economia de mercado e outras determinações do capital, sua atuação e seu foco, na verdade, estão por dentro do Estado, entranhados em sua estrutura institucional, convertendo as políticas públicas aos interesses privados da grande burguesia, como se estes fossem universais. Coloca-se nesse processo de construção de um novo projeto de nação como o verdadeiro portador da “racionalidade” necessária para a transformação e o progresso do país, como ator político fundamental para o desenvolvimento e único capaz de conduzir a sociedade brasileira ao quadro de prosperidade do mundo globalizado. Ao elencar a classe empresarial como sendo os atores políticos fundamentais,¹⁷ a organização se constitui como uma plataforma de atuação e projeção de representantes da grande burguesia brasileira para a composição de quadros na sociedade política.

GRUPO DE LÍDERES EMPRESARIAIS (LIDE)

Outra organização importante para a compreensão da ascensão das direitas no Brasil contemporâneo, que também configura uma importante plataforma de projeção política de representantes do empresariado, principalmente nas últimas eleições de 2016 e 2018, é o chamado Grupo de Líderes Empresariais (Lide). A organização representa os interesses específicos das frações mais abastadas da classe dominante do país. O Lide foi fundado a partir do prestígio no meio empresarial e das articulações políticas do empresário João Doria Júnior, conhecido como João Doria, que tem forte atuação em São Paulo. O empresário é fundador e presidente do chamado Grupo Doria, um grupo de comunicação e *marketing* composto por seis organizações: Doria Administração de Bens; Doria Internacional; Doria Editora; Doria Eventos; Doria Marketing & Imagem; e o próprio Grupo de Líderes Empresariais – Lide. Relacionando sua trajetória empresarial e midiática com atuação política, João Doria se filiou ao PSDB em 2001. Desde o início, foi apadrinhado político de Geraldo Alkmin, ex-governador e importante liderança do partido.

O Lide congrega alguns dos mais proeminentes grupos econômicos do país e se declara como uma organização de caráter privado que reúne empresários em diversos países em quatro continentes. A partir de uma organização estrutural internacionalizada, pode-se observar que a instituição tem como objetivo

a reformulação da estrutura institucional do Estado, com vistas a viabilizar o “bom ambiente de negócios” para o aprofundamento da “economia de mercado” e da internacionalização dessa fração da burguesia brasileira.

Uma característica que define bem o perfil do Lide, que se assemelha a outra organização empresarial dessa nova direita, o chamado Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Rio Grande do Sul, é o fato de essas organizações possuírem um caráter bastante restritivo de acesso e composição de seus membros. Nesse sentido, o Lide constitui uma espécie de “clubes exclusivos dos milionários”, pois não é aberto para a participação de qualquer interessado e possui determinados critérios de exclusividade para o ingresso em seu seleto grupo. Segundo a instituição, para fazer parte do Lide é necessário se enquadrar no seguinte perfil: empresas brasileiras e multinacionais com “faturamento igual ou superior a 200 milhões de reais anuais”; “Companhias que praticam a Governança Corporativa”, “valorizam o ser humano em todos os níveis”, “respeitam o meio ambiente” e “oferecem apoio a programas de Responsabilidade Social”; “Organizações notórias”, que tenham imagem pública de alta reputação no Brasil e no exterior (Grupo de Líderes Empresariais, 2019).

Segundo a matéria de Daniel Jelin, publicada na revista *Veja* de 31 janeiro de 2007, Dória é “presidente, membro e mola propulsora do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), uma espécie de clube [...] do qual

são sócios atualmente [2007] 406 dirigentes e donos de empresas com faturamento acima de 200 milhões de reais, condição indispensável para entrar na turma” (Jelin, 2007). A matéria afirma ainda que os empresários que integram o Lide “juntos, compõem cerca de 40% do produto interno bruto do Brasil”. Independentemente dos números apresentados pela revista, o fato é que o Lide congrega em seu exclusivo “clube” empresários de grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, e suas ações e projetos são voltados à construção do consenso no interior dessa fração da burguesia, assim como ao fortalecimento de laços *distintivos* e definidores de sua posição e de seu *habitus*,¹⁸ como vemos nesta reportagem da revista *Veja*:

Ao longo do ano, essa elite da elite do empresariado nacional, com suas mulheres que adoram as gentilezas e são as mais animadas, parte para a exclusivíssima confraternização: Doria fecha um *resort* e todos desfrutam quatro ou cinco dias de boa comida, esportes, dança, *shows*, palestras. [...] É um ganha-ganha. Quem vai ganhar amigos, clientes, informação, conteúdo, negócios. A prova é que nunca houve quem não quisesse voltar, gaba-se Doria. (Jelin, 2007)

A jornalista Julia Duailibi, da revista *Piauí*, na edição de outubro de 2015, publicou uma matéria sobre João Doria e o Lide, com o título “Coxão Duro *Lifestyle*”, na qual afirma que João Doria Júnior seria “uma espécie de *public relations* do empresariado paulista” (Duailibi, 2015). Segundo Duailibi, por meio do Lide, Doria promove encontros com empresários e autori-

dades em “fóruns que podem chegar a 140 mil reais, organiza viagens para participar do Yacht Show em Mônaco e oferece descontos em ternos da marca italiana Ermenegildo Zegna (15%) para quem paga em dia a anuidade de LIDE, de 9 mil reais” (Duailibi, 2015).

Podemos afirmar, seguindo a linha analítica desenvolvida por Bourdieu, que o Lide busca, em suas próprias formas de organização e mobilização empresarial, estabelecer e reforçar suas características de distinção social e de *habitus*, como mecanismo de pertencimento e construção do consenso intraclasse.

A estrutura organizacional do Lide é composta por representações setoriais e regionais. Por conseguinte, cada participante do grupo dirigente da instituição assume a presidência de uma área de atuação (Comitê de Gestão) ou de uma unidade nacional ou internacional. O chamado Comitê de Gestão reúne os presidentes de áreas de atuação como agronegócio, economia, comércio, cidadania, educação, cultura, indústria, empreendedorismo, dentre outros.

As ações e projetos do Lide são elaborados e coordenados pelo Comitê de Gestão, que, composto por representantes de empresas filiadas, tem como objetivo orientar, avaliar e decidir sobre as diretrizes de atuação da instituição. No Comitê, figuram atores políticos e empresários urbanos e rurais atuantes em outras organizações de caráter classista e aparelhos privados de hegemonia.

Vejam alguns exemplos: como dirigente do Lide Agronegócio, esteve o ex-ministro (no governo Luiz

Inácio Lula da Silva) Roberto Rodrigues, que foi presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Associação Brasileira de Agronegócios (Abag). Em 2019, a presidência de Agronegócios do Lide estava com a engenheira Mônica Bergamaschi, ex-secretária de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (2011-2014) e atual presidente do Instituto Brasileiro para Inovação e Sustentabilidade do Agronegócio (Ibisa). Como presidente do Lide – Energia estava José Goldemberg, ex-secretário de Ciência e Tecnologia, ex-secretário de Meio Ambiente em São Paulo, e ex-ministro da Educação; o Lide – Economia, inicialmente era presidido por Paulo Rabello de Castro, que em 1980 fundou a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), e é dirigente do Instituto Atlântico, instituição parceira do Lide em alguns de seus projetos (Lide, 2017, p. 122).

A questão aqui é observar a atuação dos dirigentes do Lide em outras esferas e organismos da sociedade civil, assim como a relação entre a chamada estrutura de Governança do Grupo de Líderes Empresariais e a estrutura institucional do Estado. Como se vê, seus dirigentes estão inseridos em diversas outras frentes de organização e mobilização do empresariado, assim como na composição da sociedade política, ou seja, integram a institucionalidade estatal, demonstrando a representatividade da instituição como plataforma de atuação política do empresariado.

A organização apresenta um quadro de dirigentes pertencentes a grandes grupos econômicos, muitos

deles inseridos politicamente na estrutura estatal ou com forte influência política, bem como engajados em outras frentes de atuação empresarial. Além disso, muitos desses membros dirigentes atuam nos meios acadêmicos e midiáticos. O Lide, portanto, representa os interesses de uma parcela da burguesia e, ao contrário de muitos outros aparelhos privados de hegemonia, faz questão de demonstrar seus vínculos de classe. Mais do que isso, seus intelectuais orgânicos – principalmente seu fundador e dirigente, o performático João Doria Jr. – buscam fortalecer e evidenciar seus signos de distinção de classe.

Uma das principais formas de atuação da organização, além das palestras, almoços/reuniões e eventos sociais anuais, consiste na publicação de diversos periódicos, em parceria com a Doria Editora, pertencente ao grupo de seu fundador e dirigente João Doria Jr. A principal publicação da entidade é o periódico chamado revista *Lide*. Segundo a instituição, a revista, de periodicidade bimestral e tiragem de 40 mil exemplares, é distribuída ao *mailing VIP* do Lide e vendida em bancas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Segundo o Lide, a publicação aborda

os desafios para o crescimento do Brasil, políticas econômica e internacional, aumento da competitividade da indústria nacional, investimentos, sustentabilidade, oportunidades de geração de negócios, perfil e trajetória de empresários de sucesso, além de artigos com especialistas sobre temas contundentes. Cada edição traz encartes sobre temas específicos, atuais e relevantes ao

cenário corporativo no Brasil. Mercado financeiro, jurídico, imobiliário, viagens inesquecíveis são alguns dos exemplos. (Lide, 2016).

A revista *Lide* também é publicada em versões específicas para cada unidade internacional do Lide, com matérias e reportagens próprias de cada país. Além da revista que leva o nome da instituição, o Lide também participa da publicação de outros 17 periódicos da Doria Editora e de uma publicação internacional. Segundo a editora, são publicadas 18 revistas: dessas, 12 são direcionadas ao “mundo corporativo”, economia e negócios; e seis são voltadas a estilo de vida (*lifestyle*), isto é, “comportamento, gastronomia, viagens e alto luxo” (Grupo Doria, 2019).

As publicações do Lide são destinadas prioritariamente às classes médias e à grande burguesia brasileira. Entretanto, em função de sua tiragem e circulação, atingem outros estratos sociais. Algumas revistas têm o objetivo de construção do consenso intraclasse, além de reforçar os seus signos identitários e mecanismos de distinção e *status* social, com matérias que evidenciam o *glamour* e o alto padrão de consumo. Segundo a jornalista Julia Duailibi, o governo Alckmin, parceiro de Doria no PSDB, gostava de anunciar nos periódicos do Lide. O Estado de São Paulo teria investido, até outubro de 2015, cerca de 1,5 milhão de reais em publicações nas revistas do Lide, sendo 500 mil somente para a *Caviar Lifestyle*, que declara ter como missão “retratar o universo do luxo no Brasil” (Duailibi, 2015).

Da atuação do Lide, decorre a valorização do *status* social do “verdadeiro” burguês, com o enaltecimento de sua condição de “elite” por meio da exibição performática de signos de consumo. É a glorificação do mercado e da noção de “empreendedor vencedor” alicerçados na ideologia da meritocracia. Por outro lado, expressam análises e sua concepção do mundo a partir de um discurso que se afirma como “objetivo”, a partir de uma suposta racionalidade “técnica” e de “princípios científicos de gestão”.

A atuação do Lide por meio de suas publicações visa, por um lado, o debate político e econômico – com análises econômicas conjunturais, projeção de cenários econômicos, proposição de políticas públicas, defesa de reformas e programas de reformulação do papel do Estado, temas principais nas publicações das revistas *Lide*, *Empresarial*, e *Fórum de Negócios*, e do periódico voltado ao agronegócio. Por outro lado, essas publicações (principalmente as categorias *lifestyle*) trazem uma estratégia simbólica de fortalecimento e naturalização de sua concepção de mundo e de seus padrões de sociabilidade.

O alto patamar de consumo, o luxo, o *glamour* e a ostentação passam pela “absolvição” e “remissão”, desta vez não pela obra divina, mas por meio da ideologia da “meritocracia”, da “competitividade” e do “empreendedorismo” – entendidos e defendidos como sendo as molas propulsoras da prosperidade material individual e social. Eis o modelo de sociedade propalado pelos intelectuais orgânicos do Lide, iden-

tificado com os pressupostos neoliberais e difundido como parte da estratégia de mobilização empresarial. Note-se que o Lide não tenta apagar os rastros de sua vinculação de classe, como outras organizações empresariais, conquanto a instituição defenda seus projetos e interesses de classe como se estes representassem objetivos comuns que atenderiam à sociedade como um todo.

Em parceria com outro aparelho privado de hegemonia, o chamado Instituto Atlântico, o Lide organizou um material mais denso de análise conjuntural, diagnóstico e difusão de suas propostas para a sociedade brasileira. A chamada “Agenda Brasil: proposta para o avanço acelerado do país” configura-se como objetivação e instrumentalização de diretrizes de ação conjuntural e estrutural, ou seja, como parte de um programa político-ideológico concreto. Um dos principais responsáveis pela proposta foi o empresário Paulo Rabello de Castro, fundador e presidente do Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes), do Instituto Atlântico, além de presidente do eixo de economia do Lide, ex-presidente do BNDES e filiado ao Partido Social Cristão (PSC). O projeto foi lançado em maio de 2012, no Fórum Empresarial de Comandatuba (evento organizado pelo Lide). As propostas atualizam um projeto desenvolvido pelo Instituto Atlântico em seu “Programa de Estabilização com Crescimento” (PEC) lançado em 1993.

A partir dos pressupostos contidos no PEC e defendidos por mais de uma década pelo Instituto Atlân-

tico, foi desenvolvido um estudo pelo Lide Economia (também com base em propostas apresentadas pelo Movimento Brasil Eficiente, projeto administrado pelo Instituto Atlântico), que posteriormente foi revisado pelo Comitê de Gestão do Lide. Foi assim que surgiu a “Agenda Brasil: proposta para o avanço acelerado do país”. Dentre as diretrizes da Agenda (Socialização da Riqueza Nacional), são definidas as seguintes propostas: organização de políticas de distribuição do estoque de riqueza, como forma de estimular investimentos privados; inserção das poupanças populares no mercado de capitais; créditos contra o Estado transformados em ativos tangíveis; oferta de fundos previdenciários para financiar em longo prazo a infraestrutura nacional; proteção do futuro através do lastro de direitos previdenciários das pessoas com ações e direitos reais; titulação em massa da propriedade residencial e das posses rurais em assentamentos populares (Grupo de Líderes Empresariais, 2015). Ou seja, sua proposta de socialização da riqueza nacional se concentra em mecanismos de conversão de recursos públicos à iniciativa privada.

A partir de 2012, as duas instituições, IA e Lide, defendiam as propostas da Agenda Brasil como uma missão, ou seja, como um projeto nacional, apresentando seus interesses parcelares como se estes representassem a totalidade do “povo” brasileiro. “Devemos, pois, estimular a sociedade e o governo a se engajarem num rigoroso planejamento decenal até 2022” (Grupo de Líderes Empresariais, 2015), afirma o texto

da agenda, que conclui: “estamos convencidos de que, assim fazendo, o Brasil consolidará um ritmo espetacular de progresso material e de evolução humana, com efeitos positivos sobre todos os brasileiros e nossos vizinhos” (Grupo de Líderes Empresariais, 2015). O objetivo expresso nesse discurso da “Agenda Brasil” é, sem dúvida, afirmar-se como universalizante.

Como vemos, no conjunto das formas de organização da burguesia brasileira com vistas à expansão e à atualização da dominação, temos o desenvolvimento de estratégias que apontam para a organização de verdadeiras “embaixadas” de negócios e estruturação de relações econômicas bilaterais, buscando a inserção da burguesia brasileira, mesmo que em papel subalterno, no processo de internacionalização – uma das manifestações mais visíveis de sua expressão capital-imperialista.

Uma das iniciativas da burguesia brasileira nesse processo é a multiplicação de unidades internacionais implantadas pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide) em diversos países. De acordo com seu endereço eletrônico, “as unidades internacionais do Lide têm foco no processo de internacionalização das empresas atuantes no mercado nacional e no fortalecimento das relações multilaterais” (Grupo de Líderes Empresariais, 2019). Nesse sentido, busca estabelecer unidades operacionais em países centrais do capitalismo, como Estados Unidos e Alemanha. Também apresenta unidades de representação na Itália, principado de Mônaco, e em regiões estratégicas como a China, o

Oriente Médio e países da África. Nesse processo de internacionalização, o Lide também estabelece relações de grupos empresariais brasileiros em diversos países na América Latina, com unidades na Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

Entre as unidades internacionais do grupo atuantes no centro do capitalismo, podemos destacar o Lide Alemanha. Segundo informações publicadas no endereço eletrônico da unidade internacional do Lide na Alemanha, a estrutura de filiação do grupo inclui uma ampla gama de indústrias de considerável relevância econômica que estão na relação Brasil-Alemanha. A entidade alemã também afirma que seu objetivo central é a organização de uma rede composta por diferentes setores, com essa representação conjunta, para facilitar uma cooperação mutuamente bem-sucedida (tradução livre) (Grupo de Líderes Empresariais, 2019). Como exemplo dessas relações, a partir do Lide, os empresários Christiane Hirmer e Christian Hirmer, ambos presidentes da unidade internacional do Lide Alemanha, foram “responsáveis pela maior parte da concepção e implementação do distrito da seleção alemã na Copa do Mundo de 2014 no Brasil ‘Campo Bahia’” (Grupo de Líderes Empresariais, 2019).

Já a unidade internacional do grupo em Portugal tem um importante papel para a articulação empresarial e para os interesses de internacionalização objetivada pelo Lide. Uma das ações desenvolvidas em Portugal é o Fórum Empresarial de Algarve. Na edição do fórum em 2014, o tema foi “Os caminhos

do crescimento para Portugal". Foram debatidos "aspectos relacionados com a competitividade econômica nacional, com a internacionalização e com as formas de financiamento para o crescimento do país para os próximos anos". Segundo Carlos Miguel Gonçalves, presidente-executivo do Lide Portugal, "reunimos cerca de três centenas de personalidades do panorama político e empresarial de Portugal, Brasil, Angola, entre outros, orgulhando-nos assim, da posição de referência que este fórum ocupa no espaço dos países de língua portuguesa." (Lideworks, 2014). O primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, participou do fórum e afirmou que o "sucesso dos bons sinais das reformas difíceis dependerá da estabilidade política". Ele realça que "Portugal quer fazer do mundo inteiro o lugar das nossas trocas de bens e serviços" (Lideworks, 2014).

Nesse sentido, podemos concluir que a mobilização de capital político e a organização de ações táticas político-ideológicas compõem o quadro de orientações do evento, dado o entendimento do papel do Estado para a viabilização de projetos e a garantia dos seus interesses de ampliação da acumulação das empresas envolvidas. O Lide, portanto, insere-se como uma das iniciativas da burguesia brasileira no desenvolvimento de ações com vistas a sua internacionalização – ainda que como sócio menor no quadro do capitalismo mundializado. Ou seja, o capital-imperialismo brasileiro se configura como ativo, mas adequa-se de forma subordinada ao sistema internacional.

O empresário Sikander Sattar, *senior partner* e presidente do Conselho de Administração da KPMG, grupo empresarial que compõe o quadro de associados do Lide-Portugal, declarou à revista *Lideworks*: “não escondemos que a nossa estratégia de expansão passa pelo triângulo virtuoso Portugal-Angola-Brasil, que queremos potenciar como portas de entrada para os mercados da Europa, África e América do Sul”. Afirma também que “a propósito de África, convém lembrar que, para além de Angola, foi-nos atribuída a licença da KPMG para operar em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (Lideworks, 2014).

O primeiro braço do Lide Internacional no continente africano foi o Lide-Angola. A proposta de criação de uma unidade naquele país concentrou-se em promover a integração e internacionalização das empresas, e não só entre os dois países. Na verdade, tratava-se de uma porta de entrada de empresas brasileiras no mercado africano. Como afirma o empresário Filipe Lemos, presidente do Lide Angola, em 2012: “O grande objetivo é abrir um espaço de ‘network’ às empresas, promovendo negócios entre elas”. O primeiro ato formal de Filipe Lemos foi a apresentação, junto à embaixada do Brasil em Angola, do início das atividades da organização no país como pioneira no continente africano (Fernandes, 2014). A criação do Lide Angola, apoiada em sua fase inicial pelo Lide Portugal, insere-se na estratégia de crescimento do Lide Internacional e sua aposta de implementação na África. A representação em Angola surgiu da iniciativa do

Lide Internacional, setor da instituição que, em 2012, era presidido por Luiz Fernando Furlan, ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2007.

A segunda unidade internacional do Lide no continente africano foi o Lide Moçambique, inaugurado em agosto de 2012. O núcleo empresarial moçambicano que está na gênese do Lide Moçambique, assim como na implantação da unidade em Angola, teve o suporte do Lide Portugal, com apoio técnico de Luís Miguel Henrique, presidente-executivo do Lide Portugal e membro do Comitê do Lide Internacional.

Na apresentação oficial do Lide Moçambique, o ministro do Turismo de Moçambique, Fernando Sumbana, salientou que a chegada do grupo deriva do fato de Moçambique estar no radar dos grandes *players* mundiais e o “mundo começar a ver Moçambique como um país de futuro e de sucesso”. Segundo Mário Machungo (presidente do Comitê de Gestão do Lide Moçambique, presidente do banco Millennium BIM e ex-primeiro-ministro de Moçambique entre 1986 e 1994), “O Lide Moçambique irá funcionar como uma plataforma estratégica para as empresas participantes”, desempenhará “um papel decisivo no desenvolvimento de contatos com outros países e mercados” e “ajudará a posicionar a imagem do nosso país, das nossas empresas e dos nossos empresários ao mais alto nível à escala global” (Midlandcom, 2012).

Em novembro de 2014, o Lide organizou a quinta edição do evento “Business Trip”, que mobilizou uma

comitiva brasileira de empresários e autoridades a partir de uma agenda de encontros empresariais e diplomáticos na cidade de Marrakech. No evento, João Doria Jr., presidente do Lide, e a Confederação Geral das Empresas de Marrocos (CGEM), presidida por Mi-riem Bensalah-Chaqroun, assinaram um Memorando de Entendimentos com propósito de ampliar as possibilidades de negócios. Um dos integrantes da comitiva brasileira foi o governador do estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), investigado pela Polícia Federal na “Operação Monte Carlo” de 2011, que buscava desarticular uma organização que explorava máquinas caça-níqueis e jogos de azar em Goiás e outros estados com o envolvimento do bicheiro Carlinhos Cachoeira (Maireles & Krieger, 2004). O governador de Goiás afirmou na ocasião: “vemos a possibilidade de ampliar parceria na área de fosfatos. Marrocos possui 75% das reservas deste mineral e nosso estado precisa de fertilizante para correção do solo” (PR Newswire, 2014).

Segundo a reportagem publicada pelo *PR Newswire*, os participantes fizeram uma visita de negócios ao Tanger-Med, capitaneados pelo senador por Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e por Luiz Fernando Furlan, presidente do Lide Internacional. Um dos aspectos que mais atraíram a atenção dos empresários brasileiros foi o fato de o Marrocos possuir acordo de livre comércio com a União Europeia.

Segundo o senador catarinense, “a utilização deste porto tem importância estratégica, uma vez que o Brasil pode usufruir desta condição, já que só

tem o acordo no âmbito do Mercosul” (PR Newswire, 2014). Na avaliação de Furlan, o porto apresenta uma infraestrutura moderna e chama atenção pela agilidade. “A agilidade na elaboração dos projetos e a objetividade são pontos de destaque no Marrocos”. Segundo João Doria Jr., a agenda de negócios no Marrocos organizada pelo Lide viabilizou 11 acordos entre empresas brasileiras e marroquinas, pode-se mencionar o de cooperação entre o Hospital Albert Einstein e a Holding Marocaine Commerciale et Financière – Holmarcom (PR Newsire, 2014).

Na América Latina, uma das principais unidades internacionais do grupo é a da Argentina. A unidade do Lide Argentina organiza o Fórum Empresarial de Buenos Aires, o Fórum Nacional de Agronegócio, o Fórum Nacional del Deporte, o Fórum Nacional de Sostenibilidad e, junto com o Grupo Adlantina, promove também o Fórum de Marketing Empresarial. Todos eles são realizados pelas unidades internacionais a partir do modelo do Lide Brasil e constituem espaços de debates políticos e organização de diretrizes de ação empresarial e, principalmente, espaços de relações internacionais e posicionamento no conjunto de estratégias do capital-imperialismo brasileiro.

Karl Marx esclarece que “a necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares” (Marx, Engels, 1998, p. 11). Um dos principais fatores mobilizadores do empresariado em

torno do Lide é justamente sua estratégia de internacionalização da burguesia. Porém, organizar a burguesia visando sua inserção no quadro internacional do capital exige mais do que mobilização e estratégia empresarial; necessita, sobretudo, de certas condições políticas, econômicas e sociais, que demandam formas específicas de atuação do aparelho institucional do Estado para sua viabilização. O Lide, na condição de intelectual coletivo da grande burguesia brasileira, atua como um aparelho ideológico nessa tarefa de acionar, pressionar e cobrar a implementação de reformas na estrutura material do Estado que facilitem a reprodução desse processo e a consequente ampliação de suas taxas de lucro, no quadro da acumulação de capital. A partir dessas conexões, frações da burguesia buscam associar-se no quadro do capitalismo mundializado.

Para além da atuação voltada à internacionalização da burguesia brasileira e aos interesses mais imediatos no conjunto das relações de produção, o Lide demonstra uma atuação fundamental para o alinhamento dos diferentes segmentos das direitas no Brasil contemporâneo. Para compreender essa atuação, é preciso conhecer um pouco mais sobre suas unidades nacionais e suas relações. Em 2019, o grupo contava com as seguintes: Bahia, Brasília, Campinas, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Ribeirão Preto, Rio Grande do Sul, Rio Preto, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e Vale do Paraíba. Entre elas, destaca-se o número de unidades espalhadas no estado de São Paulo, o que

representa um importante espaço de atuação política para João Doria. Foram importantes nas eleições para a prefeitura de São Paulo, mas, principalmente, deram maior capilaridade à sua campanha política para o governo do estado nas eleições de 2018.

Entre as unidades nacionais, também se destaca o Lide Rio Grande do Sul. O estado possui uma forte tradição na organização política e ideológica de frações da classe dominante; muitas vezes com formas de ação protofascistas, aliando discursos conservadores racistas e separatistas (sulistas). O representativo eixo São Paulo/Rio Grande do Sul pode ser observado nas bases de atuação do Movimento Cívico de Recuperação Nacional, nos anos de 1980; do Instituto Liberal-RS, que, a partir de 2003, passou a ser chamado de Instituto Liberdade; do Instituto de Estudos Empresariais, organizador do Fórum da Liberdade; e do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade, que mais tarde ficou conhecido como Movimento Brasil Competitivo, fundado por Jorge Gerdau Johannpeter. Esses são alguns exemplos da forte tradição do empresariado gaúcho, especialmente no que concerne a sua articulação política e ideológica. No caso do Lide Rio Grande do Sul não é diferente: a unidade tem forte representatividade entre o empresariado regional, com um considerável volume de grupos econômicos filiados a seus quadros.

Ainda no que se refere ao eixo São Paulo/Sul e a seu caráter conservador e mesmo reacionário, em 2018, ano da campanha eleitoral presidencial, não foi por

acaso que o Lide elegeu e premiou como “Empresário do Ano” o principal defensor e entusiasta da campanha de Jair Bolsonaro, Luciano Hang. O midiático e polêmico empresário catarinense é proprietário da Havan, uma das maiores redes de lojas de departamentos do Brasil. Hang também faz parte do movimento Brasil 200, que investe na “renovação” da política no Brasil.

Em 2018, em sua declarada e acintosa campanha em favor de Jair Bolsonaro, Luciano Hang atuou de forma incisiva, chegando a ser acusado de coagir trabalhadores da rede Havan a votarem no candidato do PSL. Segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*, de 22 de novembro do mesmo ano, o Ministério Público do Trabalho (MPT), em Santa Catarina, pediu a cobrança da empresa Havan e de seu dono, Luciano Hang, de multas que poderiam chegar à casa dos R\$ 100 milhões. A acusação foi de coação de funcionários a votar no candidato Jair Bolsonaro.¹⁹ De acordo com a reportagem, a ação judicial menciona que, em um dos atos de presença obrigatória da empresa, Luciano Hang “fez a defesa de seu candidato, constrangendo os funcionários da empresa a nele votarem, sob ameaças explícitas de fechamento de lojas e dispensa de empregados”. O empresário nega as acusações (*Folha de S. Paulo*, 2018).

Voltando às articulações políticas do Lide, outro célebre nome da atual conjuntura política brasileira que se apresentou para o seletivo grupo de empresários associados da instituição em seus jantares e eventos exclusivos foi o aclamado “herói” da direita brasileira,

representante da famosa operação de investigação de corrupção, a “Lava-jato”, o então juiz Federal da 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba e atual ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro, Sérgio Fernando Moro. A relação entre o ex-magistrado e o Lide é significativa e indicativa de importantes conexões entre distintos segmentos da direita no país. Essa relação se manifesta de forma pública por variadas ações, que envolvem palestras e almoços executivos e se estendem à participação como palestrante em eventos da organização, envolvendo por vezes também a esposa do ex-juiz.

Sérgio Moro foi o grande nome como palestrante em dois eventos do Lide, o primeiro na capital paulista, em setembro de 2015, e o outro em Curitiba, em 9 de março de 2016, em um “jantar debate”. Nesse segundo evento, o tema da apresentação foi: “Empresas e corrupção”. Para a ocasião, foram convidados também o cônsul da Inglaterra no Recife, Gareth Moore, e o embaixador britânico Alex Ellis (Nogueira, 2016). Conforme divulgado por uma das empresas vinculadas ao Lide e patrocinadora de seus eventos, a uMov.me, que atua no ramo de criação e gestão de aplicativos corporativos, os chamados Almoços-debate do Lide “são realizados mensalmente e reúnem importantes empresários e autoridades públicas para discutir temas de relevância nacional sobre o desenvolvimento econômico, ética e gestão. Em setembro [2015], o evento contou com a presença do juiz Sérgio Moro” (uMov.me, 2016).

O referido Almoço-debate do LIDE foi realizado no hotel Grand Hyatt, em São Paulo. Diante dos clamores do empresariado paulista, Sérgio Moro lança em sua apresentação a seguinte afirmação: “Não costumo enfiar minha cabeça num buraco e a história não reserva lugar para covardes”. Ainda segundo a matéria de divulgação da empresa patrocinadora, o evento contou com cerca de 580 empresários e consultores que “aplaudiram de pé o juiz ao final de sua palestra” (uMov.me, 2016).

Essa relação do Lide com o ex-juiz Federal Sérgio Moro teve um significado importante na ascensão da direita na última eleição presidencial, na medida em que, por um lado, reforça a imagem de Sérgio Moro e da operação “Lava Jato” no meio empresarial como uma manifestação da mudança de cenário político, e, por outro, favorece com essa vinculação empresários políticos do Lide, principalmente o próprio João Doria (PSDB), como supostamente atrelado a essa mudança e representante da chamada “nova política”.

Mesmo com o desligamento do empresário João Doria do comando formal do Grupo Doria e do Lide após sua vitória na eleição da capital paulista, em 2016, quando ele passou o controle acionário aos filhos, o político tucano continuou a manter essa relação estreita com Moro. Observe-se, por exemplo, que a esposa de Sérgio Moro, a advogada Rosângela Wolff Moro, foi a convidada do Lide para falar sobre empreendedorismo social a um grupo seletivo de mulheres. Como apresentado em reportagem de Joelmir Tavares, publicada na

Folha de S.Paulo, o evento foi realizado no luxuoso Shopping Cidade Jardim, no Morumbi, área nobre de São Paulo, em julho de 2019 (Tavares, 2019).

Curiosamente, a advogada Rosangela Moro criticou a “criação de institutos que escondam fins eleitorais e pessoais”. Lembrando que a própria *Folha de S.Paulo* já havia apresentado, em reportagem de 14 de julho de 2019, que o procurador da República e coordenador da força-tarefa da Operação “Lava-Jato”, Deltan Dallagnol, teria cogitado a criação de um instituto para centralizar e organizar suas atividades como palestrante. Tais informações foram obtidas pela *Folha* a partir das mensagens hackeadas das supostas conversas do procurador, publicadas pelo *The Intercept Brasil* em 2019 (Tavares, 2019).

Outro elemento significativo que depõe para essa constatação da continuidade da relação estreita entre Lide, Doria e Sérgio Moro foi a homenagem concedida pelo governador João Doria ao atual ministro da Justiça e Segurança Pública em junho de 2019. Trata-se da medalha Grã-Cruz da Ordem do Ipiranga, a mais importante honraria concedida pelo Estado de São Paulo. Durante a cerimônia de homenagem, Doria afirmou: “quero dizer, com todas as letras e com a força de um governador eleito do Estado de São Paulo, a importância deste gesto e deste ato. Hoje é o dia de homenagear um patriota” (Governo do Estado de São Paulo, 2019).

Esses acontecimentos, mais do que meras palestras e uma simples homenagem, dizem muito sobre o

presente e, possivelmente, sobre o futuro. Se as conexões entre tais atores ajudaram na constituição de certos alinhamentos entre diferentes segmentos da direita no presente, apontam também para tendências, ainda que meramente especulativas, de novos realinhamentos internos da direita para os próximos processos eleitorais. É digno de nota que a direita – ou “as direitas” –, seja aqui ou em qualquer outro lugar, não pode ser compreendida como um bloco homogêneo, devendo ser analisada a partir de seus distintos segmentos, que compreendem conflitos interburgueses, mas que também se alinham de forma mais ou menos integrada diante de condições históricas concretas. É bastante evidente que o atual alinhamento das mais distintas frações das direitas brasileiras em torno de um programa altamente reacionário – como apresentado desde a campanha e confirmado no primeiro semestre de governo de Jair Bolsonaro – apresenta muito mais sentido em seu caráter de alternativa pragmática e viável antipetista (e que obviamente não se resume a isso) do que, propriamente, como alinhamento pautado em concepções mais profundas de ordem teórico-políticas.

É importante ressaltar que, além de se configurar como uma espécie de comunidade de negócios de grandes empresários nacionais e internacionais, o Lide procura atuar política e ideologicamente para a operacionalização de interesses específicos como se fossem universais e, para tanto, investe recursos materiais e simbólicos para a projeção de seus represen-

tantes na sociedade política. Essa instituição classista, além de buscar o fortalecimento de seus vínculos e valores intraclasse, propõe em suas ações a defesa universal das bandeiras de determinados segmentos da direita, como o aprofundamento de mecanismos da “economia de mercado”, da “livre iniciativa”, da propriedade privada, das reformas estruturais – isto é, dos padrões de sociabilidade da nova pedagogia neoliberal, como se eles representassem os anseios da coletividade, da “nação”.

Em resumo, o Grupo de Líderes Empresariais configura um aparelho de ação político-ideológica, principalmente da grande burguesia paulista, de expressiva articulação no meio empresarial nacional. Utiliza-se de recursos sofisticados e da ostentação de seus eventos para reafirmar constantemente suas características distintivas de *status* social como mecanismo de aproximação e pertencimento de grupo. Além do conjunto de estratégias de ação para propor políticas públicas e naturalizar determinados valores, tem um papel pragmático importante na articulação de esforços e/ou recursos (materiais e simbólicos) para a atuação política de empresários, como ocorreu nas campanhas eleitorais do próprio presidente do grupo e filiado ao PSDB, João Doria Jr.

Para além do capital econômico e político articulado pela instituição para a viabilização do projeto político do empresário, o Lide foi decisivo na construção da imagem de João Doria como representante da “nova política” brasileira. A vinculação da

imagem de Doria com o “herói” das direitas brasileiras, Sérgio Moro, em diversas situações e eventos organizados pelo Lide, teve um papel fundamental para a estruturação de sua campanha política para a prefeitura de São Paulo e, posteriormente, ao governo do Estado.

Em maio de 2018, Moro novamente foi o convidado especial do Lide para falar com empresários brasileiros e estrangeiros, na quarta edição do Brazilian Investment Forum, em Nova York, onde foi chamado de “herói nacional” pelo pré-candidato João Doria. Dessa forma, a organização, que funciona como palanque de Doria, contribuiu, por um lado, para a construção ou fortalecimento da imagem de “herói” desfrutada por Sérgio Moro e, por outro, para a vinculação do político tucano a tudo que a imagem do juiz representa nessa conjuntura.

Essa estratégia de construção da campanha de Doria como um “novo tipo de político”, “gestor empreendedor” e signatário do sentimento do “antipetismo” foi fundamental na campanha eleitoral para o governo do estado de São Paulo em 2018. Nesse processo, o tucano se afastou do seu grande padrinho político Geraldo Alkmin (PSDB) e buscou alinhar sua imagem ao símbolo do antipetismo – nessas eleições, o então candidato Jair Bolsonaro, inclusive com o *slogan* “BolsoDoria”. Já em 2019, o governador do estado de São Paulo criticou o presidente Bolsonaro e afirmou que as linhas políticas dos dois são diferentes (O Estado/MA, 2019). Como afirmado anteriormen-

te, ao que tudo indica, novos alinhamentos vêm se desenhando no interior das direitas.

Outra personalidade relevante para as articulações políticas da direita brasileira na atual conjuntura, e que possui estreita relação com o Lide, é o dirigente da Riachuelo, Flávio Rocha, um dos grandes expoentes dessa nova direita mais agressiva e autodeclarada como conservadora cultural. O empresário, militante político e membro dirigente do Iedi, é figura destacada e frequentemente prestigiada nos eventos organizados pelo Grupo de Líderes Empresariais. Flávio Rocha é filiado ao Partido Republicano Brasileiro (PRB), chegou a ser pré-candidato à presidência da República, mas acabou se convertendo em forte apoiador na campanha de Jair Bolsonaro em 2018. De acordo com o portal de notícias *UOL Eleições 2018*, no ato de retirada de sua pré-candidatura à presidência da República, Rocha teceu fortes críticas ao que chamou de “empresário moita” e deixou seus agradecimentos ao apoio declarado dos “intrépidos garotos do MBL” (Movimento Brasil Livre) (Maia, 2018).

Em sua relação com o Lide, Flávio Rocha foi destaque no maior evento corporativo promovido pela instituição, o chamado Fórum Empresarial, que até 2015 acontecia sempre em Comandatuba. Em 2016, em sua 15ª edição, o fórum de caráter nacional do Lide foi realizado em Foz do Iguaçu, no Hotel Wish Resort Golf Convention. A proposta do evento e da apresentação do empresário foi debater os “Cenários e soluções para a crise econômica no país”.

No início de 2018, Rocha protagonizou diversos eventos organizados pelo Lide. Ainda como pré-candidato à Presidência da república pelo PRB, foi o principal convidado em um seminário promovido pelo Lide Campinas. O evento foi realizado no Royal Palm Hall, tendo como público, empresários da região e associados. Rocha também foi convidado do Lide Santa Catarina como palestrante no Marketing MIX, no espaço Centrosul, em Florianópolis. Na ocasião, ele abordou o tema “Conjuntura e cenário econômico para o Brasil que queremos em 2022”. A proposta da apresentação concentrou-se nos desafios pautados nos pressupostos defendidos no manifesto “Brasil 200” para que o país se consolidasse como grande potência no cenário internacional.

Em abril de 2018, Flávio Rocha foi convidado pelo Lide Ribeirão Preto para apresentar aos associados da instituição e empresários do interior do estado de São Paulo o chamado manifesto “Brasil 200”. O documento, elaborado por um conjunto de empresários encabeçado pelo próprio Flávio Rocha, foi lançado em janeiro de 2018. Tinha como propósito a defesa de uma agenda liberal no campo econômico e de valores conservadores nos costumes. O nome do manifesto faz alusão aos 200 anos da independência do Brasil (em 2022), e a referência serviria para indicar que o povo brasileiro, segundo a ótica do empresário, ainda estaria em busca de sua independência, e que o Brasil ainda não teria experimentado a verdadeira liberdade, apenas alcançável em uma

economia de mercado. Registremos que, nas palavras do empresário, em entrevista para a TV Gazeta, em julho de 2018, o Brasil teria passado por “100 anos de socialismo”, e existiriam ricos que sustentam esse socialismo. Diante da repercussão vexatória dessa fala, Flávio Rocha até tentou se explicar nas redes sociais, todavia sem muita convicção.

Essa concepção demonstra-se atrelada à noção neo-clássica de que o Brasil ainda não teria constituído a sua revolução burguesa, ou seja, seu atraso se deveria ao fato de ainda não ter alcançado um capitalismo plenamente constituído. Tal perspectiva evolucionista, característica de determinadas correntes liberais, foi amplamente refutada por várias outras vertentes da Economia Política e do pensamento econômico e social brasileiro, como em Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, dentre outros. Para dialogar com essa concepção, podemos lembrar a lúcida e incisiva análise de Florestan Fernandes, na qual ele afirma que o modelo autocrático-burguês, resultante de nossa revolução burguesa, não reflete, sociologicamente, apenas as condições econômicas, socio-culturais e políticas do atual estado da sociedade de classe brasileira, sob um capitalismo dependente e subdesenvolvido de grande vitalidade. Ela também revela, por igual e simultaneamente: primeiramente, os objetivos e desígnios políticos, mais ou menos deliberados, que animaram a atuação prática das classes e dos estratos de classes burgueses nos momentos de crise do poder burguês no Brasil; em segundo, as

potencialidades de absorção efetiva desses objetivos e desígnios pelos processos de estabilidade e mudança da ordem social, inerentes à referida sociedade de classes, e o grau de racionalidade demonstrado pelas classes e pelos estratos de classe burgueses no aproveitamento do espaço político daí resultante; e, em terceiro lugar, o modo pelo qual interesses indireta e especificamente políticos externos, transmitidos através dos dinamismos das nações capitalistas hegemônicas, das “empresas multinacionais” e da “comunidade internacional de negócios”, se encadearam, seja com aqueles desígnios e objetivos, seja com suas “possibilidades históricas”, reforçando-os e, portanto, aumentando sua viabilidade a curto, médio e longo prazos (Fernandes, 2005, p. 374).

Em 2019, o manifesto Brasil 200 foi formalizado e convertido no chamado Instituto Brasil 200 (IB200), mais um movimento político conservador. A nova instituição da direita brasileira reúne empresários como o já citado Flávio Rocha, da Riachuelo, João Appolinário, da Polishop, e Luciano Hang, da Havan – todos apoiadores mais do que declarados da campanha de Jair Bolsonaro em 2018. A instituição tem como presidente o assessor e sobrinho do empresário Flávio Rocha, Gabriel Rocha Kanner. Dentre as 11 finalidades estabelecidas no seu estatuto social, o Brasil 200 estabelece a seguinte diretriz: “Combater a doutrinação marxista cultural, primando sempre pela postura conservadora, quanto aos costumes, o respeito aos valores da família” (Instituto Brasil 200,

2019, p. 1). Essa diretriz diz muita coisa sobre a posição teórico-política da organização que incorpora e reproduz a postura defendida pelo Movimento Escola Sem Partido e a própria linha de atuação nos campos da educação e cultura definidos pelo governo Bolsonaro.

Uma das funções mais pragmáticas do manifesto que se converteu em instituto (apesar de este se definir como apartidário em seu estatuto) seria a de funcionar como uma plataforma de projeção política. Nesse sentido, seu objetivo fundamental concentra-se em atender aos fins eleitorais dos empresários que compunham o manifesto em 2018, como os exemplos do próprio Flávio Rocha (PRB), a jornalista, ativista política conservadora e ex-presidente do movimento, Joice Hasselmann (PSL), e do sobrinho de Rocha, também seu assessor e braço direito, Gabriel Rocha Kanner (PRB), entre outros. Como já dito, Flávio Rocha desistiu da campanha, mas seu sobrinho Gabriel Kanner disputou o cargo de deputado federal em São Paulo, e obteve 27.324 votos (0,13% dos votos válidos), não conseguindo se eleger nas Eleições 2018. Joice Hasselmann foi eleita com expressiva votação como deputada federal pelo estado de São Paulo.

Esse manifesto de empresários conservadores, voltado especificamente à ação política, disputa espaço no conjunto das frações burguesas brasileiras com outros movimentos de ação política, como o Movimento Acredito, o Agora, o Livres e o chamado RenovaBR, que guardam suas sutis especificidades no espectro

teórico-político, mas imbricam-se e complementam-se a partir de seus membros, financiadores e em seu *modus operandi*. O RenovaBR, aparelho com atuação muito ligada ao Movimento Agora, tem como garoto-propaganda o apresentador da Rede Globo Luciano Huck. Essa instituição, fundada em outubro de 2017 pelo empresário Eduardo Mufarej, ex-CEO da Tarpon Investimentos e ex-presidente da Somos Educação S/A (comprada pela Kroton em 2018), é apoiado por nomes como Nizan Guanaes, publicitário, e Armínio Fraga, economista e ex-presidente do Banco Central.

O movimento, apoiado por Huck, surge como um aparato de financiamento de campanhas para a composição de quadros na sociedade política. Para viabilizar essa estratégia, a organização criou, ainda em 2017, o chamado Fundo Cívico Para a Renovação da Política ou Fundo RenovaBR. Como demonstrado em matéria da *Exame* de 4 de outubro de 2017, o fundo foi questionado por outras lideranças políticas em ação encaminhada à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmando que “o Supremo Tribunal Federal, em julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4650, reconheceu a impossibilidade de doação, a campanhas eleitorais, de pessoas jurídicas, e pretende o ‘Fundo Cívico’ caminhar também por mais esse ilícito” (Agência Estado, 2017). De acordo com reportagem da *Folha de S. Paulo* de outubro de 2018, pelo menos 16 candidatos dos cerca de 120 apoiados pelo movimento foram eleitos em 2018 (Tavares, 2018).²⁰

Não é possível tratarmos das articulações das frações mais conservadoras e reacionárias que configuram a direita brasileira sem falar do setor agroindustrial. Trata-se de um segmento fortemente articulado politicamente através da chamada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), vulgarmente conhecida como Bancada Ruralista. A organização criada em 2015 é extremamente bem organizada e assessorada por técnicos especializados em Agronegócio. Em 2018 a FPA era presidida pela Deputada Tereza Cristina (DEM-MS) que a indicou para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Em 2019, quem passou a presidir a Frente foi o agropecuarista gaúcho e companheiro do então deputado Jair Bolsonaro nas votações da Câmara, Alceu Moreira (MDB). Na cerimônia de posse, ocorrida em fevereiro de 2019, o já presidente da república Bolsonaro, ratificou a “Agropecuária” como sendo a “locomotiva” da economia do país.

A Frente Parlamentar da Agropecuária constitui um aparelho de peso para a reconfiguração da estratégia política da direita no Brasil contemporâneo. Sua atuação articulada foi fundamental, primeiramente, no processo de arquitetura e execução da votação parlamentar que culminou com o golpe para a retirada da presidente Dilma Rousseff da presidência da república. No segundo momento, a Bancada Ruralista representou uma base extremamente forte para a consolidação e ascensão da alternativa de extrema-di-

reita com Bolsonaro, nas eleições de 2018. “Na Câmara, os 225 deputados filiados à frente representarão 44% do total de votos (513). No Senado, os ruralistas detêm 32 das 81 cadeiras disponíveis”. O próprio filho de Jair Bolsonaro, o deputado Federal Eduardo Bolsonaro filiou-se à Frente. (Bassi, 2019).

Mas, como demonstrado pela historiadora Sônia Regina de Mendonça – em palestra apresentada no VII Simpósio Nacional de Pesquisa Estado e Poder, realizado na Unioeste, Marechal Cândido Rondon, em outubro de 2019 –, as principais pautas, estratégias e negociações da Frente Parlamentar não seriam elaboradas pela própria frente. A organização que estaria por trás, definindo as diretrizes de ação para a FPA seria o chamado Instituto Pensar Agropecuária (IPA), também conhecido como “Instituto Pensar Agro”, fundado em 2011. A organização é sediada na mesma mansão que abriga a FPA, na margem Sul do Paranoá, em Brasília, o IPA se apresenta como “uma entidade sem fins lucrativos” criada mediante acordo firmado entre as principais agremiações patronais do agronegócio (Arroyo, 2019). Contando com cerca de dez funcionários, em sua maioria técnicos, o IPA produz toda a pesquisa e material de apoio necessários à formulação dos projetos de lei e à definição da pauta a serem protagonizados pelos parlamentares.

Segundo Sônia Mendonça, essa articulação entre os técnicos do IPA e os parlamentares da Frente é cultivada em almoços semanais às terças-feiras, quando são firmadas e orquestradas as agendas a serem levadas

ao Congresso. Até fins de 2018 o principal intelectual orgânico do IPA foi o lobista e estrategista das ações relacionadas aos segmentos agroindustriais no legislativo, o agrônomo João Henrique Hummel Vieira. Desde o início de 2019, a presidência do Instituto Pensar Agro passou a ser assumida por Alexandre Schenkel, presidente da Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (Ampa) e vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa).

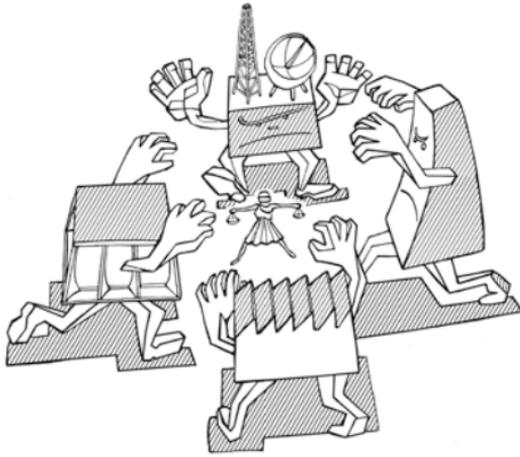
Grande parte dos recursos que financiam a Frente Parlamentar da Agropecuária são advindos do Instituto Pensar Agro que, por sua vez, é financiado por, pelo menos, 38 associações do agronegócio. Dessa forma, o IPA articula-se a esse conjunto de associações financiadas por grandes grupos econômicos do setor agroindustrial e setor financeiro. Dentre essas, destacamos algumas agremiações e suas empresas financiadoras: Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) – financiada pela Seara, BRF, Monsanto, Aurora, Ceratti, 3 M, Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo) – Phillip Morris, Souza Cruz, Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja (Abrass) – Amaggi, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (Sindirações) – Yara, Bayer, BRF, Mosaic, Monsanto, Basf, IBS, Dupont, Nestlé, Purina, Novus, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Defesa Vegetal (Sindiveg) – Eurofarma, Cargill, Bayer, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos Defesa Animal (Sindan) – Basf, Dow Agroscienze, Dupont, Ihara, Syngenta, Bayer, Indústria Brasileira de Árvo-

res (IBA) – Suzano, Gerdau, Eldorado, Klabin, Duratex, Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) – Basf, Bayer, Monsanto, Ihara, Syngenta, Associação da Indústria de Lácteos (Viva Lácteos) – Frimesa, Castrolanda, Nestlé, Aurora, Danone, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) – Bunge, Cargill, Amaggi, JBS, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) – Basf, Bayer, Algar, B3, Banco do Brasil, Itaú BBA, Sicredi, Rabobank, Santander (Arroyo, 2019).

Como apresentado na reportagem de Priscilla Arroyo, na página da “De Olho no Agronegócio”, dessa lista, “fazem parte 22 das 50 maiores companhias do agronegócio no Brasil, de acordo com a revista *Forbes*. Bayer, Basf, BRF, JBS, Syngenta, Bunge e Cargill são algumas delas” (Arroyo, 2019). Trata-se, portanto, de uma poderosíssima organização, fortemente financiada por grandes corporações nacionais e internacionais, e que demonstrou estreita ligação e interesse nessa nova possibilidade no interior das forças da direita brasileira, como forma de ampliar a apropriação e usurpação das últimas fronteiras agrícolas no Brasil.

Essas organizações elucidam um aspecto muito importante no âmbito das articulações políticas no Brasil contemporâneo. Atuam como partidos políticos – “em sentido ampliado”, segundo a definição de Antônio Gramsci. Mais do que isso, esses aparelhos, como o Lide, o Brasil 200, o Movimento Agora, o Re-

novaBR, a FPA e o IPA demonstram ser os verdadeiros partidos para muitos atores e frações da burguesia, uma vez que se assiste ao descrédito crescente da política institucional e os partidos formais parecem representar meras legendas sem muito significado, necessárias apenas para o ingresso nas instâncias políticas e para possibilitar acesso ao fundo partidário e a tempo na TV. Já as diretrizes teórico-políticas, a formação política, o projeto de governo, assim como o próprio financiamento desses candidatos, partem todos desses aparelhos e não dos partidos formais. São essas organizações, portanto, que efetivamente exercem o papel de partidos políticos das direitas no Brasil contemporâneo.



FRAÇÕES BURGUESAS
E O ALINHAMENTO EM
TORNO DO PROJETO
DA EXTREMA-DIREITA

COMPREENDER O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE HEGEMONIA E DE rearticulação das direitas, no Brasil, como vimos, não é um exercício simples. Envolve uma trama complexa de variáveis internas e externas no âmbito da dominação e das lutas de classes. Como afirmado desde o início deste ensaio, não nos propusemos a trazer formulações definitivas, acabadas ou que dessem conta de todos os elementos que compõem esse processo. Tampouco teríamos condições de dar a devida profundidade a todos os elementos aqui apresentados, propondo principalmente, neste pequeno livro, lançar questões para a reflexão.

O ponto fundamental a que chegamos ao final desta reflexão sobre a ascensão da extrema-direita no Brasil contemporâneo é a percepção da necessidade de buscar compreender os arranjos dos distintos estratos da burguesia brasileira, em sua articulação política e em seus interesses no âmbito da acumulação.

É preciso ter em vista a composição heterogênea da burguesia brasileira, em suas diversas frações – que também entram em conflito, em virtude de interesses mais imediatos das relações de produção e no próprio conjunto das disputas no âmbito da dominação. Todavia, esses diferentes estratos também constroem relações articuladas, alinhando-se em determinadas condições histórico-sociais concretas, visando salvaguardar o essencial para a reprodução ampliada do capital.

Essa “nova direita” busca sua posição de evidência no conjunto das frações da burguesia brasileira. Mas

o que a caracteriza é muito mais seu *modus operandi*, em função de seus partidos da ordem e de seu discurso truculento, do que um corpo de doutrina teórico-política específico ou consolidado. No campo teórico, todavia, se há alguma novidade no espectro político-ideológico dessa nova direita seria o chamado libertarianismo, que agora sai dos circuitos fechados e exclusivos da direita para compor a ossatura material do Estado.

O atual alinhamento das forças das direitas no Brasil sinaliza para a eminência de uma espécie de burguesia emergente, que definitivamente se constitui como representante das classes dominantes – e que até agora não ocupava a posição de protagonista na complexa relação de condensação de forças que relaciona dialeticamente sociedade civil e Estado. Esse segmento das classes dominantes, que aqui estou chamando de burguesia emergente ou “nova direita”, anseia e busca a qualquer custo por sua expansão e internacionalização no conjunto da economia mundo, e a institucionalidade do Estado constitui-se como meio e resultado dessas relações de construção de hegemonia.

Essa burguesia emergente, performática e ansiosa por ocupar espaços de poder, assim como prestígio e possibilidades de expandir-se interna e internacionalmente, aposta na estratégia mais conservadora e truculenta, articulada aos setores ruralistas e parte da grande burguesia industrial, como alternativa de “mudança” das estruturas da sociedade política, para se estabelecer e se projetar. Um dos exemplos desse

segmento emergente e pragmático que oscila entre o conservadorismo e o reacionarismo, dentre as classes dominantes brasileiras – que assume o nexo do atual alinhamento das direitas brasileiras – pode ser exemplificado a partir dessa chamada burguesia varejista, representada por figuras como Flávio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang (Havan), João Appolinário (Polishop), Salim Mattar (Localiza), Romeu Zema (Grupo Zema), e de forma ampliada, o próprio João Doria, que representa uma espécie de caricatura institucional com seu “clube dos milionários” da burguesia emergente. É importante esclarecer que essa burguesia emergente não se restringe ao setor varejista que estou utilizando para exemplificá-la. Trata-se de um segmento amplo, móvel, que inclui setores da classe média e estratos da grande burguesia industrial e do agronegócio.

Esse arranjo emergente e performático de segmentos da burguesia brasileira encontra no discurso moralista e antiprogressista de extrema-direita o veículo para acessar outros estratos de classe a partir de soluções simplistas e reducionistas. A aposta no discurso ultraliberal na economia e conservador nos costumes parece ter sido a junção conjuntural que melhor se apropriou e explorou as nuances do crescente sentimento de antipetismo na sociedade brasileira e do discurso “anticorrupção”. Esse sentimento foi fortemente funcionalizado, por um lado, diante da conjuntura de crise econômica e seus efeitos sociais.

Por outro, o fortalecimento desse discurso fundado no sentimento de aversão à política – como reduto da

corrupção e do atraso – e do antipetismo – como se o PT representasse uma espécie de signo único de todos os problemas políticos, econômicos, sociais e morais do país – foi funcionalizado pela própria atuação de segmentos conservadores, a partir de iniciativas como as citadas ao longo deste livro. Mas não só os setores liberal-conservadores da nova direita lançaram mão desses discursos. A própria direita tradicional e setores de centro-direita, inclusive considerados progressistas – como setores midiáticos, a exemplo da própria rede Globo – contribuíram substancialmente para o fortalecimento dessas concepções. O problema parece ter sido que essa estratégia de ataque e desqualificação da política e das esquerdas de modo geral, acionada pela direita tradicional, acabou por respingar em seu próprio território, como uma espécie de “fogo amigo”, abrindo o campo para a extrema-direita autoritária e truculenta avançar. Por sua vez, em nome da manutenção de uma presença ativa nas relações de força e buscando garantir o essencial para a acumulação, essas distintas frações da direita brasileira alinham-se sob as diretrizes do projeto reacionário e aceitam, quando conveniente, os pressupostos que eventualmente atentam contra princípios que lhes possam ser caros.

Outro elemento fundamental em jogo nesse alinhamento era a escolha de uma aposta mais viável e pragmática para levar adiante o processo em curso de reformas estruturais do Estado e, assim, garantir a manutenção e a ampliação dos mecanismos de

expropriações sociais e expansão do agronegócio. A aposta pela alternativa truculenta foi a escolha pela estratégia autocrático-burguesa de reconfiguração da estrutura material do Estado. A historiadora Virgínia Fontes (2010) afirma que o capital se baseia na permanente ampliação e exasperação de certa forma de vida social específica – a disponibilização massiva, tendencialmente atingindo toda a população, dos seres singulares convertidos em necessidade objetiva e em disposição subjetiva unilateral para a venda de força de trabalho sob quaisquer condições, formando a base social para que um mercado “econômico” supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista. Este seria um elemento de grande importância para tal alinhamento.

Ressaltemos novamente que a burguesia brasileira não se posiciona como mera subalterna passiva diante das determinações do capitalismo mundializado. Alguns dos aparelhos burgueses discutidos ao longo deste livro demonstram essa condição e funcionam como verdadeiras embaixadas para a internacionalização da burguesia brasileira. É nesse campo que instituições como o IEDI, o MBC e, principalmente o Lide, passam a atuar como instâncias aglutinadoras dos anseios e apostas da burguesia emergente, configurando-se como plataformas de atuação e projeção política. Portanto, compreender as aspirações de internacionalização da burguesia e o papel de determinados aparelhos para esse fim é também

compreender condicionantes para os arranjos internos necessários para a atualização da hegemonia de classe. Na verdade, entendemos que, nesse processo, essa burguesia busca expandir-se, inclusive associando-se – mesmo que ocupando uma posição de “sócio menor” – aos interesses dos grandes grupos financeiros das potências centrais do capitalismo; todavia, para tanto, precisa se posicionar internamente no conjunto das relações de dominação e relação com a estrutura institucional do Estado.

Todo esse conjunto de estratégias passa também pela naturalização de uma cultura única, de uma sociabilidade do capital entranhada nas mais diversas e específicas manifestações da vida social, que legitima, garante e atualiza as formas de dominação e a reprodução ampliada da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo, embora o conjunto dos aparatos de doutrinação e produção de consenso das direitas brasileiras não possa ser compreendido como um bloco homogêneo, esses grupos compartilham um determinado nexos articulador, que produz determinados padrões de comportamento e significação das relações sociais, produzindo, por conseguinte, “verdades” socialmente aceitas, naturalizadas e reproduzidas como uma *doxa*.

No campo especulativo, notemos que a manutenção prolongada de um discurso reacionário e de práticas truculentas, antiprogressistas, anticientíficas, antidemocráticas – potencializadas e justificadas por concepções chauvinistas por parte do chefe maior do executivo da república e por grande parte de seu alto

escalão – pode representar um risco para os próprios interesses de acumulação. Além disso, a assimilação dos processos expropriativos de camadas importantes das classes subalternas paulatinamente vai erodindo a frágil confiança desses setores no governo. Fatores como esses corroboram para o fortalecimento de especulações sobre novos rearranjos no conjunto das direitas brasileiras. O próprio estreito alinhamento entre o “herói” da direita brasileira, o ministro Sérgio Moro, e o governador do estado de São Paulo, João Doria, pode ser um primeiro indício de um novo arranjo político no interior das direitas brasileiras, já para 2022.

Personagens como os intelectuais dos aparelhos doutrinários, como os exemplos do IL, IMB, MBL, são importantes para o processo de difusão de determinadas diretrizes, além de participarem da sociedade política. Todavia, constituem intelectuais prepostos do capital, ou seja, não são parte efetiva das classes dominantes, tampouco estabelecem as determinações da articulação entre os segmentos da burguesia. O movimento no interior das frações burguesas define as diretrizes da dominação de classe e, na esteira disso, o projeto político no qual essas frações se arranjam para a garantia da manutenção de seus interesses. É possível perceber que as diferenças de ordem teórico-política no campo dos valores entre essas distintas frações vêm sendo suprimidas ou subjugadas pela ascensão do reacionarismo que aparece como alternativa pragmática para viabilizar as mudanças de ordem econômico/corporativa. O fato é que essa

rede de aparatos de doutrinação diretos e indiretos, que difundem uma cultura voltada às determinações do capital para além de sua própria atuação e capilaridade, funcionaliza e instrumentaliza outras práticas e espaços de produção de consenso, fundamentais no processo de construção de hegemonia. Todavia, essa estratégia deve ser compreendida como parte de um movimento maior de estruturação e articulação das classes dominantes.

Como vimos, tais alinhamentos das direitas se constroem e/ou se modificam a partir de relações internas ao conjunto das formas organizativas da burguesia, num movimento que condiciona e é condicionado pelas lutas de classes. Não é uma luta de uma via só. Se a direita organiza seus aparatos e suas estratégias de construção/atualização da hegemonia, a esquerda e os movimentos progressistas também possuem suas instâncias de luta e resistência contra-hegemônica. Esse período de mais de uma década de governos do PT, com uma relação pautada em uma espécie de equilíbrio instável com os movimentos sociais, sindicatos e outros aparelhos de atuação política das classes trabalhadoras e grupos progressistas, de certa forma criou uma condição de passividade ou letargia que, sem dúvida, constitui um dos elementos importantes nessa conquista de espaço dos segmentos das direitas.

Por outro lado, o atual cenário de ascensão da extrema-direita no Brasil é completamente diferente e hostil aos segmentos contra-hegemônicos. Não restam dúvidas de que essa nova conjuntura de tensão,

promovida tanto pelo discurso de ódio como pelo programa de expropriações sociais em marcha, carrega em suas entranhas os elementos e o chão histórico para o acirramento das lutas de classes e para a reinvenção das esquerdas progressistas no Brasil.

Em suma, a grande farsa construída como projeto político nacional, que avança na forma de tragédia a partir dessa aposta da burguesia brasileira pela alternativa mais reacionária da extrema-direita, constitui, antes de tudo, um movimento que surge como alternativa no interior das próprias frações das classes dominantes. Sua ascensão é fruto de uma gama muito complexa de variáveis articuladas – constituídas a partir do produto deliberado de ações, atores e organizações, ou como fruto de processos contraditórios, e até mesmo contingenciais, que denotam as próprias contradições inerentes ao capital.

- ¹ Sobre o “movimento escola sem partido” ver obra organizada por Gaudêncio Frigotto, *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. (Rio de Janeiro: UvERJ, LPP, 2017. 144 p). O movimento surgiu a partir da denúncia de um advogado, pai de aluna do ensino fundamental sobre professor que teria realizado “doutrinação esquerdista”, em 2003, ao comparar Che Guevara a São Francisco de Assis. Não obtendo o resultado esperado, o advogado criou o site “Escola Sem Partido” (ESP), inspirado em iniciativa estadunidense. Em 2014, o movimento ESP acusa professores, por meio de ações de vereadores e deputados do Rio de Janeiro, de utilizar a “ideologia de gênero” nas escolas. Em julho de 2016, o movimento ganha projeção nacional com 11 projetos de lei em câmaras estaduais, além da câmara federal.
- ² Nota Conjunta das Instituições Produtoras de Informação e Conhecimento. A nota pública foi assinada pelas entidades: AFBNDES (Associações dos Funcionários do BNDES); Afípea (Associação dos Funcionários do Ipea; Afin (Associação dos Empregados da Finep; Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Ascapes (Associação dos Servidores da Fundação Capes); Ascon (Associação dos Servidores do CNPq; Asfoc SN (Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Fundação Oswaldo Cruz; Asibama-RJ (Associação dos Servidores Federais da Área Ambiental no Estado do Rio de Janeiro; ASSIBGE-SN (ASSIBGE – Sindicato Nacional); Assinep (Associação dos Servidores do Inep; Fórum de C&T (Fórum de Ciência e Tecnologia); SINDCT (Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial; SINDGCT (Sindicatos Nacionais dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura. Nota pública assinada em 26 de agosto de 2019.
- ³ A expansão da sociedade civil no Brasil recente se imbrica com um empresariamento de novo tipo, lastreado em forte concentração capital-imperialista que simultaneamente precisa contar com a adesão das massas populares nacionais (apassivá-las), com vistas à sua expansão (inclusive internacional), e fomentar a extração de sobretrabalho,

renovando modalidades tradicionais de exploração. Forja-se uma cultura cívica (ainda que cínica), democrática (que incita à participação e à representação) para educar o consenso e disciplinar as massas de trabalhadores, em boa parte desprovidos de direitos associados ao trabalho, através de categorias como “empoderamento”, “responsabilidade social”, “empresa cidadã”, sustentabilidade (Fontes, 2010, p. 296).

- 4 O sociólogo Pierre Bourdieu (2001, p. 36) afirma que, por meio de instituições que contribuem para difundir uma visão do mundo centrada no consumo e que não oferecem nenhuma segurança à classe trabalhadora, anuncia-se uma realidade econômica que se aproxima da filosofia social inerente à teoria neoclássica; como se a filosofia instantaneísta, individualista, ultraobjetivista da economia neoclássica tivesse descoberto na política neoliberal o meio de se tornar verdadeira, tivesse criado as condições da sua própria verificação.
- 5 Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Pontifícia Universidade Católica (PUC), entre outras.
- 6 Em 2017, a instituição realizou 23 edições do programa em diversas universidades públicas e privadas no Brasil. Entre os eventos, destacamos: a 86ª edição, que aconteceu na Universidade Católica de Petrópolis, com o tema “A Situação atual da Venezuela”; a 97ª edição, na FGV-EESP, com tema: “A reforma da previdência e seus impactos na economia”; o tema “Macroeconomia brasileira no pós-crise, de onde viemos e para onde vamos” foi apresentado em três edições nas universidades UFF, UFRJ e UFPR, respectivamente; a 102ª edição, que ocorreu na USP e teve como tema “O que é o Liberalismo? Para além dos estereótipos”; A 105ª edição foi realizada na UFRJ e teve como tema “Conjuntura Econômica no Brasil das Eleições”. Em 2018, aconteceram outras 19 edições do programa emil na Sala de Aula. Destacamos: a 107ª edição, realizada na UFMS, que teve como tema “A atual conjuntura econômica do Brasil em tempos de crise”; na PUC de Porto Alegre, com o Fórum da Liberdade do IEE, aconteceu a 112ª edição do programa, com o tema “O fim da velha política: a renovação política partidária que queremos”; na 114ª edição, realizada na IBMEC, o tema foi “Desafios da Reforma Previdenciária no Brasil”; já a 120ª edição, realizada na UDESC, o tema foi “Inovação Pública e Reformas – O principal desafio do Brasil. Qual o possível rumo até 2022”. Relatório Protocolado de Exercício 2017 e 2018 (Instituto Millenium, 2019).
- 7 Como exemplos, podemos citar: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Fierj), Federação das

Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federasul), Federação do Comércio (Fecomercio), Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), Associação de Empresas Brasileiras para a Integração de Mercados (Adebim), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), Associação Brasileira de Direito e Economia (ABDE), Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec), Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Associação Nacional dos Supervisores de Educação do Brasil (Anseb), Associação Nacional de Empreendedorismo Universitário (Aneu), Associação Brasileira de Empresas de Comunicação e Relações Públicas (Abert), Associação dos Dirigentes de Marketing e Vendas do Brasil (ADVB), Associação da Classe Média, Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Associação Nacional de Restaurantes (ANR), Associação Brasileira de Recursos Humanos e Associação Brasileira de Direito de Informática.

⁸ A formação do NED foi seguida pela criação de outras quatro entidades de representação ligadas a ele: o Center for International Private Enterprise (Cipe), fundado em 1983, é uma entidade da U.S. Chamber of Commerce (Câmara Americana de Comércio), uma poderosa organização empresarial à qual se vinculam mais de uma centena de associações empresariais no mundo; o National Democratic Institute for International Affairs (NDI), associado ao Partido Democrata nos Estados Unidos; o International Republican Institute (IRI), associado ao Partido Republicano nos Estados Unidos; em 1997, a AFL-CIO unificou seus quatro institutos de atuação no exterior, incluindo o FTUI, criando o American Center for International Labor Solidarity (ACILS), também conhecido como Solidarity Center, com atuação nos setores trabalhistas e sindicais. Assim, a estrutura do NED representa uma articulação estratégica entre o Estado estadunidense, os dois partidos políticos dominantes, as corporações estadunidenses e a cúpula do movimento sindical. Segundo o cientista político Ary Cezar Minella (2011, p. 14), “Como observam Scott e Walters, o NED permite desenvolver políticas que normalmente seriam impedidas por princípios de soberania e não intervenção, e essa ‘diplomacia informal’ é um elemento potencialmente útil para a política externa. Essa dimensão intervencionista foi denunciada no próprio Congresso estadunidense desde o início da formação do NED. O NED é uma organização juridicamente privada, mas seu orçamento está presente no Departamento de Estado e deve ser aprovado pelo Congresso estadunidense. Os recursos são repassados basicamente pela Usaid. Durante os anos 1990, recebeu entre 30 e 35 milhões de dólares anualmente, parte

dos quais é operada diretamente pelo NED (entre 40-45%), e a outra é repassada para as quatro organizações, que também recebem fundos de outras fontes, como as corporações privadas. Os recursos são utilizados para financiar atividades e organizações de diversos tipos no exterior: centros de pesquisa e formulação de políticas públicas (conhecidos como *think tanks*), ONGs, associações empresariais e de trabalhadores, partidos políticos, organizações diversas da sociedade civil”.

- ⁹ O novo Conselho Gestor da rede conta ainda com Thaiz Batista (Instituto Mises Brasil), Raduan Melo (Instituto Liberal do Nordeste), Guilia Baretta (Instituto de Formação de Líderes – Santa Catarina) e Fernando Miranda (Students For Liberty – Brasil) (Livres, 7/5/18).
- ¹⁰ Entre outras: Acorda Brasil, Centro de Liberdade Econômica, Clube Farroupilha, Instituto Ajuricaba, Instituto Atlantos, Instituto Carl Menger, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto de Formação de Líderes – BH, Instituto de Formação de Líderes – SC, Instituto de Formação de Líderes – SP, Instituto Democracia e Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Liberal da Paraíba, Instituto Liberal de Alagoas, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Liberal do Nordeste, Instituto Liberal do Triângulo Mineiro, Instituto Liberal Minas Gerais, Instituto Pro-liber, Líderes do Amanhã, Livres (organização que nasceu incubada no PSL), Movimento Endireita Brasil, Instituto Liberdade e Justiça, Liderança nas Escolas, Students for Liberty Brasil e Vox Brasilis (Rede Liberdade, 2019).
- ¹¹ Segundo Raphael Almeida Dal Pai (2014, p. 813), historiador que pesquisou a instituição, “ao considerar os direitos humanos como ligados a uma relação de ‘oferta e procura’, o IMB desconstrói a própria noção de direitos no intuito de reforçar as relações de mercado como absolutas e dominantes em todas as esferas da sociedade”.
- ¹² Como apresentado em reportagem de Luan Sperandio (*Gazeta do Povo*, 8/6/19), os deputados federais Tiago Mitraud (Novo-MG), Filipe Barros (PSL-PR), Carlos Jordi (PSL-RJ) e Paula Belmonte (Cidadania-DF) estão atualmente cursando pós-graduação em Escola Austríaca organizada pelo IMB. Nessa relação ainda constam os nomes dos deputados estaduais Rodrigo Valadares (PTB-SE) e Giuseppe Riesgo (Novo-RS). Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) também foi aluno do mesmo programa em turma anterior.
- ¹³ O Instituto Liberdade tem em seu grupo de dirigentes grandes empresários gaúchos, advogados e representantes de importantes organizações liberais internacionais como Liberty Fund (EUA) e Mont Pélerin Society, além de membros de outras instituições de representação de classe e sindicatos patronais. Dentre os presidentes do instituto, estão: Winston Ling, 1986-1989 (Olivebra, Petropar); Carlos Biedermann, 1989-1992 (PwC); Leônidas Zelmanovitz, 1992-1993 (membro da Mont Pélerin Society e Fellow no Liberty Fund Inc); Wilson Ling, 1993-1997 (Petropar); Carlos Fernando Souto, 1997-2001 (dirigente do IEE, IL, Federasul e Amcham); Ricardo Ranzolin, 2001-2004 (dirigente do IEE); Sergio Grinberg Lewin, 2004-2007 (presidente do IEE – 1999/2000);

Ricardo Chaves Barcelos, 2007-2010 (advogado), Henri Chazan, 2010-2012 (membro da Mont Pélerin Society); Ricardo Sondermann, 2012-2014 (Federasul); atualmente (2019), o presidente é o empresário Bruno Zaffari (fundador da Rede Liberdade de ativismo político libertário).

¹⁴ Jorge Gerdau Johannpeter também é líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP), é membro do Conselho Diretor e do Comitê Executivo do International Iron and Steel Institute (IISI), membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), do Conselho do Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS), do qual foi presidente durante duas gestões, do Conselho de Administração da Petrobras e do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal (no Governo Dilma Rousseff). Atuante em diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia brasileira, nos anos de 1980 foi membro dirigente da Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (Cedes), da União Brasileira de Empresários (UB), dirigente do Instituto Liberal (IL), do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), do Movimento Cívico de Recuperação Nacional (MCRN). Também é conselheiro do Instituto para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), membro do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium (Imil) e membro do Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), entre outras instituições de representação classista e sindicatos patronais.

¹⁵ Completam o quadro de associados institucionais a partir de 2006: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); Centro para Inovação e Competitividade (CIC); Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Estatística (Dieese); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV); Fundação de Desenvolvimento Tecnológico (Fundatec); Fundação Dom Cabral (FDC); Fundação Nacional da Qualidade (FNQ); Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade no Paraná (IBQP/PR); Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN); Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec); Instituto de Engenharia; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹⁶ Além do MBC, compunham a seção a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro e São Paulo (Amcham/RJ e SP), o Centro Brasileiro de Relações Institucionais (Cebri), o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) e a Fundação Armando Álvares Penteado (Faap) (MBC, 2017).

¹⁷ Em agosto de 1997, o ex-dirigente do Iedi afirma, em matéria de Álvaro Bianchi Mendez, publicada na *Folha de S. Paulo*: “nós empresários, como membros da elite, temos a responsabilidade de desenhar e construir o futuro do país” (Mendez, 2010, p. 187).

- ¹⁸ Como afirma o sociólogo francês, pode integrar o *habitus* as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, de uma posição de escolhas de pessoas, de bens etc. O *habitus*, segundo Bourdieu, é um conjunto de princípios geradores de práticas distintas e distintivas. Assim, os bens, as práticas e, sobretudo, as maneiras, funcionam em cada sociedade como diferenças constitutivas de sistemas simbólicos ou *signos distintivos*. Suas opiniões políticas, assim como a sua forma de expressá-las, constituem elementos distintos e distintivos de representação de classe (Bourdieu, 2005).
- ¹⁹ De acordo com a assessoria de comunicação Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC), em publicação de outubro de 2018, o desembargador do Trabalho Gilmar Cavalieri, da Seção Especializada 2 do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), negou o pedido de liminar submetido pela empresa e “manteve decisão de primeira instância que proibiu a rede de lojas Havan e seu proprietário, Luciano Hang, de influenciarem o voto de seus empregados para Presidente da República”. Entre as determinações contidas na decisão mantida pelo Desembargador, continha a obrigação da empresa Havan “divulgar um vídeo, em suas redes sociais, (...), a fim de esclarecer seus empregados quanto ao direito de escolher livremente seus próprios candidatos”. Também ficou mantida a determinação de que a empresa deveria afixar, cópia integral da decisão no mural de avisos de cada uma das lojas, assim como não poderia realizar pesquisas de intenção de votos entre os colaboradores, nem manifestações a favor ou contra qualquer candidato na tentativa de pressionar ou coagir seus trabalhadores a seguirem a preferência de seu empregador (Assessoria de Comunicação MPT-SC 05/10/2018).
- ²⁰ Dentre eles, estão: Alessandro Vieira (Rede-SE), para o Senado; Felipe Rigoni (PSB-ES), Tiago Mitraud (Novo-MG), Lucas Gonzalez (Novo-MG), Marcelo Calero (PPS-RJ), Paulo Ganime (Novo-RJ) e Luiz Lima (PSL-RJ), Joênia Wapichana (REDE-RR), Vinicius Poit (Novo-SP), Tábata Amaral (PDT-SP, também vinculada à Fundação Lemann, do bilionário Jorge Paulo Lemann), para a Câmara Federal; Daniel José (Novo-SP), Heni Ozi Cukier (Novo-SP), Marina Helou (Rede-SP), Ricardo Mellão (Novo-SP), Fábio Hostermann (Novo-RS, ex-presidente do IEE, dirigente do Instituto Liberal, do Instituto Liberdade e colunista convidado do Instituto Millenium), para Assembleias Legislativas (Tavares, 7/10/17).

O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história

VIRGÍNIA FONTES.

Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

A questão referente à necessidade fundamental de expansão e internacionalização da burguesia e a relação desse processo com a institucionalidade do Estado Ampliado para a dominação, pode ser melhor compreendida a partir do trabalho primordial de uma das mais importantes historiadoras do Brasil, na contemporaneidade, Virgínia Fontes. Profunda conhecedora das contradições brasileiras e, sobretudo, do próprio capitalismo, a historiadora demonstra de forma dialética as origens e engrenagens que constituem o processo de constituição e expansão do capital, onde desenvolve o conceito de capital-imperialismo, mostrando a inserção ativa, porém subordinada da burguesia brasileira no conjunto das determinações da economia mundo. A dinâmica de reprodução do capital, necessariamente, deve ser compreendida a partir do território concreto, do chão histórico de luta de classes e do Estado. Por sua

vez, mesmo diante da dinâmica expansiva do capital, o Estado continua sendo um elemento fundamental para a dominação de classe e acumulação ampliada do capital, principalmente em função da necessidade constante de manutenção das sucessivas expropriações sociais.

A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO.

São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Nesse estudo publicado pela Expressão Popular, em 2018, a proposta foi compreender o processo histórico de concepção dessa chamada “Nova Direita” no Brasil Contemporâneo, buscando a origem desse *modus operandi* de atuação política da burguesia brasileira, a partir dos anos de 1980 até 2014. O estudo analisa a estruturação dos aparelhos de ação política e ideológica e seu papel para a manutenção e atualização de suas estratégias de dominação e acumulação de capital. A partir da análise da relação entre estes aparelhos burgueses e a estrutura estatal, o estudo é atravessado pela discussão quanto à indissociabilidade entre Estado e sociedade civil. Uma das questões fundamentais da pesquisa, por conseguinte, emerge de reflexões e inquietações sobre as formas com as quais determinadas frações das classes dominantes elaboram – a partir da atuação de seus intelectuais coletivos – estratégias de ação no sentido de criar condições para a reconfiguração da

estrutura institucional do Estado, tanto como uma relação interna no quadro de dominação, como externa, no conjunto das determinações do capitalismo mundializado.

O Ódio como Política: a reinvenção das direitas no Brasil

ESTHER SOLANO GALLEGO (ORG.)

São Paulo: Boitempo, 2018.

A breve nota da editora Boitempo demonstra bem o objetivo dessa obra de intervenção chamada *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*: “Em 2015 o Brasil ‘descobriu’, surpreso, que havia uma direita militante e aguerrida no país, que saiu às ruas, perdeu a vergonha de mostrar-se e, no processo do golpe de Estado contra Dilma Rousseff, passou a hegemonizar a imprensa, as redes sociais e a agenda política e dos temas morais no país. Foi um choque. Que direita é essa? Ou melhor: que direitas são essas? Como surgiram, organizaram-se, passaram a polarizar a sociedade e avançar sobre o Estado?” Trata-se de uma obra da coleção Tinta Vermelha, publicada em 2018, com textos de diversos autores para apresentar, de forma panorâmica, as diversas nuances e representações dessa ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. Como afirma a cientista social e organizadora da obra, Esther Solano: “ao longo destes últimos anos, o campo progressista assistiu perplexo, atrapalhado e inativo à reorganização e ao fortalecimento político das direitas. ‘Direitas’, ‘novas

direitas', 'onda conservadora', 'fascismo', 'reacionarismo'...Uma variedade de conceitos e sentidos para um fenômeno que é indiscutível protagonista nos cenários nacional e internacional de hoje: a reorganização neoconservadora que, em não poucas ocasiões, deriva em posturas autoritárias e antidemocráticas”.

Veja: o indispensável partido neoliberal

CARLA LUCIANA DE SOUZA SILVA

Cascavel: Edunioeste, 2009 col. Tempos Históricos, vol. 7.

O livro da historiadora Carla Luciana Silva traz uma importante investigação sobre os interesses de classe da burguesia brasileira, defendidos na linha editorial da revista *Veja*, no período de 1989 a 2002. Na abordagem da autora, a revista atua como um partido político no sentido ampliado, desenvolvido a partir da concepção gramsciana de Estado Integral. Assim investiga quem são os sujeitos políticos, econômicos e sociais que se fazem representar na linha ideológica da revista. Trata-se de uma obra necessária para a compreensão das estratégias midiáticas de produção do consenso para a construção da hegemonia neoliberal, com o dismantelamento dos movimentos sindicais e a cooptação dos movimentos sociais. Dessa forma, demonstra a ação sistemática desse segmento midiático no sentido de desmoralizar a ação coletiva dos trabalhadores e deslegitimar qualquer alternativa de contestação ao projeto neoliberal.

A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica

FLORESTAN FERNANDES

São Paulo: Globo, 2005.

Essa obra-prima de um dos mais importantes sociólogos brasileiros, Florestan Fernandes, desenvolve uma análise profunda da formação da sociedade brasileira, compreendendo as transformações mais recentes em âmbito econômico, político e social. O autor enfatiza a diferença entre o processo que consolidou o poder burguês no Brasil e o modelo clássico de revolução burguesa. De acordo com Florestan, o Brasil passou por um processo de recomposição das estruturas de poder, alinhando interesses oligárquicos e burgueses. Essa relação funcionaliza o chamado modelo autocrático-burguês, pautado nessa associação entre o modelo de dominação burguesa e os procedimentos autocráticos e conservadores marcadamente oligárquicos. Essa condição explica a construção do Estado Brasileiro como uma estrutura avessa à participação democrática da população brasileira, onde a manutenção das relações de poder é garantida por um processo contínuo e sistemático de contrarrevolução preventiva. Para o sociólogo, a revolução burguesa brasileira foi efetiva apenas no que concerne às transformações na economia, uma vez que no âmbito social, manteve os benefícios das estruturas aristocráticas e, no político, manteve os laços de dependência e subserviência para com as nações capitalistas centrais.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. "Parcerias para a Prosperidade no Século XXI. Relatório de resultados da 2ª Conferência de Inovação Brasil-EUA, 2010". Disponível em: <<https://old.abdi.com.br/Estudo/Parcerias%20para%20a%20Prosperidade%20no%20S%C3%A9culo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2019.
- AGÊNCIA ESTADO. "Deputado recorre à PGR para suspender fundo eleitoral de Huck". Agência Estado/Exame, 4 out. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/deputado-recorre-a-dodge-para-suspender-fundo-eleitoral-de-huck/>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- AMARAL, Marina. "A nova roupa da direita". Pública – Agência de Jornalismo Investigativo, 23 jun. 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- ANDRADA, Alexandre & FILHO, João. "Até anarcocapitalistas ganham espaço no governo Bolsonaro. E na *Folha de S. Paulo* também". *The Intercept*, 5 mai. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/05/05/anarcocapitalismo-bolsonaro-fo-lha-ancaps/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- ANSA BRASIL. "Governo Bolsonaro libera 51 agrotóxicos e totaliza 290 no ano". *Época Negócios*, 23 jul. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/07/governo-bolsonaro-libera-51-agrotoxicos-e-totaliza-290-no-ano.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

- ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária, 21 mai. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>. Acesso em 20/09/2019.
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO MPT-SC. Desembargador Gilmar Cavalieri mantém decisão que proibiu Havan de influenciar voto de empregados, 05 out. 2018. Disponível em: <http://www.prt12.mpt.mp.br/procuradorias/prt-florianopolis/766-mpt-em-santa-catarina-monitara-o-cumprimento-de-obrigacoes-pela-havan-relacionadas-a-coacao-de-voto-eleitoral>. Acesso em 20/09/2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. “Entrevista com Fernando de Araújo Penna – Escola sem partido” (Série Conquistas em Risco). Anped, 20 mar. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-fernando-de-araujo-penna-escola-sem-partido-serie-conquistas-em-risco>. Acesso em: 21 out. 2019.
- BASSI, Bruno Stankevicius. Nova Frente Parlamentar da Agropecuária reúne 257 deputados e senadores; com 25, PSL de Bolsonaro só fica atrás de PP e PSD, 22 mar. 2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/03/22/nova-frente-parlamentar-da-agropecuaria-reune-257-deputados-e-senadores-com-25-psl-de-bolsonaro-so-fica-atras-de-pp-e-psd/>. Acesso em 20/09/2019.
- BOLETIM DA LIBERDADE. “O objetivo imediato da Rede Liberdade é conseguir privatizar os Correios, revela Rodrigo Saraiva Marinho”. 24 fev. 2019. Disponível em: <https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/02/24/o-objetivo-imediato-da-rede-liberdade-e-conseguir-privatizar-os-correios-revela-rodrigo-saraiva-marinho> Acesso em: 19 out. 2019.

- BLOCK, Walter. *Defendendo o indefensável*. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.
- _____. "Em defesa de um livre mercado para órgãos do corpo". Mises Brasil, 19/11/08. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=194>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- _____. BLOCK, Walter. *Por que discriminar é correto e natural*. In: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=885>. Acesso em 12/06/2016
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 2005.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *Contrafogos 2: por um movimento social europeu*. Portugal: Celta Editora, 2001.
- CASIMIRO, Flávio H. C. *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- _____. *A construção simbólica do neoliberalismo no Brasil: a ação pedagógica do Instituto Liberal (1983-1998)*. Dissertação de Mestrado. São João Del Rei: UFSJ, 2011.
- CIPE. "Programas globais". Center for International Private Enterprise, 2019. Disponível em: <<https://www.cipe.org/where-we-work/global-programs/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- DAL PAI, Raphael Almeida. *Instituto Ludwig Von Mises Brasil: aparelho privado de hegemonia*. Artigo XIV Encontro Regional de História: 1964-2014. 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: Unioeste, 2014.
- DUAILIBI, Julia. "Coxão duro *lifestyle* – João Doria Junior visita a periferia". *Piauí*, 1 out. 2015. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/coxao-duro-lifestyle/>>. Acesso em: 23 out. 2015.
- ESPÍRITO SANTO HOJE. "Paulo Hartung defende reforma do estado brasileiro durante congresso internacional".

- ES Hoje, 28 jul. 2009. Disponível em: <<http://eshoje.com.br/>>. Acesso em 22 out. 2019.
- ESTUDANTES PELA LIBERDADE. "Quem somos". Estudantes pela liberdade, 2019. Disponível em: <<http://www.estudantespelaliberdade.com.br/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- _____. "Introdução à Escola Austríaca". Estudantes pela Liberdade, 2019. Disponível em: <<https://epl.thinkific.com/courses/escola-austr-aca>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Ianick. "Lide Angola: o petróleo está para Angola como o investimento estrangeiro está para Portugal". Notícias, 19 nov. 2014. Disponível em: <<https://noticias.sapo.ao/actualidade/artigos/lide-angola-o-petroleo-esta-para-angola-como-o-investimento-estrangeiro-esta-para-portugal>>. Acesso em: 11 jun. 2014.
- FOLHA DE S. PAULO. "Procuradores pedem multa de R\$ 100 milhões para Havan por suposta coação de funcionários". 22 nov. 2018. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:vu13JtZkbhYJ:https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/procuradores-pedem-multa-de-r-100-mi-para-havan-por-coacao-de-funcionarios.shtml+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- FÓRUM DA LIBERDADE. "Programação". Fórum da Liberdade, 2019. Disponível em: <<http://forumdaliberdade.com.br/programacao-2019/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. "Governo de São Paulo entrega a Ordem do Ipiranga a ministro Sergio Moro". Portal do Governo, 28 jun. 2019. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/gover>

- no-de-sp-condecora-sergio-moro-com-medalha-ordem-do-ipuranga/>. Acesso em: 26 out. 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere – Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 3.
- GROS, Denise Barbosa. Novas formas de ação política do empresariado gaúcho nas últimas décadas, *Revista A evolução social – Três décadas de economia gaúcha*, v. 3, 2010.
- GRUPO DE LÍDERES EMPRESARIAIS (Lide). “Filie-se”. Lide, 2019. Disponível em: <www.lidebr.com.br/quem-pode-integrar.asp>. Acesso em: 23 out. 2019.
- _____. “Agenda do avanço acelerado. 13º Fórum Comandantuba/BA”. Lide Economia, 2015. Disponível em: <<https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2014/09/Agenda-do-Avan%C3%A7o-Acelerado-LIDE.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.
- _____. “Unidades internacionais”. Lide, 2019. Disponível em: <<https://www.lideglobal.com/en/unidades/#>>. Acesso em: 23 out. 2019.
- _____. “Lide Alemanha”. Lide, 2019. Disponível em: <<https://lidedeutschland.com>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- _____. “Equipe Lide Alemanha”. Lide, 2019. Disponível em: <lidedeutschland.com/ueber-uns>. Acesso em: 25 out. 2019.
- GRUPO DORIA. Grupo Doria, 2019. Disponível em: <<https://www.grupodoria.com.br/>>. Acesso em: 23 out. 2019.
- HENRIQUE, Jorge. “A banda boa do setor público”. *Exame*, 20 ago. de 2009. Disponível em: <http://pqg.org.br/comunicacao_midia/noticias-conteudo?id=3561&portal=am>. Acesso em: 22 out. 2019.
- HOPPE, Hans-Hermann. “O futuro do liberalismo – um apelo para um novo radicalismo”. Instituto Rothbard, 15 fev. 2011. Disponível em: <<http://rothbardbrasil.com/o-futu>>

ro-do-liberalismo-um-apelo-para-um-novo-radicalismo/>. Acesso em: 19 out. 2019.

INSTITUTO BRASIL 200. "Estatuto Social, 2019, p. 1". Instituto Brasil 200, 2019. Disponível em: <instituoBrasil200.com/uploads/2019/6/Estatuto_IB22_VF>. Acesso em: 22 abr. 2019.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. "Indústria e o Brasil do futuro". IEDI, 2018, p. 2. Disponível em: <https://iedi.org.br/artigos/top/estudos_industria/20180918_industria_e_o_brasil_do_futuro.html>. Acesso em: 23 out. 2019.

INSTITUTO LIBERAL. "Missão e valores". Instituto Liberal, 2019. Disponível em: <http://www.institutoliberal.org.br/missao-e-valores/>. Acesso em: 19 out. 2019.

INSTITUTO MILLENIUM. "Quem Somos". Instituto Millenium, 2019. Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso em: 19 out. 2019.

_____. "Linha editorial". Instituto Millenium, 2019. Disponível em: <http://www.institutomillenium.org.br/institucional/linha-editorial>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. Relatório "Protocolado de Exercício 2017 e 2018". Millenium, 2019. Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/institucional/prestacao-de-contas/>. Acesso em 19 out. 2019.

INSTITUTO LUDWIG VON MISES BRASIL. "Quem somos". Mises Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em: 19 out. 2019

IPEA/IBGE. "As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010". *Estudos e Pesquisas – Informação Econômica n. 20*, Rio de Janeiro, 2012.

JELIN, Daniel. "Seis dicas de João Doria para fazer amigos e influenciar poderosos". *Veja*, 31 jan. 2007. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/seis-dicas-de-joao>

- doria-para-fazer-amigos-e-influenciar-poderosos/>. Acesso em: 23 out. 2019.
- LIDE. "Comitê de Gestão". Revista *LIDE*, ano 12, nº 62, 2017, p. 122. Disponível em: <<https://www.lideglobal.com/wp-content/uploads/2017/08/lide-62-20170828.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- _____. "Publicações". Revista *LIDE*, 2016. Disponível em: <<https://lideriodejaneiro.com.br/publicacoes/>>. Acesso em: 16 dez. 2019.
- LIDEWORKS. "Fórum empresarial Algarve". Lideworks, Portugal, 2014. Disponível em: <https://6fe07455-c7b-3-41bd-8542-22d036e02dc6.filesusr.com/ugd/1a196b_da-59434dce5f46b4a2e3b9f114e38114.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.
- LIVRES. "Livres vira membro oficial da Rede Liberdade". Livres, 7 mai. 2018. Disponível em: <<https://www.eusoulivres.org/noticias/livres-vira-membro-oficial-da-rede-liberdade>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- LOPEZ, Felix Garcia (Org.). *Perfil das Organizações da sociedade civil no Brasil*. Brasília: Ipea, 2018.
- MAIA, Gustavo. "Flávio Rocha anuncia retirada da disputa eleitoral e agradece ao MBL". UOL, 13 jul. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/13/flavio-rocha-anuncia-retirada-da-disputa-eleitoral-e-agradece-ao-mbl.htm>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- MARCUSE, Herbert. Prólogo. In: *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K e ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, D. A. (org). *O Manifesto Comunista 150*

- anos depois. São Paulo-Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo-Contraponto, 1998, p. 11
- MEIRELES, Andrei & KRIEGER, Gustavo. "Bicho na campanha". *Época*, 16 fev. 2004. Disponível em: <<http://revistaeepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT678141-1653,00.html>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- MENDEZ, Álvaro Bianchi. *O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e a crise das décadas de 1980 e 1990*. Campinas: Unicamp, 2010.
- MIDLANDCOM. "Líderes realçam papel do Lide Moçambique para a criação de parcerias estratégicas internacionais". Midlandcom, 8 ago. 2012. Disponível em: <<http://midlandcom.pt/main.php?link=443&op=detalhe>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- MINELLA, Ary César. Construindo hegemonia: democracia e livre mercado: atuação do NED e do CIPE na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 22, n. 55, p. 13-40, jan./abr. 2011.
- MISES, Ludwig Von. "As brechas nas regulamentações são o que permitem a economia respirar". Mises Brasil, 2/6/15. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2109>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO. "Histórico". MPC, 2019. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br>>. Acesso em: 22 out. 2019.
- _____. "Relatório Anual de Atividades 2011". MBC, 2017. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-de-Atividades-FINALbaixa-resolu%C3%A7%C3%A3o.pdf>>
- _____. "Relatório Anual de Atividades, 2007". MBC, 2017. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2007_final.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019

- _____. "Relatório Anual de Atividades 2006". MBC, 2017. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/relatorio_anual_atividades_2006_v14.pdf>. Acesso em: 22 out. 2019.
- NOGUEIRA, Kiko. "O recado de Moro ao estrelar mais um evento de Doria, acusado de corrupção por seus pares do PSDB". *Diário do Centro do Mundo* (DCM), 8 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-recado-de-moro-ao-estrelar-mais-um-evento-de-doria-acusado-de-corrupcao-por-seus-pares-do-psdb-por-kiko-nogueira/>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- O ESTADO. "Menos de um ano após 'BolsoDoria', governador paulista diz que 'nunca' foi alinhado a Bolsonaro". *O Estado* (MA), 30 jul. 2019. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/07/30/menos-de-um-ano-apos-bolsodoria-governador-paulista-diz-que-nunca-foi-alinhado-a-bolsonaro/>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- PATSCHIKI, Lucas. *A classe dominante em organização: uma análise sobre a hierarquia do Instituto Millenium (2005 – 2013)*. Artigo. XIV Encontro Regional de História: 1964-2014. 50 anos do Golpe Militar no Brasil. Marechal Rondon-PR: Unioeste, 2014.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980
- PR NEWSWIRE. "Lide e CGEM assinam acordo de entendimento Brasil-Marrocos durante Business Trip". Pr Newswire/ Cision Company, 24 nov. 2014. Disponível em: <<https://www.prnewswire.com/news-releases/lide-e-cgem-assinam-acordo-de-entendimentos-brasil-marrocos-durante-business-trip-283730631.html>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- REDE LIBERDADE. Rede Liberdade, 2019. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

- "Quem somos". Rede Liberdade, 2019. Disponível em: <<https://www.redeliberdade.org/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- _____. "Atividades". Rede Liberdade, 2019. Disponível em: <<https://www.redeliberdade.org/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- RIBEIRO, Amanda. "Após cortes no MEC, envio de imagens de estudantes nus cresce 950% em grupos de Whatsapp em 24 horas". Aos Fatos, 13 mai. 2019. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/apos-cortes-no-mec-envio-de-imagens-de-estudantes-nus-cresce-950-em-grupos-de-whatsapp-em-24-horas>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- ROTHBARD, Murray N. Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2015. Disponível em: <<http://www.mises.org.br>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- SANTOS, Mayara A. B. "Brasil Paralelo": um (perverso) canal de poder e hegemonia da "nova direita" no Brasil contemporâneo. *Anais: IX Congresso Internacional de História*. Universidade Estadual de Maringá-UEM. Out 2019.
- SILVA, Carla Luciana de Souza. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009 (Coleção Tempos Históricos, v. 7).
- SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de ideias, produção de consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013.
- SPERANDIO, Luan. "Estado é inútil e imposto é roubo: saiba o que pensam os anarcocapitalistas". *Gazeta do Povo*, 8 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/estado-e-inutil-e-imposto-e-roubo-saiba-o-que-pensam-anarcocapitalistas/>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- SURVIVAL. "O que Jair Bolsonaro, presidente eleito, disse sobre os povos indígenas do Brasil". Survival Brasil, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.survivalbrasil.org/artigos/3543-Bolsonaro>> Acesso em: 15 out. 2019.

- TARDÁGUILA, Cristina. "Fotos (velhas) de universitários nus inundam WhatsApp para 'provar' a 'balbúrdia' apontada por Weintraub". *Piauí*, 13 mai. 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/13/artigo-u-universidade-whatsapp/>> Acesso em: 15 out. 2019.
- TAVARES, Joelmir. "Rosângela Moro critica banalização de estratégia que já foi cogitada por Deltan". *Folha de S. Paulo*, 22 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/rosangela-moro-critica-banalizacao-de-estrategia-que-ja-foi-cogitada-por-deltan.shtml>>. Acesso em: 25 out. 2019.
- _____. "Grupo apoiado por Huck, RenovaBR elege 16 de 120 candidatos". *Folha de S. Paulo*, 7 out. 2018. Disponível em: Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/grupo-apoiado-por-luciano-huck-renovabr-elege-16-de-120-candidatos.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2019.
- UMOV.ME. "uMov.me apoia almoço-debate com juiz Sergio Moro". *uMov.me*, 9 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.umov.me/umov-me-apoia-almoco-debate-lide-com-juiz-sergio-moro/>>. Acesso em: 22 out. 2019.
- VASCONCELOS, Frederico. "Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial". *Folha de S. Paulo*, 25 jun. 1989.
- WATSON, Flona. "Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas". *El País*, 16 abr. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1554971346_439815.html> Acesso em: 15 out. 2019.
- WOLFART, Gabriela. "Virgínia Fontes, o SUS e a luta de classes". *Carta Maior*, 4 abr. 2013. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Virginia-Fontes-o-SUS-e-a-luta-de-classes/5/27816>> Acesso em: 15 out. 2019.

SOBRE O AUTOR

FLÁVIO HENRIQUE CALHEIROS CASIMIRO

Doutor em História Social, na área de História Contemporânea - Economia Capitalista, pela Universidade Federal Fluminense, UFF (2016). Graduado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP (2007) e mestre em História, na linha de Poder e Relações Sociais pela Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ (2011). Professor de História Econômica e Economia Política do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Campus Poços de Caldas. É um dos autores do livro "O Ódio como Política: a reinvenção das Direitas no Brasil", publicado pela editora Boitempo, (2018). Autor do livro *A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo* publicado pela editora Expressão Popular (2018). Publicou diversos capítulos de livros e artigos com a temática da "Nova Direita" e dominação burguesa no Brasil contemporâneo.



Coleção Emergências

A tragédia e a farsa — a ascensão das
direitas no Brasil contemporâneo

EDIÇÃO

Jorge Pereira Filho
Miguel Yoshida

COPIDESQUE

Cecília Luedemann

ILUSTRAÇÃO

Cesar Habert Paciornik

PROJETO GRÁFICO

Estúdio Bogari

DIAGRAMAÇÃO E CAPA

Zap Design

IMPRESSÃO

GRÁFICA PAYM

Sobre o livro

Formato: 120 x 180 mm

Mancha: 85 x 145 mm

Tipologia: Frutiger LT Std 10/14

Papel: Polen soft 80 g/m²

Cartão 250g/m² (capa)

1ª edição: 2020